

# UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

38

Ano XVI - Nº 38 - Junho de 2006

A corrupção venceu  
a esperança

Precarização do trabalho  
docente no Brasil

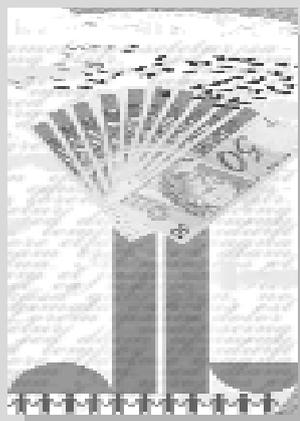
Final de mandato presidencial:

**O balanço é negativo**

Política de cotas



# Sumário



## 3 EDITORIAL

### POLÍTICAS PÚBLICAS?

- 8 A corrupção venceu a esperança  
*Maria Lucia Fattorelli Carneiro*

- 18 Desvendando a política da educação superior do governo Lula  
*Celia Regina Otranto*

- 30 Faces da privatização do fundo público no Brasil:  
a utilização dos recursos do FAT pelo BNDES  
*Georgia Sobreira dos Santos Cêa*

- 39 POEMA PARA AMANHÃ  
*Luiz Paiva de Castro*

### OS DESAFIOS PARA A UNIVERSIDADE

- 42 Precarização do trabalho docente no Brasil:  
novas e velhas formas da dominação capitalista (1980-2005)  
*Antônio de Pádua Bosi*

- 60 Crise e privatização da universidade pública:  
de Fernando Henrique a Lula da Silva  
*Vera Lúcia Jacob Chaves*

- 78 Precarização do trabalho docente: docentes da carreira  
de 1º e 2º grau em questão  
*Agostinho Beghelli Filho*

### DEBATES CONTEMPORÂNEOS

- 84 O Banco Mundial e o combate à pobreza  
*Ramon de Oliveira*

- 94 A juventude e a ideologia da sociedade de consumo  
*Altair Reis de Jesus e Antônio da Silva Câmara*

- 104 Política de cotas: interesses em disputa na educação  
*Dileno Dustan Lucas de Souza e Roberto Boaventura da Silva Sá*

- 114 Crise ecológica e capitalismo  
*Oswaldo Coggiola*

- 124 Mulher e negra: a subjetividade oprimida  
*Graziela de Oliveira*

# A corrupção venceu a esperança

Maria Lucia Fattorelli Carneiro

Auditora fiscal da Receita Federal, diretora do Unafisco Sindical

**A**pós 500 anos de exploração colonialista e de domínio das elites, que fizeram deste país um dos mais desiguais do mundo, submetendo-o à ditadura do capital sob todas as formas, uma esperança sem precedentes tomou conta do povo brasileiro. A eleição de um trabalhador para comandar o Brasil constituía a esperança não somente dos brasileiros, mas também das demais nações exploradas do Sul, que vislumbravam a possibilidade de este nosso gigante país liderar uma mudança na correlação de forças que regem a hegemonia do capital.

Quase no final do mandato de Lula, a avaliação que fazemos, do ponto de vista dos trabalhadores e movimentos sociais, é deprimente e revoltante. O modelo econômico neoliberal iniciado por Collor e consolidado por FHC foi ainda mais aprofundado pelo atual governo, que deu seqüência às reformas do Estado e manteve a prioridade do capital, remunerando

os rentistas como nunca, à custa de enorme sacrifício imposto à sociedade. A “Carta ao Povo Brasileiro”, divulgada em 22 de junho de 2002, foi o início da guinada de um projeto que vinha sendo construído há 20 anos. Apelidada de “Carta aos Banqueiros”, tornou vazios ou sem fundamento os marcos da campanha de Lula e seus nobres compromissos contidos no livrinho azul (*Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil – Lula 2002*), editado em março de 2002. Traindo o povo brasileiro, nesta “Carta” Lula disse: “Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos.”

À medida que o governo Lula e o PT assumiam o projeto que fora derrotado nas eleições, diluía-se a esperança de mudança daqueles que efetivamente elegeram um trabalhador

para o cargo de presidente da República. A partir do momento em que o governo fez a opção pelo mercado financeiro - pelo projeto dos que não o elegeram - e passou a adotar medidas neoliberais, o ritmo do processo se acelerou, pois já não tínhamos mais a oposição para exercer o papel antes desempenhado pelo PT e demais partidos que passaram a compor a base do governo no Congresso. Assim, foi aumentado o superávit primário para conquistar a confiança dos mercados; foram aprovadas a reforma da Previdência, a fatia da reforma tributária que interessava ao capital (continuidade da Desvinculação das Receitas da União – DRU<sup>1</sup> - e da CPMF), a Lei de Falências, entre outras. Paralelamente, o governo acelerou a reforma universitária. O Governo Lula também promoveu diversos leilões das ricas jazidas de petróleo da costa brasileira; autorizou a comercialização de transgênicos; efetuou a maior reforma cambial e financeira de todos os tempos, à revelia do Congresso Nacional, liberando a movimentação de capitais de forma temerária para o país; emitiu títulos da dívida interna e externa aos bilhões e introduziu, também à revelia do Congresso Nacional, a famigerada cláusula CAC<sup>2</sup> nos títulos da dívida externa.

Não esperávamos que o governo Lula resolvesse, em seu mandato, os problemas que flagelam o país há 500 anos. O que não contávamos é que fosse ainda mais ortodoxo que seu antecessor, em todas as áreas, e ainda, que se envolvesse em tamanha corrupção.

Logo que tomou posse, Lula elegeu a reforma da Previdência como prioritária. O mercado, ávido pela privatização da previdência dos servidores públicos em favor dos fundos de pensão, exigia uma prova que fosse além do discurso e da Carta, o que fez com que Lula

subisse a rampa do Congresso Nacional para entregar o projeto pessoalmente ao seu presidente, demonstrando publicamente que de fato havia mudado. O interesse do mercado financeiro e dos fundos de pensão falou mais alto que os direitos dos funcionários públicos - ativos e aposentados. Os parlamentares que se mantiveram fiéis aos princípios defendidos em toda a história do PT restaram expulsos do partido. Outros, da base do governo, que se posicionavam a favor dos servidores, eram sumariamente substituídos nas comissões. A pressão foi brutal. A imensa mobilização de servidores públicos, que somaram mais de 80 mil na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, naquele início de agosto de 2003, não foi suficiente para interromper a votação, que hoje sabemos estava regada pelos milionários “mensalões”. A repressão à luta dos trabalhadores, em alguns momentos, remeteu nossas lembranças aos amargos tempos da ditadura, pois fomos proibidos de assistir à sessão da Câmara dos Deputados que votava, na madrugada, a PEC 40; a polícia armada, convocada pelo próprio presidente, deputado João Paulo (PT-SP), impedia o acesso dos servidores públicos; e aqueles companheiros que conseguiram entrar foram levados aos porões desconhecidos da “Casa do Povo”.

A classe trabalhadora aguardava uma melhor distribuição de renda, pois havia o compromisso de implementar mudanças no sistema tributário (página 54, item 62 do *livrinho azul*)<sup>3</sup>, tornando-o mais justo; de promover ajustes na política de juros (página 53, item 60); de realizar auditoria da dívida pública (página 47, item 51); estabelecer controle de capitais (página 50, item 54); rever o processo de privatizações dos governos anteriores (página 51, item 57) e recuperar o poder de compra do sa-

**A classe trabalhadora aguardava uma melhor distribuição de renda, pois havia o compromisso de implementar mudanças no sistema tributário, tornando-o mais justo.**

lário mínimo. O que se efetivou, na prática, foi o aumento da carga tributária sobre o consumo, penalizando-se a camada da população de mais baixa renda e aumentando ainda mais a regressividade do sistema. Foi um período de juros exorbitantes, de uma remuneração do capital sem precedentes em toda a história; da maior transferência de recursos para o exterior, de mais benesses tributárias para o capital, de maior liberação financeira e comercial, de maior liberdade cambial. O compromisso de realizar a auditoria da dívida foi transformado no compromisso de privilégio total para a dívida, aumentando-se o superávit primário a cada ano e superando-se as metas estabelecidas pelo FMI. Ao invés de rever o processo das privatizações, o governo deu passos temerários no caminho da privatização da previdência social (por meio da reforma que promoveu a multiplicação dos fundos de pensão), da privatização do ensino universitário (por meio do ProUni) e das jazidas de petróleo, arrematadas por companhias estrangeiras nos leilões oficiais. Parlamentares da base do governo que votaram contra o pífio reajuste proposto pelo governo para o salário mínimo sofreram penas de advertência e suspensão.

O presidente sindicalista enviou ao Congresso Nacional projeto de reforma sindical com viés contrário aos interesses dos trabalhadores, enfraquecendo a organização sindical e as possibilidades de luta por melhores condições para a classe trabalhadora. Esta reforma não chegou a ser aprovada, graças à mobilização tanto do setor público quanto do privado, que denunciaram que tal reforma visava a enfraquecer os sindicatos para preparar terreno para o golpe seguinte - a reforma trabalhista. O presidente Lula chegou a afirmar, em reunião com jornalistas, dia 11 de fevereiro de 2004: “*Tudo é*

*negociável, menos as férias de 30 dias*”.

A reforma universitária também foi lançada pelo governo, que também aprovou o chamado “Pró-Uni”, privilegiando as universidades privadas por meio da isenção de tributos importantes: Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro, PIS e COFINS. Em troca, exige que as faculdades privadas ofereçam bolsas de estudo no valor de apenas 8,5% de sua receita. Ora, em vez de investir no ensino superior público, recuperando as instalações, investindo em pesquisas, aumentando o número de vagas e remunerando os professores com dignidade, o governo promove uma “compra de vagas” junto às faculdades privadas, que agora podem mais facilmente resolver seus maiores problemas: a ociosidade decorrente de sobra de vagas e a inadimplência, fruto da queda da renda dos brasileiros nos últimos anos.

Está claro que o problema da educação no Brasil é grave, conforme recente estudo da Unesco, divulgado em 25 de abril de 2006, que coloca o Brasil em 126º lugar no ranking de repetência no ensino fundamental (1ª a 4ª séries), dentre os 142 países que inte-

graram o estudo. A taxa de repetência brasileira, de 20,6%, é superior à da Argentina (6,4%), Venezuela (7,3%), Paraguai (7,3%), e até mesmo do Haiti (15,4%), o país mais pobre das Américas<sup>4</sup>.

Com relação ao ensino médio, dados do próprio Ministério da Educação comprovam que os estudantes das escolas secundárias privadas possuem propensão significativamente superior para entrar nas faculdades públicas. Enquanto apenas 12,1% dos estudantes do ensino médio estão nas escolas privadas, nas universidades federais nada menos que 42,5% das matrículas são de alunos provenientes do ensino médio privado<sup>5</sup>. Agravando a situação, apenas 17,3% da popula-

**A taxa de repetência brasileira, de 20,6%, é superior à da Argentina (6,4%), Venezuela (7,3%), Paraguai (7,3%), e até mesmo do Haiti (15,4%), o país mais pobre das Américas.**

ção brasileira entre 18 e 24 anos está matriculada no terceiro grau, de acordo com o Censo da Educação Superior de 2004<sup>6</sup>.

Tentando desviar a atenção dos principais problemas da educação superior no Brasil, o governo propagandeia a criação de cotas para negros e índios como uma grande ação. Porém, dada a magnitude destas estatísticas, é evidente que isso não resolve o problema, pois adia para o momento do vestibular um problema crônico de falta de investimento efetivo também em educação fundamental e média.

Na área de especialidade do presidente foi instalada, no início do governo, em maio de 2003, a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), no âmbito do Ministério do Planejamento, com a promessa de estreitar o diálogo e incentivar a negociação com os trabalhadores do setor público. Entretanto, à revelia da Mesa, o governo encaminhou as propostas de reajuste linear de 1% em 2003, 3,5% em 2004 e 0,1% em 2005, muito aquém da inflação do período! As discussões das pautas dos servidores não avançaram, sob a constante justificativa de contenção de gastos para se cumprir a meta do superávit primário, razão pela qual a MNNP passou a ser chamada de mesa de enrolação ou encenação.

Com relação ao desemprego, nos dois primeiros anos do governo Lula a sua taxa foi maior que a observada em 2002, último ano de FHC, segundo o Dieese (Tabela 1). No ano de 2003, devido à política econômica recessiva, foi observado o recorde histórico de desemprego em nosso país. Apenas em 2005 o atual governo conseguiu obter uma taxa de desemprego menor que seu antecessor, porém, bem perto da taxa observada em 1998. Será este o paraíso da criação de empregos, anunciado pelo governo?

#### TAXA DE DESEMPREGO, 1998 A 2005

Tabela 1

Ano	Taxa de Desemprego
1998	18,53
1999	20,22
2000	18,87
2001	18,71
2002	19,49
2003	20,73
2004	19,74
2005	18,01

Fonte: Dieese. Elaboração da autora, com base na média da taxa de desemprego de seis regiões metropolitanas (São Paulo, Distrito Federal, Porto Alegre, Salvador, Recife e Belo Horizonte), ponderada pela PEA de cada região metropolitana.

Quando falamos de renda do trabalho e de formalização do emprego, Lula também perde para FHC: nos três primeiros anos de mandato de Lula, o salário médio percebido pelos trabalhadores foi sempre menor que o recebido em 2002, e o número de trabalhadores com carteira assinada seguiu o mesmo comportamento, como se vê na Tabela 2 (página seguinte).

Em vez de enfrentar a ganância dos mercados financeiros e praticar uma política econômica que garantisse investimentos e geração de emprego, renda e dignidade, o governo praticou a política econômica mais ortodoxa, segurando a inflação com as taxas de juros mais elevadas do mundo e excessivos cortes nos gastos e investimentos públicos, optando por programas assistencialistas e compensatórios, passando a distribuir “bolsas-esmola” de forma

populista e paliativa. É uma vergonha que um dos maiores produtores de alimentos do mundo - 120 milhões de toneladas de grãos por ano - tenha 50 milhões de famintos e precise de um programa como o “Fome Zero”. No fundo, este problema está ligado com a questão agrária, cuja solução passa pela

**É uma vergonha que um dos maiores produtores de alimentos do mundo tenha 50 milhões de famintos e precise de um programa como o “Fome Zero”.**

Tabela 2

**RENDIMENTO MÉDIO REAL MENSAL DO TRABALHO E PERCENTAGEM DE TRABALHADORES COM CARTEIRA**

(em R\$ de fevereiro de 2006)

Ano	Valor (R\$)	Trabalhadores com Carteira (%)
2002	1.132,19	45,53
2003	989,57	44,07
2004	999,11	43,69
2005	1.021,38	45,04

Fonte: IBGE (PME, Tabelas 43 e 140). Elaboração da autora. No caso do rendimento médio, considerou-se a média do período de fevereiro a dezembro de cada ano, uma vez que não havia dados para janeiro de 2002. No caso da percentagem de trabalhadores com carteira, considerou-se a média do período de março a dezembro de cada ano, uma vez que não havia dados para janeiro e fevereiro de 2002.

necessária reforma agrária, que também havia sido prometida por Lula e não ocorreu.

Aprofundou-se a política de superávit primário, que foi crescendo e superando as metas exigidas pelo FMI ano a ano, passando de 3,89% do PIB em 2002 para 4,25% em 2003; aumentando para 4,59% em 2004 e para 4,84% em 2005, com compromisso de manutenção dessa política nos próximos quatro anos, conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2007 (LDO), encaminhada pelo governo ao Congresso Nacional.

Destoando completamente das propostas que constavam do livrinho azul, o governo enviou ao Congresso Nacional o projeto de “Fusão dos Fiscos”, que concentra toda a arrecadação federal de tributos em geral e contribuições previdenciárias no âmbito do Ministério da Fazenda e, simultaneamente, discute propostas de “déficit nominal” zero (que significará aumento do superávit primário para 7% a 8% do PIB!) e “aumento da DRU”, que hoje já retira 20% de receitas vinculadas pela Constituição Federal às áreas da saúde, educação, assistência e previdência. É evidente que a chamada “Super Receita” representa séria ameaça ao financiamento da previdência pública no país, pois tudo caminha no sentido de engordar ainda mais o elevadíssimo superávit primário,

Quase 60% de tudo o que se arrecada no Brasil é a título de tributos sobre consumo, embutidos nos preços, o que faz com que a sociedade não tenha consciência do tributo que paga.

rio, que tem sido obtido à custa de muito sacrifício: por um lado, o superávit é produzido pelo crescente aumento da carga tributária e, por outro, por drásticos cortes nos investimentos e gastos sociais promovendo-se o contingenciamento de fatias significativas do que está destinado, no Orçamento, às diversas áreas

sociais. Em 2005, por exemplo, nem o programa Fome Zero foi poupado. E todos sabemos o custo social dessas medidas, que significaram a subtração de recursos essenciais e urgentes à sociedade brasileira.

A carga tributária brasileira equivale a de países de primeiro mundo, que garantem um retorno incomparável ao que o governo brasileiro proporciona. Ela aumentou quase 7% do PIB nos últimos dez anos, e o modelo tributário tem se tornado cada vez mais regressivo, onerando o consumo e os trabalhadores. Quase 60% de tudo o que se arrecada no Brasil é a título de tributos sobre consumo, embutidos nos preços, o que faz com que a sociedade não tenha consciência do tributo que paga, pois as empresas apenas transferem para o preço de seus produtos e serviços o ônus tributário e quem paga a conta é o consumidor final. Quanto mais pobre, proporcionalmente, mais se paga, pois a totalidade da renda que o pobre consegue auferir é destinada ao consumo.

Por outro lado, permanecem livres de tributação ou com tributação amena os latifúndios, os lucros distribuídos, as remessas para o exterior, as grandes fortunas, as aplicações de estrangeiros em Bolsa de Valores e no mercado financeiro. Os ganhos dos ricos nunca foram tão elevados e com total liberdade para sair do país, prejudicando a implantação de uma reforma tributária justa, sob o infame argumento apresentado pelo governo de que “*se tributar o capital, ele foge do país*”. Ora, foge porque não se implanta uma política de controle de capitais, que, aliás, também havia sido prometida no livrinho azul e, na prática, se fez o contrário. Além de impossibilitar a implantação de um modelo tributário mais justo, a falta de controle de capitais tem deixado o país vulnerável e tem permitido operações de lavagem de dinheiro, fruto dos mais diversos crimes.

O setor financeiro tem sido um dos mais privilegiados por essas distorções do modelo tributário, aliadas à prática de taxas de juros exorbitantes, batendo recordes históricos de lucros, nunca vistos no país ou em qualquer parte do mundo, como se vê na Tabela 3.

**Enquanto no período de 1996 a 2002 a média de lucro dos bancos foi de R\$ 6,3 bilhões por ano, no governo Lula a média anual dos lucros quadruplicou para R\$ 25,7 bilhões.**

Enquanto no período de 1996 a 2002 a média de lucro dos bancos foi de R\$ 6,3 bilhões por ano, no governo Lula a média anual dos lucros quadruplicou para R\$ 25,7 bilhões. Em 2005, bancos como o Itaú e o Bradesco lucraram mais de R\$ 5 bilhões cada um! O imposto pago por tais instituições não cresceu na mesma proporção, pois o setor goza de deduções esdrúxulas como a dos “juros sobre o capital próprio”<sup>8</sup>, além de uma série de benesses tributárias.

Os grandes empresários também batem recordes de lucro, beneficiados com isenções e reduções fiscais, principalmente exportadores e multinacionais que compraram estatais a preços indecentemente baratos e agora surfam na conjuntura favorável do mercado internacional. O maior exemplo é a Vale do Rio Doce, cujo lucro de R\$ 10,4 bilhões obtido no ano de 2005 superou o valor de venda de todo o seu patrimônio, por apenas R\$ 10 bilhões em 1997.

Em resumo, o Estado está sendo financiado pelos mais pobres, o que é evidenciado nos dados que demonstram a concentração de renda no Brasil. Essa distorção consta do último relatório da ONU sobre desigualdade social e respeito aos direitos humanos, o qual divulga que no Brasil 46,9% da renda nacional concentram-se nas mãos dos 10% mais ricos. Já os 10% mais pobres ficam com apenas 0,7% da renda. O estudo revela ainda que a transferência de 5% da renda dos 20% mais ricos do país para os mais pobres seria capaz de retirar 26 milhões de pessoas da linha da pobreza e reduzir a taxa de pobreza de 22% para 7%. A via mais óbvia para se efetuar essa transferência de renda seria via tributação dos ricos, o que só será possível se conseguirmos conscientizar a população - que efetivamente financia o Estado - sobre a necessi-

Tabela 3

LUCRO DOS BANCOS	
Ano	Lucro dos bancos (R\$ mil)
1996	-4.423.259
1997	4.235.378
1998	688.247
1999	13.089.980
2000	9.264.601
2001	814.201
2002	20.212.105
2003	19.071.440
2004	24.287.054
2005	33.844.079

Fonte: Banco Central.

dade de mobilizar e lutar por um modelo tributário mais justo.

O citado relatório da ONU sobre desigualdade social e respeito aos direitos humanos revela ainda uma situação vergonhosa:

- Com relação à distribuição da renda nacional, o relatório aponta que o Brasil é o oitavo país do mundo em desigualdade social, perdendo a posição de campeão mundial em desigualdade apenas para a Guatemala e mais seis países africanos: Suazilândia, República Centro-Africana, Serra Leoa, Botsuana, Lesoto e Namíbia;

- Relativamente ao Índice de Desenvolvimento Humano, o Brasil ocupa a 63ª posição, atrás de países que possuem condição bem mais complicada em termos de ordem constitucional, Estado de direito e recursos, como a Macedônia e a Malásia.

Infelizmente, temos de admitir que tais relatórios refletem o quadro de enormes injustiças sociais que presenciamos em nosso país: miséria, fome, desnutrição, desemprego urbano e rural, favelização, analfabetismo, violência, ausência de serviços de saúde e assistência social para grande parte da população.

Quais as razões para essa vergonhosa situação, se somos um país potencialmente tão rico; se possuímos extenso território privilegiado com recursos naturais, humanos, culturais, econômicos de todos os setores - industrial, agrícola, comercial, serviços?

A grande amarra, que não deixa nosso país deslanchar e seguir seu rumo de grande nação que garante direitos humanos e vida digna para todos os seus habitantes é o modelo econômico equivocado, subserviente aos interesses do capital financeiro nacional e internacional, que gira em torno do questionável processo de endividamento interno e externo.

Apenas para ilustrar, nos seus quatro anos de governo, Lula destinará para os juros e amortizações das dívidas externa e interna nada menos que R\$ 717 bilhões, enquanto gastará R\$ 63 bilhões com educação, R\$ 137 bilhões com saúde e R\$ 12 bilhões com reforma agrária.

É por isso que, no início deste artigo, frisei que estava fazendo uma avaliação crítica do ponto de vista dos trabalhadores e movimentos sociais, já que do ponto de vista do mercado financeiro, dos rentistas e dos grandes empresários a avaliação é inversa.

Os recursos destinados aos juros da dívida impedem a realização de investimentos geradores de emprego, a implementação de política agrária e a prestação de serviços públicos, especialmente educação e saúde, levando a um aumento visível do processo de favelização nas cidades, provocando crescimento brutal do número de assaltos, crimes, presídios superlotados. Enfim, vem caindo significativamente a qualidade de vida da população nos últimos anos.

No que se refere à política externa, o governo faz propaganda de que pagou ao FMI e está resgatando antecipadamente títulos da dívida externa - os *Bradies*. Na verdade, o que se fez foi uma troca de dívida antiga por nova, mais cara e com mais condicionalidades<sup>9</sup>.

No caso do FMI, não ficamos livres das amarras que ditam a política econômica; tanto é que continuamos custeando as periódicas “visitas” dos técnicos do Fundo, que vêm auditar nossas contas. Em termos políticos, portanto, prosseguimos atrelados. Em termos financeiros foi um péssimo negócio para o Brasil, que pagou dívida cujo custo era de cerca de 4% ao ano, ao mesmo tempo em que está emitindo aceleradamente

**Nos seus quatro anos de governo, Lula destinará para os juros e amortizações das dívidas externa e interna R\$ 717 bilhões, enquanto gastará R\$ 63 bilhões com educação, R\$ 137 bilhões com saúde e R\$ 12 bilhões com reforma agrária.**

títulos da dívida externa que chegam à marca de 12,75% ao ano, e com a cláusula CAC, além das taxas, comissões e demais despesas para colocação desses títulos no exterior, que sequer são divulgadas.

No caso do recente resgate dos títulos *Bra-dies*, também assistimos a uma brutal transferência de recursos públicos para a banca privada ao se resgatar por 100% do valor de face títulos de baixa liquidez - como afirmou o próprio governo - e com taxas de juros mais baixas que as incidentes sobre os novos empréstimos tomados pelo Brasil.

O governo se vangloria da queda do risco-país. É preciso inicialmente alertar para o fato de que as agências que medem o risco são as mesmas que recomendavam investimento nas empresas americanas envolvidas em escândalos contábeis. Em segundo lugar, isso reflete a abundância de recursos nos mercados internacionais de capital, visto que o risco-país caiu para todos os emergentes: até o final do ano passado o risco médio desses países ainda era menor que o risco Brasil, e ainda hoje se encontra bastante próximo ao nosso. Até mesmo os países que recentemente passaram por moratória - como Argentina e Rússia - estão com o risco menor ou próximo ao nosso. Em terceiro lugar, com a cláusula CAC, o mercado se sente bastante seguro, pois sabe que poderá ditar regras caso haja necessidade de uma renegociação. Portanto, não há motivo para se festejar a queda do risco-país medido pelas polêmicas agências internacionais, pois ele reflete um aumento do risco para nossa soberania.

Nesse cenário de juros estratosféricos, a dívida pública nunca esteve tão elevada e alcança patamares altíssimos. A dívida interna ultrapassou a marca de um trilhão de reais em dezembro de 2005 e a dívida externa permanece alta, na casa dos US\$ 188 bilhões em fevereiro de 2006. O governo brasileiro está emitindo títulos da dívida externa de forma acelerada, conforme pode ser

visto em tabela constante da página da Secretaria do Tesouro Nacional<sup>10</sup>. O crescimento exponencial da dívida se deve a essa política suicida de juros altos e baixo crescimento econômico, provocada justamente pela subtração de investimentos e gastos para dar conta dos mega superávits primários a cada ano.

Sabemos que a dívida é o pano de fundo dos problemas nacionais. É por causa da dívida que não há recursos para investimentos e para serviços sociais essenciais. O elevado grau de endividamento tem sido usado, nos últimos anos, como justificativa para imposição de enormes sacrifícios: modelo agrícola voltado para exportação, em detrimento da urgente reforma agrária; privatizações de empresas estratégicas e lucrativas; elevação das taxas de juros; aumento da carga tributária, aliado a cortes de investimentos e gastos sociais para cumprir as metas de superávit primário. Esse endividamento ilegal e ilegítimo é o responsável pela transferência para o exterior de quantias superiores às que tomamos emprestadas, e, ainda assim, a auditoria prevista na Constituição de 1988 não foi realizada.

E sequer sabemos que dívida é essa, como ela surgiu, quem se beneficiou, porque cresceu tanto e tão velozmente. Por isso é fundamental que todas as forças vivas da sociedade se unam para exigir que se cumpra a Constituição Federal e se realize uma completa auditoria desse obscuro processo de endividamento. Enquanto o Congresso Nacional se omite, grande esforço tem sido despendido pelas entidades que integram os trabalhos da Auditoria Cidadã da Dívida, movimento inserido na Campanha Jubileu Sul Brasil, que consiste em levantar informações, buscar documentos, realizar estudos e divulgar periodicamente tais informações, a fim de manter o tema do endividamento em debate e denunciar as verdadeiras causas do atual estado de desrespeito aos direitos humanos em nosso rico país<sup>11</sup>.

Nesse final de mandato, podemos dizer que, infelizmente, as metas estereis, especialmente as de inflação e de superávit primário, tiveram prioridade total, em detrimento das metas sociais e humanas. Prevaleceu a “Carta aos Banqueiros”. Venceu a opção pelo aprofundamento do modelo capitalista, um modelo que em si é corrupto, pois corrrompe mecanismos e instrumentos da economia do país para transferir rendas dos pobres para os ricos, e de países pobres para os países ricos. O resultado não poderia ser outro: vários integrantes do governo e do PT, no Executivo e Legislativo, desmoralizados por envolvimento com a corrupção que marca os tempos atuais, denunciados pelo Ministério Público, acusados de formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, evasão ilegal de divisas, corrupção ativa e passiva e peculato, conforme denúncia enviada ao STF em 30 de março de 2006.

De acordo com a investigação do procurador-geral, o esquema do mensalão era uma organização criminoso dividida em três núcleos: o político-partidário, o publicitário e o financeiro<sup>12</sup>.

Infelizmente, a corrupção venceu a esperança. Não foi desta vez, porém, prosseguiremos na luta por um governo popular que promova uma profunda mudança rumo à recuperação de nossa soberania e à garantia do atendimento aos direitos essenciais da sociedade brasileira, mediante acesso à saúde, educação, trabalho, moradia, terra, segurança, assistência, de forma a obtermos um desenvolvimento de forma justa e solidária.

## NOTAS

<sup>1</sup> A Desvinculação das Receitas da União (DRU) retira recursos das áreas sociais para os quais a Constituição Federal garante uma vinculação - como educação, saúde

**É fundamental que todas as forças vivas da sociedade se unam para exigir que se cumpra a Constituição Federal e se realize uma completa auditoria desse obscuro processo de endividamento.**

e previdência - e permite que o governo os destine para o pagamento de juros da dívida pública.

<sup>2</sup> Cláusula de Ação Coletiva (CAC). Exigência do Fundo Monetário Internacional (FMI). Esta cláusula transfere aos detentores de 85% dos títulos o poder de decidir como será sua renegociação, no caso de dificuldade de pagamento, e ainda transfere para Nova York o foro para o caso de litígio, ferindo frontalmente a soberania nacional.

<sup>3</sup> Diz o texto: “Do lado das receitas, coloca-se a necessidade de realizar uma re-

forma tributária ampla, baseada nos critérios de eficácia da arrecadação e de justiça-fiscal. É preciso desonerar a produção, reduzir os tributos sobre os assalariados e as classes médias (progressividade dos impostos), taxar grandes fortunas e grandes heranças e ampliar a base de arrecadação, ao reduzir as brechas para a evasão e a sonegação fiscais (por exemplo, através do acesso aos dados da CPMF).”

<sup>4</sup> *O Globo*, 26 abr. 2006.

<sup>5</sup> Informativo *INEP*, n. 130, 6 mar. 2006. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/informativo/informativo130.htm>>.

<sup>6</sup> *Folha de S. Paulo*, 18 abr. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u18558.shtml>>.

<sup>7</sup> Não se consideraram as contribuições previdenciárias sobre a folha de salários.

<sup>8</sup> Despesa permitida pela Lei n.º 9.249/95, artigo 9º, que possibilita a dedução do valor dos juros calculados sobre o próprio capital, para fins de apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), beneficiando somente pessoas jurídicas altamente lucrativas.

<sup>9</sup> Ver recentes artigos *Contradição inexplicável e Carnaval da dívida externa*. Disponível em: <[www.divida-auditoriacidada.org.br](http://www.divida-auditoriacidada.org.br)>.

<sup>10</sup> Disponível em: <[http://www.stn.fazenda.gov.br/divida\\_publica/downloads/soberanosinternet.xls](http://www.stn.fazenda.gov.br/divida_publica/downloads/soberanosinternet.xls)>.

<sup>11</sup> Disponível em: <[www.divida-auditoriacidada.org.br](http://www.divida-auditoriacidada.org.br)>.

<sup>12</sup> Ver notícia e íntegra da denúncia do Procurador-Geral da República. Disponível em: <<http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/imprensa/iw/nmp/public.php?publ=6890>>. 

# Desvendando a política da educação superior do governo Lula

Celia Regina Otranto

Doutora em Ciências, professora-pesquisadora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

A reforma da educação superior do governo Lula da Silva iniciou oficialmente o seu curso, com o Decreto de 20 de outubro de 2003, que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) encarregado de analisar a situação da educação superior brasileira e apresentar um plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O GTI foi composto por 12 membros, sendo dois representantes de cada um dos órgãos que se seguem: Ministério da Educação; Casa Civil; Secretaria Geral da Presidência da República; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério da Fazenda.

O relatório final do GTI foi divulgado, extra-oficialmente, em dezembro de 2003. O documento é composto de quatro partes, enfocando: ações emergenciais; autonomia universitária; complementação de recursos (financiamento) e as etapas para a implementação da Reforma Universitária. O texto inicia reconhecendo a situação de crise da educação superior

brasileira, em especial das universidades federais, mas atribui o problema à crise fiscal do Estado, sem maiores aprofundamentos de sua origem. Em seguida, procura demonstrar que a crise já está atingindo também as instituições privadas, que viveram uma expansão recorde nos últimos anos e agora se encontram ameaçadas pelo risco da inadimplência generalizada do alunado e de uma crescente desconfiança em relação aos seus diplomas. Após esse preâmbulo, aponta as soluções: a) um programa emergencial de apoio ao ensino superior, especialmente às universidades federais; b) uma reforma universitária mais profunda (BRASIL, 2003).

A reforma “mais profunda” passa pela reposição do quadro docente, ampliação de vagas para estudantes, educação a distância, autonomia universitária e financiamento que, segundo o GTI, resolveriam o problema das instituições federais de educação superior. Como defendemos a idéia de que este documento serviu de base para os demais que orientam a reforma da educação superior brasileira e direcionou medidas legais, já implantadas oficial-

mente, vamos analisar mais detalhadamente seus princípios.

### a) Ampliação do quadro docente e de vagas para estudantes

A ampliação do quadro docente é articulada à ampliação de vagas para estudantes de graduação nas universidades federais que, segundo o documento, seria preciso chegar a 2,4 milhões de vagas no sistema federal em 2007. Mesmo mencionando a necessidade da abertura de concursos para preencher as vagas de professores e servidores, o GTI apresenta como alternativa para fazer frente à demanda, a criação de novas bolsas da Capes, para aproveitar aposentados e recém doutores nas atividades de ensino de graduação. Na seqüência, propõe o aumento da carga horária dos professores em sala de aula, o aumento no número de alunos e a educação a distância. Além de questionarmos se os 700 aposentados e os mil recém doutores, com bolsas anuais renováveis por até quatro anos, ocupariam as vagas indicadas anteriormente para os concursados, cabe aqui, também, uma investigação da origem desta proposta.

Primeiramente, cabe ressaltar a ênfase na quantidade em detrimento da qualidade no ensino de graduação, em contraposição ao de pós-graduação, e às atividades de pesquisa e extensão. Isto nos remete a uma outra concepção de universidade, agora centrada somente no ensino. Se analisarmos o documento do Banco Mundial, de 1994, veremos o incentivo à diversificação da educação superior, amparado na crítica ao modelo de ensino superior baseado nas universidades de pesquisa que, segundo o Banco, são muito caras e inadequadas às necessidades e recursos dos países mais pobres (WORLD BANK, 1994). Instituições

**O GTI apresenta como alternativa para fazer frente à demanda por vagas, a criação de novas bolsas da Capes, para aproveitar aposentados e recém doutores nas atividades de ensino de graduação.**

universitárias voltadas ao ensino e cursos superiores de curta duração que no Brasil se transformaram nos Centros Universitários e Cursos Seqüenciais por Campo do Saber, por exemplo, são conseqüências dessas indicações, que inspiraram a LDB de 1996 e legislação complementar. O documento do Banco Mundial de 1999, por sua vez, além de também destacar a necessidade de diversificação das instituições, defende que o sistema de educação superior dos países periféricos deve contar com poucas universidades de pesquisa, seguidas por universidades de formação profissional de quatro anos, institutos isolados e centros vocacionais e/ou de formação técnica com duração de dois anos (WORLD BANK, 1999).

### b) Educação a distância

De acordo com o relatório do Grupo de Trabalho Interministerial, a universidade pública brasileira, nos limites impostos pela educação presencial, mesmo com a ampliação de recursos, não teria condições de aumentar as vagas de forma maciça em curto e médio prazos. Por este motivo, apresenta a educação a distância como um caminho viável e necessário.

A educação a distância é também amplamente defendida pelo primeiro Ministro da Educação do governo Lula da Silva, Cristovam Buarque. No documento intitulado “Universidade numa encruzilhada”, Buarque (2003, p. 3) prega “[...] a necessidade de uma revolução no conceito de universidade [...]” e essa revolução passa, segundo o autor, pelo ensino a distância que possibilitaria a implantação da “universidade aberta”, que seria uma universidade sem muros e sem um campus fisicamente definido. “A universidade do século XXI será aberta a todo planeta. As aulas serão transmitidas pela

televisão, pelo rádio e na *Internet*”. (BUARQUE, 2003, p. 18).

Mais uma vez, chamamos a atenção para uma análise mais detalhada desse discurso, que defende a adoção da educação a distância de forma indiscriminada, como o caminho mais viável para a ampliação de vagas na educação superior. Primeiramente, cabe destacar que o documento do GTI, que afirma ter como meta, até 2007, a ampliação de 600 mil vagas na educação superior, ao se referir à educação a distância, indica que 500 mil alunos serão por ela atendidos, deixando passar a idéia de que apenas 100 mil estudantes seriam atendidos em cursos presenciais, o que abriria, definitivamente, o mercado da educação a distância às multinacionais e aos governos que exportam tais serviços e vêm exercendo pressão nos chamados “mercados emergentes de serviços”.

Esse é um importante ponto da pauta da Associação do Livre Comércio das Américas (ALCA) e da Organização Mundial do Comércio (OMC). A OMC lucra com os chamados “serviços educacionais” e os países membros, com destaque especial para os Estados Unidos, exercem pressão para a adoção de regras comerciais no campo educacional.

É importante destacar que o setor de serviços é considerado o maior da economia americana e já vem recebendo atenção especial também do governo brasileiro. Atrelando a educação ao setor de serviços, já que, segundo a OMC, ela deve ser vista como mercadoria, a abertura de um mercado emergente como o Brasil pode representar muito lucro. Daí o interesse do governo americano em integrar o Brasil na ALCA e na OMC.

### c) Autonomia universitária

A “garantia” de autonomia universitária está presente em todos os documentos que fundamentam a proposta do governo Lula da Silva. No Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial há uma relação explícita entre a crise que assola as universidades públicas e as “[...] amarras legais que impedem cada universidade de captar e administrar recursos, definir prioridades e estruturas de gastos e planejamento.” Por esse motivo, segundo o relatório, “[...] a imediata garantia de autonomia às universidades é um passo necessário para enfrentar a emergência.” (BRASIL, 2003, p. 9).

O discurso sedutor parece, no primeiro olhar, que vai ao encontro dos anseios das comunidades universitárias, porém, no decorrer da leitura deste relatório, percebe-se que a autonomia por ele proposta tem como enfoque principal a autonomia financeira, e não a autonomia de gestão financeira, conforme ex-

plicitado na Constituição Federal. Autonomia financeira significa a liberação da universidade para captar recursos no mercado, sem amarras legais. Isso daria um enorme alívio financeiro ao Estado que seria obrigado, somente, a complementar esses recursos e não mais teria, como tem hoje, a obrigação de manter financeiramente as universidades públicas.

A inspiração dessa “autonomia financeira” do Grupo Interministerial do governo Lula da Silva veio, como as demais, dos documentos do Banco Mundial (BM). Tomando como referência o documento de 1994, podemos ver que o BM considera a educação superior no Brasil um campo extremamente privilegiado devido aos subsídios governamentais a ela destinados, e propõe uma ampla reforma. Uma das orientações-chave para esta reforma é “[...] propor-

**A OMC lucra com os chamados “serviços educacionais” e os países membros, com destaque especial para os Estados Unidos, exercem pressão para a adoção de regras comerciais no campo educacional.**

cionar incentivos para que as instituições públicas diversifiquem as fontes de financiamento, por exemplo, a participação dos estudantes nos gastos e a estreita vinculação entre o financiamento fiscal e os resultados.” (WORLD BANK, 1994, p. 4).

#### d) Financiamento

Em relação ao financiamento das universidades federais o documento do Grupo Interministerial reconhece que essas instituições há muito deixaram de contar com um programa específico para recuperação predial e aquisição de equipamentos para seus laboratórios e bibliografia para o ensino de graduação. Admite que essa situação tem provocado o fechamento de laboratórios, desabamento de prédios e degradação das instalações. Em seguida, afirma que o MEC estimou para 2004 o montante de R\$ 241 milhões para possibilitar a recuperação de equipamentos, além do aporte anual de R\$ 100 milhões para manutenção predial, mas finaliza, acrescentando que esses recursos não foram contemplados na proposta orçamentária.

O documento do GTI apresenta, então, alternativas de fonte de financiamento que, “por não terem sido aprovadas por todos os membros do grupo”, foram anexadas ao final do texto. Elas vão desde as já citadas contribuições voluntárias e não voluntárias de ex-alunos, até distribuição da CPMF de forma a permitir que uma parte dos recursos seja canalizada para as áreas de saúde das universidades públicas, além da retirada da folha de pagamento dos inativos do orçamento das universidades federais. Propõe, ainda, uma Lei de Incentivo Fiscal para o ensino superior, a criação de fundos empresariais para financiar o funcionamento das universidades federais e um acor-

do de troca da dívida externa por investimentos na educação.

Todas as propostas objetivam reduzir os gastos da União com a educação superior substituindo-os por outras fontes de financiamento. Mas surpreendentemente, é garantido, no mesmo documento, que o MEC “[...] se propõe a assegurar um fluxo regular adicional de recursos[...]” para aquelas instituições universitárias que aceitem aderir a um “Pacto de Educação para o Desenvolvimento Inclusivo” (BRASIL, 2003, p. 12).

Esse Pacto, segundo o relatório do GTI, terá suas vagas abertas em edital público e contemplará, prioritariamente, as universidades federais e as demais instituições públicas estaduais e municipais. Contudo, o Pacto inclui ainda instituições privadas (comunitárias ou particulares), “[...] quando o setor público não for capaz de atender a toda demanda.” (BRASIL, 2003, p. 13).

Ora, o setor público, na grande maioria dos cursos, não tem vagas ociosas e, nos vestibulares, a relação candidato/vaga é alta. Isso significa que o setor público não tem e não terá condições de atender toda a demanda e, por certo, grande parte dessa verba, se houver, será destinada às instituições privadas, que receberão, segundo o documento, “[...] um valor mensal por aluno a título de taxa escolar, ao longo do período correspondente à sua formação, e um valor adicional no momento de concluir o curso.” (BRASIL, 2003, p. 13).

Mas de onde será que surgiram as idéias sobre financiamento que integram o documento do Grupo de Trabalho Interministerial que está direcionando as ações governamentais? Seus fundamentos, mais uma vez, podem ser encontrados nos textos do Banco Mundial e de demais organismos internacionais.

**O Banco Mundial considera a educação superior no Brasil um campo privilegiado devido aos subsídios governamentais a ela destinados, e propõe uma ampla reforma.**

Trocar a dívida externa por investimentos em educação foi uma sugestão do Banco Mundial e da Unesco em documento conjunto apresentado em 2000 (The Task Force on Higher Education and Society, 2000). Porém, o texto especifica que a redução da dívida está condicionada à reforma sistêmica do ensino superior. Esta perspectiva também está contida no último documento do Banco Mundial (WORLD BANK, 2004).

Como se pode perceber, os fundamentos da reforma da educação superior do governo Lula estão calcados em marcos regulatórios defendidos pelos organismos internacionais. A maior parte desses fundamentos foi defendida no documento elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial e direcionou medidas legais que foram sendo implantadas, desenhando a reforma de acordo com os interesses governamentais. Dentre estas medidas pode-se destacar o PROUNI, o SINAES, a Lei de Inovação Tecnológica, as Parcerias Público-Privadas, o decreto que normatiza a Educação a Distância, além das medidas já adotadas para a Educação Profissional.

### O Programa Universidade para Todos (PROUNI)

O PROUNI deveria ter sido lançado em 17 de abril de 2003, mas o presidente Lula da Silva adiou, na véspera, o seu lançamento. Segundo o jornal Folha de São Paulo (14 abr. 2004), o Programa, que já tinha sido atacado por reitores das universidades federais, também recebeu oposição de associações de entidades privadas de ensino superior, que “criticaram o percentual de abertura de vagas e exigiram em troca isenção do Imposto de Renda e outros três tri-

butos para as instituições com fins lucrativos”.

Aparadas algumas arestas com o setor privado, o governo enviou o projeto de lei do PROUNI ao Congresso Nacional. No entanto, a despeito da tramitação, o presidente Lula editou, em 10 de setembro de 2004, a medida provisória (MP) nº 213 que instituiu o Programa Universidade para Todos. Logo em seguida, o Decreto nº 5.245, de 18 de outubro de 2004, regulamentou a MP e a Portaria nº 3.268, de 19 de outubro de 2004, estabeleceu os procedimentos para adesão das Instituições Privadas de Educação Superior ao PROUNI. Mais recentemente, em 13 de janeiro de 2005, o Programa foi transformado em lei – Lei nº 11.096/05.

Em linhas gerais, o PROUNI estende a todas as instituições privadas (com ou sem fins lucrativos) que a ele aderirem, isenção de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social e Contribuição para o Programa de Integração Social. Os 25% de vagas iniciais caíram para “uma bolsa integral a cada nove estudantes pagantes”, concedida a “brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar *per capita* não exceda o valor de até um salário mínimo e meio”. Em 2006, a bolsa integral será concedida a cada 10,7 estudantes pagantes. Os demais terão que se conformar com bolsas de 25% ou 50%. Como pelo perfil social estes estudantes não terão como custear seus cursos, a solução encontrada pelo MEC foi repassar verbas públicas para o pagamento de mensalidades. Com esses recursos (perda de impostos e pagamento de mensalidades), direcionados para as universidades federais, novos professores poderiam ser con-

Os fundamentos da reforma da educação superior do governo Lula estão calcados em marcos regulatórios defendidos pelos organismos internacionais.

tratados e todos os cursos de graduação poderiam ser oferecidos no horário noturno. A tendência seria de chegar em três ou quatro anos a um milhão de novas matrículas nas universidades públicas e não 120.000 bolsas como pressupõe o PROUNI. O mais grave é que o Programa não prevê mecanismos de controle sobre a qualidade dos cursos.

### O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior foi instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, com o objetivo de conduzir o processo de avaliação da educação superior. Está assentado no tripé: avaliação das instituições de ensino superior; dos cursos de graduação e do desempenho estudantil.

Uma análise da Portaria do MEC nº 2.051, de 9 de julho de 2004 que regulamenta os procedimentos de avaliação, permite a constatação de que será através do SINAES que as instituições de educação superior serão credenciadas e reconhecidas, obterão autorização e reconhecimento para o oferecimento dos seus cursos de graduação, além da renovação periódica da oferta desses cursos (artigo 32). Isso reforça o papel assumido pelo Estado brasileiro no contexto das reformas dos anos de 1990, de ente avaliador e regulador das ações que se passam na esfera social. O governo Lula fortalece, desta forma, os mecanismos de controle sobre as instituições de educação superior, favorecendo a regulação das ações de vários órgãos que desenvolvem as políticas públicas e privadas.

O SINAES atinge, então, o seu objetivo de regular e ajustar a educação superior brasileira às exigências de avaliação inseridas nos documentos emanados dos organismos internacionais, de

forte cunho quantitativo e competitivo entre as instituições.

### A “Lei de Inovação Tecnológica”

A Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, “dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências”. Segundo esta Lei, o montante principal das verbas de pesquisa será repassado às universidades. Isso é uma inversão completa dos fins da universidade, uma vez que em nenhum lugar do mundo a inovação é feita nas universidades, e sim nas empresas.

No cenário atual brasileiro, de profunda deterioração salarial e precárias condições de trabalho, aliado à difusão de ideologias neoliberais, essas propostas podem parecer sedutoras para muitos docentes. “Contudo, a exemplo das experiências das fundações privadas, os benefícios dessas atividades acabam privilegiando poucos e pequenos grupos, cujo foco de trabalho está dirigido para as atividades que as empresas consideram de seu interesse.” (ANDES, 2004, p. 45). Neste contexto, o benefício financeiro é direcionado a poucos privilegiados, restando uma pequena contrapartida à instituição, o que pode levar à degradação das condições de ensino e pesquisa.

Os professores passam a ser os “empreendedores” e as instalações da universidade podem ser cedidas para uso das empresas, com ônus para o Estado. As pesquisas financiadas por mecanismos previstos nesta Lei, mesmo que desenvolvidas no interior das universidades, são sigilosas. Professores e alunos não podem comentar sobre elas. Isso fere a autonomia universitária como a conhecemos até hoje e como a defendemos, fundamentados no artigo 207

As pesquisas financiadas por mecanismos previstos na Lei de Inovação Tecnológica, mesmo que desenvolvidas no interior das universidades, são sigilosas.

da Constituição Federal.

O professor envolvido na prestação de serviço poderá receber contribuição pecuniária da instituição na forma de “adicional variável” ou “bolsa de estímulo à inovação” (artigo 9º). Na prática, isso significa mais repasse de recursos públicos para o setor empresarial. A chamada “Lei de Inovação Tecnológica” tem que ser compreendida, portanto, no bojo das parcerias público-privadas, que prevêm a aplicação de fundos federais em projetos de “interesse comum” para acelerar a incorporação de tecnologias pelas empresas.

**Alguns críticos da lei que instituiu a PPP viram nela potencialidades de um “golpe de estado branco”, em razão de seus efeitos possíveis sobre a ordem constitucional e sobre o funcionamento do próprio Estado brasileiro.**

### As Parcerias Público-Privadas

As Parcerias Público-Privadas (PPP) foram regulamentadas pela Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 que “institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública”. Segundo Lopreato (2005, p. 9), as PPPs “[...] foram pensadas para fazer os investimentos que o setor público deixou de realizar porque tem que gerar o superávit primário exigido na manutenção da sustentabilidade da dívida que o mercado requer.” Maciel (2005) adverte que quaisquer modificações nas formas de prestação de serviços públicos no Brasil não podem desconsiderar as negociações que estão ocorrendo no âmbito da OMC, em particular as pressões para a abertura comercial em serviços, as quais não deixarão de incluir os serviços públicos. No entanto, parece que o açodamento brasileiro em aprovar as PPPs não levou em consideração muitas dessas variáveis e seus riscos. Alguns críticos da lei que instituiu a PPP viram nela potencialidades de um “golpe de estado branco”, em razão de seus efeitos possíveis sobre a ordem constitucional e sobre

o funcionamento do próprio Estado brasileiro, podendo colocar em risco a soberania do nosso país, a harmonia dos poderes da República e o próprio regime democrático (JURUÁ, 2005). Mesmo assim, ela foi festejada pela imprensa que vulgarizou o termo “parceria” com uma conotação sempre positiva, desqualificando a função pública e o funcionalismo público, em geral. Em linhas gerais, as PPPs incluem praticamente toda a Administração Pública direta e indireta. Os contratos de parceria reservam para o Estado o papel de distribuidor e de pagador.

Sob a forma de contratos, haverá uma ampla distribuição de privilégios [...]. Esses privilégios podem consistir na autorização para impor tarifas por prestação de serviços, mas também no direito de receber remuneração do Estado, por obras e serviços, os chamados direitos emergentes do contrato. (JURUÁ, 2005, p. 37).

Ao parceiro privado cabe gastar, contratar obras e serviços e gerir o projeto. Para levar a efeito suas atribuições, poderá contrair empréstimos no mercado financeiro. Se o parceiro público tiver direito a alguma receita os valores só poderão ser utilizados em gastos de investimentos, sendo proibida a utilização em gastos correntes, para o seu próprio custeio.

Para a economista, [...] parece que o Brasil está sendo leiloado. O governo é um corretor sem direito (legal, formal) às comissões de corretagem. Os compradores terão seus direitos plenamente assegurados, em conformidade aos direitos

de propriedade tão prestigiados em países imperiais. Terão garantia de lucratividade em suas aplicações financeiras, pouco importa o desperdício que assumirem. (JURUÁ, 2005, p. 38-39).

A autora chega a denominar a Lei das Parcerias Público-Privadas, de “Regimento Interno de Recolonização” (JURUÁ, 2005, p. 41). Se quase toda a função pública pode ser alvo das PPPs, a educação certamente não conseguirá fugir delas.

### Educação a distância

A importância que vem sendo dada, em todos os documentos oficiais, à educação a distância, direciona muitas análises no sentido de que a propalada ampliação da oferta da educação superior se dê através dessa modalidade de ensino, e não da abertura de novos cursos de graduação nas instituições públicas. O mercado da educação a distância no Brasil vem sendo cortejado há algum tempo por vários países que pretendem explorá-lo. O presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, e o Ministro da Educação, Fernando Haddad, assinaram, no final do ano passado, o Decreto nº 5622, de 19 de dezembro de 2005, regulamentando a oferta no Brasil. Este decreto, em conjunto com a lei das parcerias público-privadas, consolida a abertura do mercado educacional brasileiro ao capital estrangeiro, com algumas poucas restrições que podem ser facilmente superadas no decorrer do processo. Consolida, também, o sonho da “universidade aberta”, do ex-ministro Cristovam Buarque. Mais uma vez o governo se antecipa à chamada “reforma universitária”, sem o crivo parlamentar e sem o debate com a comunidade acadêmica.

O mercado da educação a distância no Brasil vem sendo cortejado há algum tempo por vários países que pretendem explorá-lo.

### Educação Profissional

A mesma prática pode ser percebida em relação à Educação Profissional. Educadores de todo país tinham a expectativa de novos caminhos para essa modalidade educacional, fundamentados em concepções oriundas dos movimentos sociais organizados, do sindicato nacional dos docentes e da comunidade educacional comprometida com as causas sociais e concepções teóricas do campo do trabalho e educação. No entanto, o Governo Lula vem implementando um conjunto de ações e programas específicos no campo jurídico, antes mesmo do Projeto de Lei Orgânica da Educação Profissional e Tecnológica dar entrada no Congresso Nacional. Implementou mudanças jurídico-normativas, principalmente, mediante a edição de quatro decretos e uma portaria interministerial. O Decreto nº 5154, de 20 de julho de 2004, regulamenta a oferta de educação profissional tecnológica de graduação e a articulação entre os ensinos médio e técnico. Prevê, ainda, a possibilidade de progressividade e cumulatividade na formação e na certificação e mantém a estrutura modular de organização da educação profissional, amplamente criticada pelos educadores. O Decreto nº 5225, de 1º de outubro de 2004, elevou os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), escolas tradicionais de nível médio, à categoria de instituições de educação superior. Os cursos tecnológicos, que eram cursos superiores diferenciados dos de graduação, adquiriram o status de cursos de graduação e pós-graduação. Para complementar, o Decreto nº 5254, de 1º de outubro de 2004, dispôs sobre a organização dos CEFETs, as principais escolas de educação profissional do país.

No entanto, paralelamente, o governo apresenta o Anteprojeto de Lei Orgânica da Edu-

cação Profissional e Tecnológica para “discussão” da sociedade. Mais uma vez, nos deparamos com o discurso da discussão democrática. Que democracia é esta, se o balizamento da educação profissional também já foi determinado e implantado? Qualquer discussão, ago-

ra, não teria somente o intuito de validar aquilo que foi definido unilateralmente?

### A proposta oficial da Reforma

Paralelamente às medidas legais, já implantadas, o MEC divulgou três documentos com o objetivo declarado de apresentar a proposta de reforma da educação superior para “discussão” da sociedade brasileira. O primeiro deles é datado de 2 de agosto de 2004 e tem por título “Reafirmando princípios e consolidando diretrizes” (BRASIL, 2004a). Na verdade, o título é bem apropriado, uma vez que reafirma os princípios e consolida as diretrizes contidas no Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial nunca divulgado oficialmente, que foi objeto de análise no início deste texto. O segundo documento, de 6 de dezembro de 2004, foi apresentado como a primeira versão do Anteprojeto de Lei do MEC para a reforma da educação superior (BRASIL, 2004b). O terceiro teve sua divulgação em maio de 2005, como a segunda versão do Anteprojeto de Lei da Educação Superior (BRASIL, 2005), e encontra-se na Casa Civil da Presidência da República<sup>1</sup>, acertando alguns detalhes referentes ao financiamento das Instituições Federais de Educação Superior, para ser encaminhado ao Congresso Nacional. Apesar da divulgação destes três documentos, podemos afirmar que, independentemente deles, os principais marcos da Reforma da Educação Superior no Brasil já foram criados e instituídos legalmente. Leher (2005) apresenta alguns destes marcos por ele considerados como “linhas de força”:

- 1) a consolidação do eixo privado como o vetor do fornecimento da educação superior;
- 2) a naturalização de que os (poucos) jovens das classes populares que terão acesso ao nível superior receberão ensino de qualidade drasticamente inferior;
- 3) a transformação da universidade em organização de serviços de-



mandados pelo capital, metamorfoseados como inovação tecnológica; 4) a conversão da educação tecnológica em um braço da ação empresarial; e 5) a hipertrofia do controle governamental (produtividade, eficiência e ideológica, reguladas por meio da avaliação) e do mercado (financiamento e utilitarismo) sobre a universidade pública, inviabilizando a autonomia e, principalmente, a liberdade acadêmica. (LEHER apud ADU-NICAMP, 2005, p. 5).

Todos estes marcos ou “linhas de força”, apontados pelo autor, constituem-se nos mesmos balizamentos destacados na pesquisa que deu origem a este texto.

### Concluindo

É certo que uma lei não pode conter, isoladamente, toda a reforma da educação superior no país. Mas, por outro lado, ela não deve surgir travestida de uma aura democrática, somente para reunir em um único texto legal o que já foi determinado pelo governo, acrescentado de uns poucos (e menos importantes) itens negociados no processo.

Como este texto pretendeu mostrar, a reforma da educação superior brasileira teve seus princípios, fundamentos e diretrizes traçados pelo Grupo de Trabalho Interministerial, instituído em outubro de 2003, que seguiu as orientações dos organismos internacionais. Todos os demais documentos sobre o assunto, assim como os dispositivos legais já implantados, somente tiveram por objetivo consolidar o que já havia sido determinado. Neste sentido, o discurso de que no governo Lula existe mais disposição ao diálogo/negociação, para que as decisões possam caminhar por um viés mais democrático, pode ser uma falácia. Frequentemente,

**A educação superior é um bem político público, não pode ser visto, como pretende a OMC, como um bem econômico de caráter privado.**

mente, os pretensos diálogos e negociações só têm servido para dar um verniz democrático a decisões tomadas unilateralmente.

Diante do que foi explicitado, podemos afirmar que a instituição universitária brasileira está com a sua identidade seriamente ameaçada. A universidade

(principalmente a pública) é um patrimônio da sociedade brasileira e, como tal, deve ser preservado. A educação superior é um bem político público, não pode ser visto, como pretende a OMC, como um bem econômico de caráter privado. Por esse motivo, as políticas públicas para a educação superior têm que ser sempre, políticas públicas de Estado, e não de governo (SILVA JR; SGUISSARDI, 2005). Não podem ser orientadas por objetivos de privatização econômica ou política. O financiamento da educação superior não pode ser visto como “gasto” e sim como investimento da sociedade para a sociedade, uma vez que contribui significativamente para a soberania da nação e preservação de sua identidade cultural.

Reformar a Educação Superior brasileira é preciso, sem nenhuma dúvida. Mas para que isso aconteça, realmente, de forma democrática e mantendo a soberania do País, é necessário que sejam revogados todos os dispositivos legais que engessam a atual Reforma dita “democrática”. É imperativo que se enfrente o debate em torno do público versus privado, com clareza e determinação. Um país que se quer soberano e democrático precisa ter a coragem de estabelecer, por si só, as bases de sua Reforma da Educação Superior em real discussão com os segmentos organizados da sociedade.

### NOTA

<sup>1</sup> Informações atualizadas até março de 2006.

## REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNICAMP. *Caderno Adunicamp*, Campinas, fev. 2005.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. *A contra-reforma da educação superior: uma análise do ANDES-SN das principais iniciativas do governo de Lula da Silva*. Brasília, DF, ago. 2004.
- BRASIL. Presidência da República. Grupo de Trabalho Interministerial. *Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades brasileiras e roteiro para a reforma da universidade brasileira*. Brasília, DF, 2003.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Reforma da educação superior: reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior*. Brasília, DF, 2004a.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Anteprojeto de lei da reforma da educação superior. Brasília, DF, 2004b.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Anteprojeto de lei da reforma da educação superior. Brasília, DF, maio 2005. 2ª versão.
- BUARQUE, Cristovam. *Universidade numa encruzilhada*. Unesco, Brasil: Ministério da Educação, 2003.
- JURUÁ, Ceci Vieira. Lei das parcerias público-privadas: vícios estruturantes do projeto de lei. *Caderno Adunicamp*, Campinas, p. 25-46, fev. 2005.
- LOPREATO, Francisco Luiz C. Finanças públicas, PPP e universidade. *Caderno Adunicamp*, Campinas, p. 6-10, fev. 2005.
- MACIEL, Cláudio Schuller. Parcerias público-privadas: elementos para a compreensão do projeto de lei nº 2.546/2003. *Caderno Adunicamp*, Campinas, p. 11-24, fev. 2005.
- SILVA JR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. A nova lei da educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, Campinas, n. 29, maio/ago. 2005.
- WORLD BANK. *Higher education*. The lessons of experience. Washington, D.C.: The World Bank Group, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Education Sector Strategy*. Washington, D.C.: The World Bank Group. Human Development Network, 1999.
- \_\_\_\_\_. *World Development Report: making services work for poor people*. Washington, D.C.: The World Bank Group, 2004. 

# Faces da privatização do fundo público no Brasil: a utilização dos recursos do FAT pelo BNDES

Georgia Sobreira dos Santos Cêa

Doutora em Educação, professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)

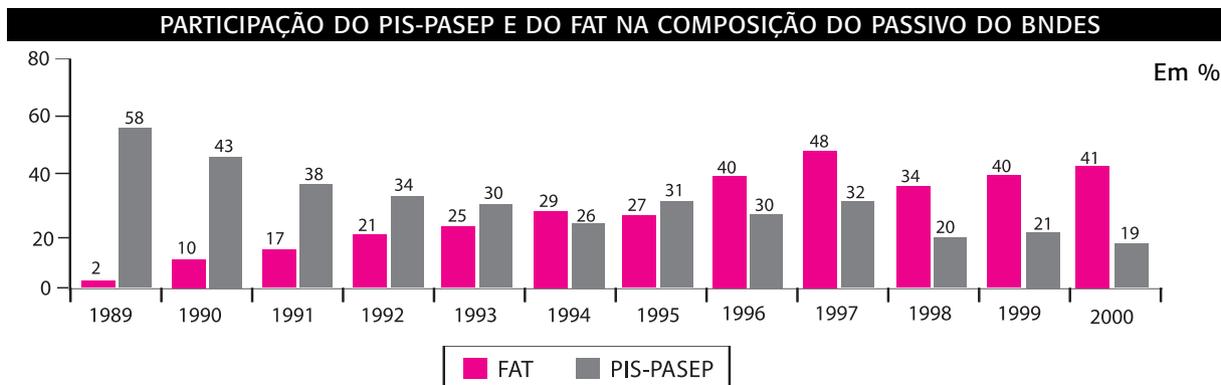
## FAT e BNDES: orgânicas relações

**D**esde 1952, quando foi fundado, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vem financiando os maiores empreendimentos econômicos do país. Atualmente, ocupa o posto de maior instituição dessa natureza na América Latina. Com a definição da transferência constitucional do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para o Banco, a partir de 1990, a tarefa do BNDES ganhou novo fôlego. Isto porque a Constituição Federal de 1988 definiu, em seu artigo 239, que pelo menos 40% da arrecadação do PIS (Programa de Integração Social) e do PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) que formam o FAT<sup>1</sup> devem ser destinados ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico, através do Banco. Este fundo, o FAT, é um fundo parafiscal, contábil, de natureza financeira, que foi criado através da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, regulamentando o previsto na Constituição Federal. Sua principal

responsabilidade é administrar as contribuições para o PIS e para o PASEP, de modo a custear as chamadas políticas públicas de emprego, entre as quais se destacam: o Programa Seguro-Desemprego (que inclui pagamento de benefícios, intermediação e reciclagem de mão-de-obra), o Abono Salarial (14º salário para os trabalhadores que recebem até dois salários mínimos por ano) e diferentes programas e projetos que possam contribuir com o desenvolvimento econômico do país, como é o caso dos programas de geração de emprego e renda (BNDES, 1993). Estes programas é que se constituem na razão de ser da destinação de 40% dos recursos do FAT para o BNDES.

O questionamento do uso que vem sendo feito dos recursos do FAT pelo BNDES é a finalidade última deste trabalho. Objetiva-se, com isso, demonstrar que os recursos do FAT a cargo do BNDES vêm, ao longo das duas últimas décadas, servindo para financiar, predominantemente, empreendimentos privados, em grande medida poupadores de mão-de-obra,

Gráfico 1



Fonte: Dados retirados dos Relatórios de Atividades do BNDES de 1991 a 2000a.

ao contrário de servirem para a geração de emprego e renda. Ainda, objetiva-se apresentar elementos que indicam a tendência de uso dos recursos do FAT a cargo do BNDES para investimentos em capital financeiro, ao contrário de investimentos em capital produtivo.

As análises aqui expostas são feitas com base em dados oficiais do FAT e do BNDES, especialmente a partir da exploração das informações financeiras constantes dos relatórios gerenciais desses órgãos<sup>2</sup>. A busca e identificação das contradições entre as finalidades da destinação do FAT para o BNDES (financiamento de programas voltados para a geração de emprego e renda) e a efetiva destinação desses recursos (financiamento de iniciativas empresariais tendencialmente poupadoras de força de trabalho) são os principais recursos metodológico-analíticos utilizados neste trabalho.

### O movimento do BNDES e as tendências de utilização privada do fundo público

As análises dos relatórios gerenciais do BNDES demonstram que o FAT, a partir de 1996, torna-se a principal fonte interna de recursos do Banco e se destaca como a maior parte das obrigações (recursos devidos) do Banco junto ao FAT. Ou seja, o FAT se constituiu, nos últimos

dez anos, na principal fonte de recursos do BNDES (superior até aos retornos de seus próprios investimentos), tornando-se o principal avalista do Banco. Também a partir 1996, o FAT se destaca como a maior parte das obrigações (recursos devidos) do BNDES, ultrapassando o montante do PIS-PASEP ainda a cargo do Banco, conforme se observa no gráfico acima.

Diante da representatividade do FAT para a própria existência do BNDES, além do fato do Banco ser um órgão do Estado brasileiro, é necessário ressaltar a necessidade e a importância do efetivo controle social sobre a destinação e utilização desses recursos, visto o caráter público do FAT e do próprio Banco. Entretanto, tal controle vem sendo fragilmente exercido pelo Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT), não sendo diferente do que ocorre nos órgãos gestores do próprio BNDES. As ressalvas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do próprio BNDES de que há participação de trabalhadores no Conselho de Administração do Banco são insuficientes para reverter a subalternidade dessa inserção. Essa evidente falta de controle público dificulta a negação da imagem de que o BNDES é uma “caixa-preta”, especialmente no que se refere ao uso dos recursos do FAT ali alocados.

**O FAT se constituiu, nos últimos dez anos, na principal fonte de recursos do BNDES, tornando-se o principal avalista do Banco.**

Segundo o Planejamento Estratégico do Banco para o período 2001-2005, o BNDES previu a definição de prioridade de suas atividades em sete dimensões: modernização dos setores produtivos; infra-estrutura; apoio às exportações; desenvolvimento social; micro, pequenas e médias empresas; redução dos desequilíbrios regionais; e privatização (BRASIL, 2000a, p. 8).

No caso específico das privatizações, deve-se destacar que o BNDES é o órgão gestor do Programa Nacional de Desestatização (PND), criado em 1990. Em 1997, com a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, encerra-se praticamente a transferência à iniciativa privada das empresas industriais e tem início a fase da privatização de empresas da área de infra-estrutura, de concessões de serviços públicos e do setor financeiro. Pode-se afirmar que o BNDES foi o principal gestor e financiador desse processo. Segundo o próprio Banco, “[...] os resultados acumulados das privatizações realizadas desde 1991 ultrapassaram a marca de US\$ 100 bilhões, valor esse que coloca o programa de privatização brasileiro entre os maiores já realizados no mundo.” (BRASIL, 2000a, p. 44).

Este relatório indica que, em 2000, a transferência do patrimônio público para o setor privado já havia englobado empresas dos setores siderúrgico, petroquímico, de fertilizantes, mineração, telecomunicações, transporte ferroviário de carga, diversos bancos, rodovias e portos. Naquele ano, os destaques do PND foram a venda de ações da Petrobrás e a desestatização do Banco do Estado de São Paulo S.A. (Banespa).

Segundo Biondi (2000), no problemático processo de privatização conduzido pelo

BNDES, observou-se que comumente as privatizações incorporaram a prática de negociar os pagamentos das transações com moedas “podres” (títulos antigos do governo com baixa possibilidade de remuneração), sendo o restante, que deveria ser pago em dinheiro “vivo”, parcelado em até dez anos, a juros baixos. Além disso, os devedores (compradores das estatais) fizeram do próprio Estado o seu maior credor, através dos empréstimos públicos para investimentos e, alguns anos após as privatizações, para a compra de empresas de menor porte. Na maioria dos casos, o credor foi o próprio BNDES.

O aumento do investimento no setor privado é proporcional ao avanço do processo de privatização, o que acaba por credenciar um leque ainda maior de empresas privadas a receberem recursos do BNDES. Essas empresas compõem a maioria abso-

luta das entidades beneficiadas com os empréstimos do Banco. Em 1997, elas representaram 77% do total de empresas atendidas, saltando para 90% em 1998 (BRASIL, 1998, p. 6).

Das instituições que receberam recursos do BNDES, a prioridade vem sendo dada a grandes empresas, exatamente aquelas que menos geram emprego e que, em casos de maciço investimento tecnológico, acabam sendo poupadoras de mão-de-obra. As microempresas e o microcrédito são flagrantemente preteridos nos investimentos do BNDES, contrariando uma de suas supostas dimensões prioritárias, muito embora o alarde nos meios de comunicação aparente o oposto.

Segundo o Relatório da Competitividade da Indústria Brasileira (SEBRAE, 2001), um estudo junto ao setor privado demonstrou que as empresas pretendem contar com recursos governamentais para a elevação dos investimen-

**Os resultados acumulados das privatizações realizadas desde 1991 ultrapassaram a marca de US\$ 100 bilhões, valor esse que coloca o programa de privatização brasileiro entre os maiores já realizados no mundo.**

tos em tecnologia. Ao que parece, essa pretensão dificilmente se efetivará, uma vez que o acesso ao crédito público é mais amplo para as empresas de maior porte. Enquanto 57,4% das grandes empresas afirmaram ter utilizado financiamentos do BNDES para a área da infra-estrutura, apenas 2,7% das microempresas fizeram a mesma afirmação.

Dessa forma, ao privilegiar as grandes empresas, essencialmente aquelas poupadoras de força de trabalho, o BNDES continua ignorando o objetivo do FAT de custear investimentos que resultem em geração de emprego e renda para a população.

É importante observar, ainda, como vem ocorrendo a destinação de recursos do FAT, por meio do BNDES, para serem gerenciados por entidades privadas que intermediam operações financeiras. Em 1998, 52% dos desembolsos totais do BNDES corresponderam a operações financeiras realizadas por grandes entidades privadas do setor (Itaú, Bradesco, Unibanco, por exemplo). Em 1999, esse índice subiu para 62% (BRASIL, 1998, 1999), em detrimento da participação das instituições financeiras do setor público.

Outro aspecto relevante é a tendência de diminuição do investimento no setor produtivo, por parte do BNDES, sintonizando o Banco com um movimento já consolidado nos países centrais do capitalismo. O BNDES prevê o fortalecimento das atividades financeiras junto ao mercado de capitais, “[...] considerado um fator-chave para atingir as metas estabelecidas no Plano [Estratégico – 2001/2005].” Com essa ênfase no mercado de capitais, o Banco espera poder multiplicar em duas vezes e meia o montante de investimentos (BRASIL, 2000a, p. 18).

Essa orientação do Banco reflete o aumento

**Ao privilegiar as grandes empresas, o BNDES continua ignorando o objetivo do FAT de custear investimentos que resultem em geração de emprego e renda para a população.**

dos riscos dos investimentos, em função, principalmente, da interdependência dos capitais no mercado financeiro.

No Brasil, o déficit em transações correntes<sup>3</sup> vem sendo coberto pelos investimentos externos diretos (IED), que entram por contas de capital e financeira e que, por sua natureza predominantemente especulativa, podem se retirar facilmente do cenário

econômico. Na relação entre os países centrais e periféricos, o IED expressa a atual racionalidade capitalista, promovendo o processo de mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), na forma de financeirização, num processo em que somente as grandes corporações sobrevivem e o controle econômico se dá pela via do capital financeiro (SALAMA, 1998).

A dependência econômica à estratégia financeira do IED ocasiona a fragilidade do suposto equilíbrio financeiro, cujos déficits são cobertos por capitais “flutuantes”, sem lastro produtivo, na grande maioria dos casos. Também no IED em capital produtivo ocorre a prevalência da financeirização, na medida em que as empresas (corporações) não atuam somente como unidades produtivas, mas também como ativos financeiros que se desdobram em autofinanciamento e aplicação financeira, num processo que acaba por criar um novo paradigma de organização e uma nova estratégia tecno-financeira (CHESNAIS, 1996, 1998).

A se confirmar no Brasil a tendência mundial observada por Chesnais (1996, 1998) e Salama (1998), o aumento do fluxo de capitais pela via do IED pode vir a acelerar o processo de incorporação tecnológica à produção; esse processo, combinado à continuidade da política de altas taxas de juros como regra macroeconômica de captação externa de capitais, torna ainda menos atra-

Tabela 1

COMPOSIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO BNDES COM O FAT					
(Em R\$ milhões)					
	1996	1997	1998	1999	2000
Total FAT	18.316,2	23.329,2	27.950,7	35.430,1	41.672,0
FAT – Ordinário (Art. 239 da CF)	16.720,5	19.903,7	23.465,7	29.230,8	34.257,8
FAT – TJLP	15.388,1	17.320,6	19.491,4	21.755,0	24.254,6
FAT – Cambial (US\$)	1.332,4	2.583,1	3.974,3	7.475,8	10.003,2
FAT – Depósitos Especiais	1.595,7	3.425,5	4.485,0	6.199,3	7.414,2
PROEMPREGO	1.050,5	2.473,0	3.321,3	4.901,7	5.935,6
PRONAF	–	724,4	1.163,7	1.218,8	1.359,1
Agrícola II	191,8	104,6	–	–	–
Naval	225,8	123,5	–	–	–
Automotivo	127,6	–	–	–	–
Outros	–	–	–	78,8	119,5

Fonte: Brasil (1997, 1998, 2000b).

tivo o investimento produtivo por meio da instalação de novas empresas, única via efetiva de geração de emprego.

Na tentativa de ampliar o fluxo de entrada de capital estrangeiro, e assim diminuir o déficit em transações correntes, a política de exportação passa a ser estimulada e o BNDES tem se empenhado para isso.

Considerando o montante de recursos a cargo do BNDES devidos ao FAT (tabela 1), pode-se perceber a evolução significativa dos investimentos voltados para a exportação (FAT – Cambial), ocorrendo o mesmo com os investimentos oriundos dos recursos dos depósitos especiais<sup>4</sup>.

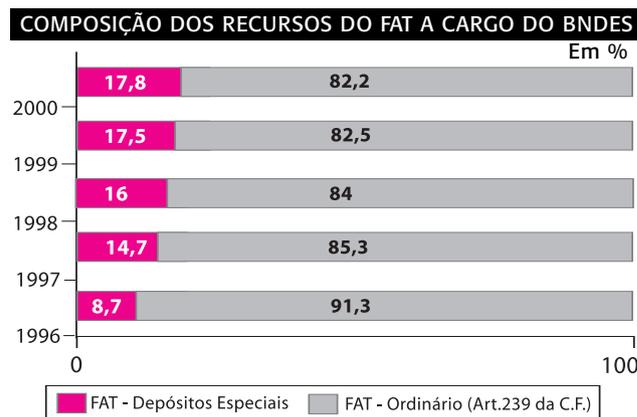
Os recursos totais do FAT a cargo do BNDES cresceram cerca de 2,3 vezes (227,5%) de 1996 a 2000 (Total FAT), principalmente por conta de um crescimento aproximado de 4,6 vezes dos recursos oriundos dos depósitos especiais durante o mesmo período (FAT – Depósitos Especiais).

Embora em termos absolutos a tendência

seja de evolução dos investimentos de uma maneira geral, em termos relativos percebem-se alterações significativas.

A participação do FAT em forma de repasse constitucional no montante do FAT recolhido ao BNDES (FAT – Ordinário) vem decrescendo, enquanto que o repasse do FAT ao Banco

Gráfico 2



em forma de depósitos especiais (FAT – Depósitos Especiais) vem se ampliando, conforme se pode verificar na tabela 2 e no gráfico 2.

Considerando a participação de cada uma das formas de utilização dos recursos do re-

Tabela 2

COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS DO FAT A CARGO DO BNDES					
(Em %)					
	1996	1997	1998	1999	2000
FAT – Ordinário (Art. 239 da C.F.) <sup>1</sup>	91,3	85,3	84,0	82,5	82,2
FAT – Depósitos Especiais <sup>2</sup>	8,7	14,7	16,0	17,5	17,8
FAT – Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

<sup>1</sup>FAT – Ordinário/FAT – Total; <sup>2</sup>Depósitos Especiais/FAT – Total – Considerando os valores da tabela anterior.

passage constitucional (TJLP e Cambial) na composição do total do FAT a cargo do BNDES, a tabela 2 e o gráfico 2 evidenciam que nos últimos anos da década de 90 (de 1996 a 2000) o montante do FAT remunerado pelo mercado interno (TJLP) decresceu, em média, 6,3% ao ano, enquanto os recursos investidos na produção visando à exportação (Cambial) cresceram numa média anual de 39,4%, com a variação mais significativa ocorrendo entre 1996 e 1997. Abaixo, a evolução da participação das formas de utilização do repasse constitucional no total do FAT sob responsabilidade do BNDES pode ser melhor observada.

Essas constatações, não obstante necessitem de aprofundamentos, permitem verificar a tendência de crescimento da utilização dos recursos do FAT na forma de depósitos especiais e de elevação das operações voltadas para a exportação, concordantes e condizentes não só com as deliberações do CODEFAT nos últimos anos, mas com o próprio movimento de reprodução e mundialização do capital pela via financeira. É possível, também, localizar os segmentos que, de fato, vêm se beneficiando com a política de investimentos custeada com recursos do FAT, a cargo do BNDES.

Embora seja difícil “rastrear” o percurso dos recursos do FAT na movimentação financeira do BNDES<sup>5</sup> a partir das informações disponíveis nos relatórios gerenciais do Banco, é forte a pos-

**Embora seja difícil “rastrear” o percurso dos recursos do FAT na movimentação financeira do BNDES, é forte a possibilidade dos recursos do FAT estarem contribuindo com os processos de financeirização e de mundialização do capital.**

sibilidade dos recursos do FAT estarem contribuindo com os processos de financeirização e de mundialização do capital. Em 1995, o relatório da auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) nas contas do FAT<sup>6</sup> informava o seguinte:

A Equipe de Auditoria apurou que não existem critérios definidos, nem na Constituição Federal nem nas leis que regulamentam seu art. 239, para aplicação dos recursos transferidos pelo FAT ao BNDES. A principal preocupação do CODEFAT é com o impacto que esses financiamentos possam trazer sobre a geração de empregos. Por serem recursos dos trabalhadores, tendo como uma de suas mais importantes finalidades assistir ao desempregado, ao FAT interessa que os recursos repassados ao BNDES preservem os atuais empregos e estimulem a criação de novos. Nesse sentido, os conselheiros do CODEFAT [Conselho Deliberativo do FAT] queixam-se de que o Banco não obedece a critérios de geração de empregos para concessão de empréstimos com recursos do FAT, que se juntam ao montante dos outros recursos do Banco, não tendo qualquer tra-

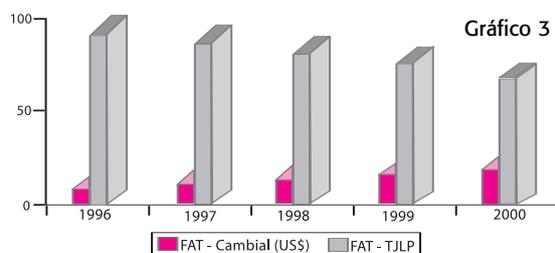


Tabela 3

COMPOSIÇÃO DO FAT - ORDINÁRIO					
	(Em %)				
	1996	1997	1998	1999	2000
FAT – TJLP	92	87	83,1	74,4	70,8
FAT – Cambial	8,0	13	16,9	25,6	29,2
Total FAT Ordinário	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

tamento diferenciado. (TCU, 1995, p. 8-9, grifo do autor).

A observação do TCU parece-nos sugestiva de que o controle efetivo dos recursos do FAT a cargo do BNDES pode estar sendo realizado pelos grandes capitais, exatamente aqueles que mais se beneficiam com o “desamparo” dos trabalhadores.

### Há possibilidade de reversão da privatização do FAT pelo BNDES?

As análises realizadas até aqui permitem afirmar que o BNDES, ao longo da década de 90, foi se consolidando como o Banco do desenvolvimento na perspectiva da acumulação flexível e da orientação neoliberal do Estado brasileiro. Considerando a natureza do FAT como um fundo público, destinado ao provimento de políticas de amparo ao trabalhador, vê-se que o BNDES transforma o FAT num meio, por excelência, de financiamento do setor privado, em especial daquele que tem na promoção do desemprego uma de suas principais medidas para a ampliação da exploração do trabalho excedente. Até o momento, em função da política macroeconômica em curso, tal tendência não deu mostras de alteração.

Em 2005, após um processo intenso de disputas e negociações com centrais sindicais e representações patronais, o governo Lula conseguiu aprovar o orçamento do FAT com a seguinte novidade, instaurada a partir de então: os recursos do FAT para os depósitos especiais - exatamente aqueles cuja tendência tem sido o desamparo aos trabalhadores - ao invés de serem aprovados um a um, possibilitando, ainda que potencialmente, a discussão de cada proposta, passaram a ser aprovados em bloco, para investimentos anuais, dificultando a análise e discussão mais acurada da destinação e uso dos

**A reversão do processo de privatização do FAT pelo BNDES requer, a radical revisão da diretriz macroeconômica que rege a política nacional.**

recursos. A partir do previsto na resolução do CODEFAT nº 439, de 2 de junho de 2005<sup>7</sup>, caberá à Secretaria Executiva do Conselho, ocupada por um membro designado pelo próprio MTE, intermediar a alocação de recursos com as instituições financeiras, por meio de um termo de alocação de depósito especial do FAT (TADE), observando as orientações de uma programação anual de depósitos

especiais do FAT (PDE). Dessa forma, a já frágil capacidade de controle do CODEFAT sobre os usos e destinações do FAT torna-se ainda mais precária, assumindo o governo federal a tarefa de “negociador” dos recursos do FAT junto a instituições financeiras. Diante das recentes denúncias de proximidade entre a cúpula do governo federal e as mais sombrias redes de favorecimento do capital, é possível prever o agravamento do já precário futuro do FAT.

A reversão do processo de privatização do FAT pelo BNDES requer, de pronto, a radical revisão da diretriz macroeconômica que rege a política nacional, apoiada na subserviência à entrada de capitais estrangeiros; mas isso só será possível se os sujeitos políticos coletivos da sociedade civil organizada, comprometidos com a reversão desse quadro, conseguirem explorar as contradições do momento em curso e elaborar propostas contra-hegemônicas de efetivação do caráter público do FAT, a partir dos interesses e necessidades daqueles que disso mais necessitam. Esse é, ainda, um processo a construir.

### NOTAS

<sup>1</sup> Além da arrecadação das contribuições para o PIS e o PASEP, as demais origens do FAT são: arrecadação da cota-parte da contribuição sindical; receitas oriundas dos retornos dos financiamentos e das aplicações financeiras com os recursos do Fundo; devoluções dos recursos

transferidos às agências financeiras conveniadas para pagamento de benefícios que não foram desembolsados; rendimentos dos recursos transferidos às instituições financeiras para pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial (BRASIL, 2001, p. 89). Até 1990, o PIS e o PASEP funcionavam como contas individuais; a partir da Lei nº 7.998, os recursos desses programas passam a compor uma única conta, originando o FAT, a ser utilizado para o financiamento de políticas sociais vinculadas ao Ministério do Trabalho.

<sup>2</sup> Para efeitos deste estudo foram consultados os Relatórios Gerenciais do BNDES (de 1991 a 2000) e do FAT (de 1994 a 1999). Constarão na bibliografia apenas aqueles explicitamente citados no corpo deste trabalho.

<sup>3</sup> As transações correntes incluem todas as receitas e despesas do País em suas relações com o exterior (O Estado de São Paulo, 1998 - <<http://www2.estado.com.br/edicao/pano/98/09/30/eco771.html>>).

<sup>4</sup> Para uma melhor compreensão dos dados da tabela, a partir de esclarecimentos do próprio BNDES:

- A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) é uma forma de remuneração tradicional, limitada a 6% ao ano, calculada pelo Banco Central por meio de parâmetros internos, especialmente as metas de inflação;

- A remuneração do FAT – Cambial é calculada por uma taxa de juros fixada pelo mercado mundial, a *libor*, mais a variação do câmbio, voltada para os investimentos em exportação.

<sup>5</sup> Para a verificação de outros dados e para uma melhor compreensão dos mecanismos de funcionamento, aprovação e destinação do FAT, consultar Cêa (2003).

<sup>6</sup> O FAT vem sendo objeto constante de auditorias do TCU, principalmente pelas denúncias acerca do uso indevido de recursos na política de qualificação profissional do MTE. Ao longo da existência do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR, substituído em julho de 2003 pelo Plano Nacional de Qualificação – PNQ) foram realizadas diversas auditorias: em 1995 (Decisão 16/1996 – RS); em 1996 (Decisão 194/1999); em 1997 (Decisão 886/1997 – PR); em 1998 (Decisão 188/1998 – PI); em 1999 (Acórdão 237/1999 – MS; Decisão 664/1999 – CE; Decisão 959/1999 – MS); em 2000 (Decisão 279/2000; uma auditoria nacional em andamento; outra auditoria em andamento no DF). Em recente acompanhamento do TCU à implementação do PNQ foi observada a continuidade de problemas estruturais na condução da política de qualificação do MTE em curso.

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Trabalhador/FAT/Codefat/Resolucoes/2005/Conteudo/439.asp>>.

## REFERÊNCIAS

BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

BRASIL. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. *Relatório de Atividades BNDES*, 1993.

BRASIL. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. *Relatório de Atividades BNDES*, 1997.

BRASIL. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. *Relatório de Atividades BNDES*, 1998.

BRASIL. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. *Relatório de Atividades BNDES*, 1999.

BRASIL. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. *Relatório de Atividades BNDES*, 2000a.

BRASIL. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. *Relatório de Atividades BNDES*, 2000b.

Anexo: Demonstrações Contábeis.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Relatório Gerencial do FAT - Exercício 1999*. Brasília: SPES/CO-DEFAT, 2001.

CEA, Georgia Sobreira dos Santos. *A qualificação profissional entre fios invisíveis: uma análise crítica do PLANFOR*. 2003. 282 f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica. \_\_\_\_\_. (Coord.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998. p. 249-293.

SALAMA, Pierre. A financeirização excludente: as lições das economias latino-americanas. In: CHESNAIS, François. *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998. p. 211-247.

SEBRAE. *Relatório da competitividade da indústria brasileira*. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. *Decisão 357/1995*. Plenário, 1995. 



## Poema para amanhã

Se sou um indivíduo, é preciso saber  
se sou eu que faço estes versos com o que penso,  
com o que sinto.  
Se com o que penso, posso negar o que não sinto,  
se com o que sinto, posso fazer o que penso:  
ser simples, amar, criar, brincar com os bichos,  
dizer não ao poderoso quando ele mover as mãos  
e com os cordéis manejar a necessidade das palavras,  
no palco, como marionetes de silêncio,  
peixes, flores, pássaros, navios,

---

exibindo o casco da forma, a âncora  
do medo,  
sem o sal, o cheiro, o canto, o mar.  
Se sou um indivíduo, é preciso saber  
distinguir estes peixes dos homens que os procuram,  
mas saber também que eles estão ligados pela fome e pelo sal;  
distinguir essas flores dos homens que as colhem,  
mas saber também que estão ligadas pela morte e pelo amor;  
distinguir esses pássaros dos homens que os ouvem,  
mas saber também que eles estão ligados pelo mar e pelo porto.  
Enfim, primeiro é preciso saber, se sou um indivíduo,  
que não serei um indivíduo se estiver sozinho.  
Se sou um indivíduo, é preciso saber primeiro  
porque fiz estes versos às dez horas da noite  
e não os fiz às oito, ou porque não me deitei às oito  
e sonhei estes versos como faz tanta gente.  
Se sou um indivíduo, é preciso saber  
porque quero escrever estes versos como indivíduo,  
como eu mesmo, e não com a voz grave da massa.  
É preciso investigar a razão desta escolha às dez horas da noite,  
a razão de negar como indivíduo este mundo onde vivo,  
de não me fazer a voz grave da massa que o pode negar totalmente.  
Talvez seja porque não procure dizer apenas  
que o mundo onde vivo deva ser negado.  
Talvez eu deseje anunciar à massa que pretendo ser um indivíduo,  
que pretendo continuar a ser um indivíduo,  
e se este mundo for por ela negado totalmente,  
que me respeite como sou  
e se transforme também em indivíduos. 

**Luiz Paiva de Castro**, *Pássaros na Alfândega*, Gavião, Rio de Janeiro, 1963.

# Precarização do trabalho docente no Brasil: novas e velhas formas de dominação capitalista (1980-2005)<sup>1</sup>

Antônio de Pádua Bosi

Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e 1º Tesoureiro do ANDES-SN (gestão 2004-06)

“Mas que fazer? Era preciso trabalhar. Isso já vinha sendo feito de pai para filho, como bem podia ser outra coisa. Seu filho, Toussaint Maheu, já se matava no mesmo ofício, assim como seus netos e toda a família, que morava em frente, na aldeia. Cento e seis anos de trabalho para o mesmo patrão, as crianças após os velhos: que tal? Muitos burgueses não saberiam contar tão bem a sua história!”. (Émile Zola, *Germinal*)

O surgimento do termo “precarização do trabalho” é recente e tem relação com um conjunto de mudanças econômicas e sociais no mundo do trabalho geralmente caracterizado pela piora nas relações de contrato trabalhista. Essa definição foi esboçada na década de 1980 e tornou-se dominante na década de 1990 a partir de diversos estudos que examinaram as articulações entre determinada crise do capital evidenciada na década de 1970 e o crescimento do desemprego e da informalidade.

De fato o trabalho passou, mais visivelmente a partir da década de 1970, a sofrer forte desregulamentação que redundou na perda de direitos sociais conquistados ao longo da primeira metade do século XX. São fartos os estudos que evidenciam o aumento, desde a década de 1970, em todo o planeta, de formas de trabalho precarizadas, temporárias, sub-

contratadas e clandestinas vulgarmente reunidas sob o conceito de trabalho informal. Mais recentemente, no final da década de 1990, os índices que mensuram essa realidade explodiram, registrando que 35% da chamada população economicamente ativa são ocupadas “precarizadamente”, isto é, sem contrato de trabalho e sem direitos sociais. De acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre os três bilhões de pessoas que compunham a população economicamente ativa (PEA) em todo o mundo no ano de 1999, cerca de um bilhão de trabalhadores viviam com a sua “capacidade de trabalho” sub-utilizada. Desse número cerca de 150 milhões de trabalhadores não conseguiam nenhum tipo de ocupação e os outros 850 milhões de pessoas estavam envolvidos em atividades temporárias, parciais e de remuneração irregular<sup>2</sup>. Mesmo

em economias localizadas no centro do capitalismo, como a norte-americana, a alemã e a francesa, os empregos oferecidos apresentam-se cada vez mais sob a marca da desregulamentação<sup>3</sup>. No caso brasileiro a posição nesse quadro é de destaque. Além de ter registrado um índice de aumento do desemprego de 1134,2% entre 1975 e 1999 (o vigésimo entre 141 países), a quantidade de trabalhadores assalariados formais declinou de 25,5 milhões no ano de 1989 para 22,3 milhões em 1999<sup>4</sup>.

A farta literatura que se especializou no tratamento desse assunto e na interpretação desses números indica que esse crescimento da população trabalhadora em situação de trabalho precarizado teve seu início associado a mudanças percebidas no mundo do trabalho ocorridas por volta da década de 1970. As razões para tais mudanças têm sido atribuídas a uma tentativa do capital de reduzir o custo com o trabalho como resposta preferencial para determinada crise na acumulação capitalista sentida desde, pelo menos, a década de 1970. Tal solução impôs a introdução de novas técnicas de gerenciamento e de organização do processo produtivo com o objetivo de “poupar” trabalho, o que resultaria na diminuição dos trabalhadores efetivamente empregados<sup>5</sup>. Dessas novas técnicas faz parte também a externalização de certas funções produtivas visando contratá-las sem encargos sociais, vínculo empregatício direto e pagando salários menores por meio de empresas terceirizadas ou mesmo das recentes Cooperativas de trabalhadores. E amalgamando todo esse processo encontramos a definição de “reestruturação produtiva”. De maneira cabal a solução encontrada para a crise do capital foi a “precarização do trabalho” entendida como resultante desse processo de “reestruturação produtiva” que, por seu turno, é apontado como o responsável pela diminuição dos empregos e pelo aumento das relações de trabalho desregulamentadas,

destituídas de muitos direitos trabalhistas.

Esta percepção sobre a “precarização do trabalho” construída historicamente nesses últimos 30 anos consolidou uma leitura da realidade que geralmente tem resumido o “trabalho precário” aos diversos tipos de trabalho disciplinados por contratos - permitidos por lei - caracterizados pela ausência de muitos direitos trabalhistas e sem qualquer estabilidade. Assim, a “precarização do trabalho” corresponderia *apenas* ao trabalho contratado “precarientemente”. Na visão de um especialista sobre o assunto, Luciano Vasapollo, esses contratos seriam definidos pela mais completa flexibilidade cuja finalidade residiria na busca de vantagens *exclusivamente econômicas* voltadas para garantir:

[...] liberdade por parte da empresa para despedir uma parte de seus empregados, sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; liberdade, para a empresa, quando a produção necessite, de reduzir o horário de trabalho ou de recorrer a mais horas de trabalho, repetidamente e sem aviso prévio; faculdade por parte da empresa de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho, seja para solucionar negociações salariais, seja para que ela possa participar de uma concorrência internacional; liberdade de a empresa subdividir a jornada de trabalho em dia e semana de sua conveniência, mudando os horários e as características (trabalho por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc.); liberdade para destinar parte de sua atividade a empresas externas; possibilidade de contratar trabalhadores em regime de trabalho temporário, de fazer contratos por tempo parcial, sub-contratado, entre outras figuras emergentes do trabalho atípico, diminuindo o pessoal efetivo a índices inferiores a 20% do total da empresa.<sup>6</sup>

Desse modo, os estudos sobre esse assunto convencionaram chamar de “precárias” as formas de contrato de trabalho caracterizadas por ampla flexibilidade no tempo do contrato (contratos curtos e instáveis), na jornada de trabalho (meio período ou trabalho por tarefa), na definição da remuneração (salário definido pela produtividade individual) e nos direitos trabalhistas (sem FGTS, férias e aviso prévio)<sup>7</sup>. Também desse modo, “trabalho precário” refletiria todo tipo de ocupação que fosse atípica à legislação trabalhista, servindo como um conceito com capacidade apenas descritiva das inúmeras situações de relações contratuais com menos direitos trabalhistas. Estaria assim reduzido somente a um dos sintomas que vem caracterizando as mudanças nas relações entre capital e trabalho no final do século XX.

Essa visão da realidade tem marcado também as reflexões sobre a “precarização do trabalho docente”. Ela tem nos levado sistematicamente a considerar como “trabalho precarizado” *apenas* o trabalho docente sob contratos temporários - sem estabilidade e direitos. Desse modo, estariam circunscritos a esse universo *apenas* os docentes sem vínculos empregatícios com as Instituições de Ensino Superior, ou seja, grande parte dos docentes das Instituições Privadas de Ensino Superior e os docentes temporários (chamados “substitutos”, “conferencistas” ou “colaboradores”) das Instituições de Ensino Superior Públicas (federais, estaduais e municipais). Acredito que essa abordagem que informa uma visão de “precarização do trabalho” bastante reduzida deve-se a uma compreensão não menos restrita de que os impactos da chamada “reestruturação produtiva” sobre os trabalhadores seriam *exclusivamente* econômicos,

**A abordagem que informa uma visão de “precarização do trabalho” bastante reduzida deve-se a uma compreensão não menos restrita de que os impactos da chamada “reestruturação produtiva” sobre os trabalhadores seriam exclusivamente econômicos.**

o que tem viabilizado uma percepção da “precarização do trabalho” assentada *apenas* no contrato do trabalho, isto é, em sua forma jurídica. Noutro sentido ainda não verificado devidamente nessas reflexões estariam aspectos do trabalho docente como a intensificação do trabalho, a flexibilização e estagnação dos salários, a subtração de direitos sociais (ou sua relativização) e o aumento da produtividade e dos níveis de exigência institucionais, que escapariam à percepção.

Portanto, olhando noutra direção, se a “reestruturação produtiva” ancora-se como solução dominante para a crise do capital avolumada na década de 1970 é possível que tenha mexido na realidade de todos os trabalhadores, para além de ter introduzido (ou ampliado) uma área de trabalhadores “precarizados” comumente chamados de “informais”. Mais do que isso, se é válida a idéia de que toda intervenção econômica do capital (toda reorganização do trabalho a exemplo do “taylorismo” e do “fordismo”) é uma intervenção fundamentalmente política, caberia tomar a “reestruturação produtiva”, no dizer de Edmundo Fernandes Dias, como uma tentativa do capital de “[...] resolver a questão complexa da incorporação dos trabalhadores ao capitalismo, de sua integração passiva e ao mesmo tempo manter a capacidade acumulativa (do capital)”<sup>8</sup>.

Dessa maneira, é preciso posicionar a questão da “precarização do trabalho docente” numa percepção mais ampliada das mudanças ocorridas nesses últimos 30 anos no mundo do trabalho buscando identificar e problematizar possíveis alterações na rotina das atividades docentes (ensino, pesquisa e extensão) e não apenas nas relações de contrato. Alargada a

dimensão a partir da qual os impactos dessas mudanças no cotidiano dos docentes serão examinados tem-se de início a idéia de que a “precarização do trabalho” não pode ser resumida a um processo exclusivamente *econômico* (entendido geralmente como “reestruturação produtiva”), mas tem implicações principalmente de natureza *social* (à medida que interfere na forma de existência da classe), *cultural* e *política* (à medida que interfere na auto-percepção que os trabalhadores - e os docentes em particular - têm de si e no modo com que se organizam para resolver problemas relacionados ao salário, por exemplo). Assim, ampliando nossa percepção sobre a precarização do trabalho cabe identificar e avaliar suas razões históricas, seus impactos na classe trabalhadora e no trabalho docente em especial, os meios atuais de sua reprodução e as possibilidades em curso de resistência.

### As razões e as condições históricas da precarização do trabalho

A principal referência das mudanças ocorridas no mundo do trabalho situa-se numa crise de acumulação do capital ocorrida em âmbito internacional. Por volta do início da década de 1970 diversos estudos identificaram uma queda significativa nos ritmos do crescimento das economias capitalistas. Tanto nos países do norte quanto nos países do sul (nas chamadas economias do “primeiro” e “terceiro” mundos), os índices de crescimento econômico registravam estagnação e até mesmo declínio. Se nas décadas do pós-guerra o crescimento das economias capitalistas foi geralmente mensurado em torno de dois dígitos seu vigor começou a desaparecer no final da década de 1960<sup>9</sup>. Embora os lucros existentes em todo o planeta continuassem a se concentrar cada vez

A “precarização do trabalho” não pode ser resumida a um processo exclusivamente *econômico*, mas tem implicações principalmente de natureza *social*, *cultural* e *política*.

mais nas grandes corporações multinacionais e transnacionais<sup>10</sup>, suas taxas tenderam a diminuir, com exceção reservada para o capital financeiro apesar das intermitentes desvalorizações nas bolsas ocorridas ao longo das décadas de 1980 e 1990<sup>11</sup>. No campo de reflexão marxista esse tipo de crise foi caracterizado pelo excesso de produção de mercadorias contraposto a uma escassez na capacidade de consumo mundial, uma crise de superprodução. Em síntese, o capital não conseguia se reproduzir.

Nesse contexto histórico, para recuperar as antigas taxas de lucro, o capital produziu uma solução que combinou três fatores. Em vias de se esterilizar e desvalorizar, o capital foi derramado no Sistema Financeiro em busca de melhor remuneração convertendo-se em capital de especulação nas Bolsas de Valores por meio da compra e venda de Títulos de Dívidas Públicas, de Moedas e de todo tipo de Ações<sup>12</sup>. Esse caminho permitiu ao capital obter rentabilidade sem realizar nenhum tipo de inversão direta de recursos no setor produtivo ou de serviços, isto é, sem nenhuma criação de novos postos de trabalho. Em paralelo a sua financeirização o capital iniciou um processo de reestruturação no processo de trabalho e nas relações de contrato dos trabalhadores que ficou conhecido como “reestruturação produtiva”. Tal reestruturação orientou-se por uma redução dos custos do trabalho facilitada, por sua vez, pela introdução de novas tecnologias poupadoras de trabalho, pelo desenvolvimento de novas formas de intensificação do trabalho e pela destruição e flexibilização dos direitos trabalhistas. Este último aspecto certamente tem sido o mais prodigioso na ressuscitação de velhas estratégias de dominação do capital sobre o trabalho, tão comuns ao século XIX, tais

como o largo emprego de trabalho feminino e infantil, a sub-contratação de trabalhadores e a produção em três turnos de modo a encurtar a jornada e os salários.

O terceiro fator talvez tenha sido o de maior impacto na vida dos trabalhadores e certamente foi o que mais diretamente relacionou-se com a precarização do trabalho docente: a incorporação de economias e atividades não-capitalistas à órbita do capital. Embora este fator integre-se à lógica de formação do capitalismo - compondo desde o século XVI a própria dinâmica do modo de produção capitalista-, sua existência a partir da década de 1970 mudou em qualidade de maneira a converter diversos modos de vida e serviços públicos em mercadoria<sup>13</sup>. No caso do Brasil este processo de conversão do patrimônio público em privado apresenta evidências já na década de 1980<sup>14</sup> (ainda sob o regime militar), mas adensou-se de fato no início da década de 1990<sup>15</sup>, quando as orientações políticas dos governos no Brasil datados a partir de Collor de Melo foram francamente neoliberais.

A opção brasileira pela transferência do público para o privado fez-se estreitamente articulada ao que se convencionou chamar de “neoliberalismo” divulgado como doutrina política na década de 1980<sup>16</sup>. O foco das medidas chamadas neoliberais residiu, principalmente, no rebaixamento do custo da força de trabalho. Nesse sentido, as primeiras experiências “neoliberais” emanaram dos governos Reagan e Thatcher que, na década de 1980, desenvolveram políticas caracterizadas centralmente pela redução do Estado materializada em colossais privatizações de empresas e serviços públicos combinadas com o desmonte das instituições de seguridade social e da legislação de proteção ao trabalho. A transferência de áreas inteiras de investimento e manutenção públicos (tais como previdência social, educação, saúde, habitação popular, estradas etc.)

para a iniciativa privada constituiu-se numa tentativa sistemática de recuperar a acumulação de capital estancada desde a década de 1970. Nesses casos tratava-se da conversão (mediada ou não por contratos de concessão) do patrimônio público em propriedade privada, o que criava condições concretas para valorização do capital. Um dos especialistas no assunto que mais acompanhou o processo de privatização no Brasil apresentou ao longo da década de 1990 evidências sobre essa conversão do público em privado:

[...] Antes de vender as empresas telefônicas, o governo investiu 21 bilhões de reais no setor, em dois anos e meio. Vendeu tudo por uma ‘entrada’ de 8,8 bilhões de reais ou menos – porque financiou metade da ‘entrada’ para grupos brasileiros. [...] A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi comprada por 1,05 bilhão de reais, dos quais 1,01 bilhão em ‘moedas podres’ – vendidas aos ‘compradores’ pelo próprio BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), financiadas em 12 anos. [...] Assim é a privatização brasileira: o governo financia a compra no leilão, vende ‘moedas podres’ a longo prazo e ainda financia os investimentos que os ‘compradores’ precisam fazer.<sup>17</sup>

Por outro lado, tentou-se “reformular” toda a legislação sobre as relações capital e trabalho com o objetivo de subtrair as cláusulas que definiam proteção e direito dos trabalhadores. Esse esforço foi iniciado no governo Collor e continuado nos dois mandatos consecutivos de Fernando Henrique Cardoso. Por meio de algumas dezenas de Medidas Provisórias, Projetos de Lei, Emendas Constitucionais, Portarias Ministeriais e Decretos Presidenciais, FHC aprofundou a desregulamentação da legislação

trabalhista orientando-se sempre no sentido de “subordinar o legislado ao negociado”. Pode-se ilustrar a chamada “flexibilização” do trabalho com três exemplos elucidativos. Por ordem cronológica merece destaque a Lei 8.949/94 que modificou o art. 442 da CLT, acrescentando-lhe um parágrafo para determinar a inexistência de vínculo empregatício entre a cooperativa e seus cooperados e entre as empresas contratantes de serviços. Esta alteração permitiu que empregados passassem à categoria de associados, desobrigando a empresa e a cooperativa dos encargos trabalhistas e previdenciários. Na prática tal lei tornou-se poderoso vetor para que empresas transnacionais e nacionais terceirizassem suas atividades utilizando trabalho contratado de cooperativas desobrigadas legalmente de qualquer encargo social. À esta lei seguiu-se o engajamento de milhares de trabalhadores nessas cooperativas (muitas delas incentivadas e criadas sob a inspiração da teoria da “Economia Solidária”) esperançosos de escapar do desemprego e de converterem-se em seus próprios patrões.

Recorrendo à força ideológica presente na conversão de trabalhadores em pequenos e micro-empresários a Lei 9.468/97 instituiu os Planos de Demissão Voluntária (PDV) com a finalidade de reduzir os quadros de pessoal na administração pública. Este segundo exemplo que teve ampla repercussão nos estados, além de desarticular o mercado de trabalho, contribuiu para o desemprego, a insegurança e o empobrecimento dos trabalhadores. O terceiro exemplo, a Lei 9.601/98, radicalizou a flexibilização dos contratos de trabalho e da legislação trabalhista instituindo o contrato temporário de traba-

**O Banco de Horas intensificou a exploração sobre a classe trabalhadora porque o saldo (as horas não trabalhadas em um momento que não interessava ao capital) passou a ser utilizado pelos capitalistas para regular seus estoques, conter as despesas com horas extras e mesmo evitar a contratação de novos trabalhadores.**

lho e reduzindo o percentual de contribuição do FGTS de 8% para 2%, estipulando que o trabalhador contratado sob esta forma não tivesse direito a receber, em caso de demissão, nem os 40% de multa sobre o Fundo, nem o aviso prévio. Esta lei, de grande abrangência, permitiu ainda a introdução do Banco de Horas, desde que convencionado por acordo entre patrão e trabalhadores. Tal Banco de Horas, na prática, se caracteriza pela adoção de um autêntico sistema de créditos (prorrogações de jornada) e débitos (diminuições de jornada ou folgas) relacionado às horas trabalhadas e compensadas pelo trabalhador<sup>18</sup>. Considerada uma grande conquista pela CUT, o Banco de Horas intensificou a exploração sobre a classe trabalhadora porque o saldo (as horas não trabalhadas em um momento que não interessava ao capital) passou a ser utilizado pelos capitalistas para regular seus estoques, conter as despesas com horas extras e mesmo evitar a contratação de novos trabalhadores. Não é excessivo lembrar que do ponto de vista tanto econômico quanto político tais medidas não são originais ou nativas, mas acompanham a orientação mundial de ajuste das economias nacionais à necessidade de recomposição das taxas de lucro do capital que vinham declinando visivelmente em todo o mundo desde a década de 1970.

Essas modificações na superestrutura jurídica tiveram velozes repercussões. Tomando como exemplo para análise os PDVs e o estímulo à aposentadoria instituídos no ano de 1997 no setor financeiro público, considerando apenas os bancos estatais, registrou-se já ao final daquele ano uma redução de quase 40% no nú-

mero de funcionários. Antes disso, apenas com a introdução de novas tecnologias no trabalho bancário somada à prática sistemática de terceirização dos serviços, houve uma diminuição de aproximadamente 50% do corpo funcional efetivo dos bancos públicos e privados. Entre 1986 (quando a categoria bancária representava um milhão de trabalhadores) e 1996 (quando essa representação declinou para 497 mil) cerca de meio milhão de bancários perderam ou deixaram seus empregos<sup>19</sup>. No caso dos docentes das IFES, as aposentadorias precoces que foram estimuladas nesse período constituíram-se no fator mais determinante da estagnação - em alguns casos diminuição - do contingente efetivo em diversas universidades e CEFETs. Não havendo contrapartida na forma de concursos públicos o aumento dos contratos temporários tornou-se regra. Em alguns departamentos registrou-se casos em que a metade do corpo docente compunha-se de professores substitutos. No que se refere aos trabalhadores do setor privado a pressão fez-se sentir por meio de PDVs e acordos tripartites entre as categorias mais organizadas e por meio da “simples” demissão entre as categorias menos organizadas. Tomando como referência de análise os trabalhadores da indústria automobilística - uma das categorias politicamente mais articuladas nesses últimos 30 anos - o estrago não foi menor. Entre 1982 e 2000 seu contingente nacional declinou de 107 mil para 89 mil, enquanto o índice de produtividade cresceu de 8% para 19% nesses mesmos anos<sup>20</sup>.

Entretanto, o fato - já bastante comprovado - da diminuição dos empregos ditos “formais” não significou uma redução da classe trabalhadora. De outra maneira, a tentativa do capital de reestruturar (reorganizar) o trabalho provo-

cou um aumento numérico dos trabalhadores. Vejamos esse processo.

### Crescimento da classe trabalhadora: o “informal” pelo “formal”

Apesar de óbvia, uma das tendências pouco comentadas da expansão do Modo de Produção Capitalista é a crescente conversão de homens, mulheres, velhos, jovens e crianças em força de trabalho. Ao contrário do que muito se avalia na atualidade, longe de desaparecer, o trabalho organizado pelo capital é uma condição de sobrevivência cada vez mais universal. Nos dias de hoje se anulássemos a tênue fronteira que demarca a distância entre os empregos “formais” e os empregos “informais” encontraríamos o maior índice de postos de trabalho (confrontados à população mundial

**Ao contrário do que muito se avalia na atualidade, longe de desaparecer, o trabalho organizado pelo capital é uma condição de sobrevivência cada vez mais universal.**

existente) de toda a curta história do capitalismo industrial desses últimos 200 anos. Mesmo considerando apenas os empregos ditos “formais” os números indicam crescimento:

[...] Nos países da OCDE, ou seja, os países mais desenvolvidos da antiga esfera norte-americana, durante a década de 1970, que foi a mais

atingida pela crise (de acumulação do capital), o número de empregos teve um aumento de 28 milhões, só menos 1 milhão do que durante a década de 1960.”<sup>21</sup>

Com relação aos empregos ditos “informais” nossa percepção precisa contabilizar também as “novas” ocupações surgidas nesses últimos 30 anos. Atividades que no geral foram absolutamente desprovidas de interesse econômico têm sido ressignificadas pelo capital às custas de novas tecnologias de produção. É o caso, por exemplo, dos catadores de recicláveis, que evidencia uma situação concreta de

apropriação de um modo de viver pelo capital e da sua conversão em negócio. O que hoje é reconhecidamente uma força de trabalho numerosa, praticamente inexistia antes da década de 1980. Somente no Brasil são mais de um milhão de catadores, número que supera, por exemplo, o efetivo de bancários e de metalúrgicos do setor automotivo. Na Índia os catadores formam uma das principais categorias de trabalhadores. Na Colômbia já são 300 mil. Na Argentina aproximam de 100 mil<sup>22</sup>. Além desse tipo de ocupação “informal” há também a “invenção” de novas “profissões”, como é o caso dos teleoperadores, que já nascem profundamente precarizadas. A esse respeito Ruy Braga observa que

[...] Do ponto de vista das características gerais do trabalho dos teleoperadores ocupados em CTAs (Centrais de Tele-Atividades) é possível realçar que: (a) os contratos de trabalho inclinam-se, por meio das jornadas de 6 horas, na direção da precariedade e da instabilidade; (b) o dia de trabalho corresponde às 24 horas, sete dias por semana – conseqüentemente, as CTAs exigem uma forte disponibilidade dos trabalhadores; na medida em que a disponibilidade destes encontra-se associada a condições de trabalho difíceis, resulta um forte *turnover*; o trabalho submete-se agudamente ao fluxo informacional: Ao final de uma chamada, sucede a seguinte, seja automaticamente (em intervalos de 0 a 20 segundos, dependendo dos *calls centers*), seja manualmente, após um máximo de dois ou três sonidos.<sup>23</sup>

De outra forma o capital tem submetido diversos tipos de trabalho doméstico. As costureiras

informam um desses casos mais visíveis<sup>24</sup>. Desde a década de 1970 muitas mulheres sem ocupação “formal” vêm sendo sub-contratadas por confecções (geralmente micro e pequenas empresas terceirizadas por médias e grandes empresas), sem registro em Carteira, caracterizando relações ilegais de trabalho, mas que tiveram esta situação “legalizada” à medida que passaram a ser contratadas por intermédio de cooperativas de mão-de-obra isentadas de muitos encargos trabalhistas desde 1994<sup>25</sup>. Noutras situações tem ocorrido a “regeneração” de ocupações pela própria utilização generalizada de determinada tecnologia que tempos antes fora promessa de debelá-las. Sobre isso, no emprego doméstico houve uma intensificação do trabalho, devido, principalmente, à simplificação de algumas tarefas domésticas facilitadas por meio do uso de eletrodomésticos e mesmo da incrementação da indústria alimentícia, o que reduziu o tempo de realização de atividades como lavar e passar roupas, preparar e cozinhar alimentos, por exemplo. Esse processo permitiu e estimulou o crescimento do emprego doméstico “diarista” numa forma completamente flexibilizada onde os direitos trabalhistas não tinham lugar, as jornadas tornaram-se parciais e o próprio trabalho intensificou-se. Essa dinâmica da exploração do trabalho doméstico possibilitou o crescimento dos empregos ao longo das décadas de 1980 e 1990 que praticamente elevou as 3,5 milhões de domésticas encontradas em 1985 para quase seis milhões em 1999 no Brasil<sup>26</sup>.

**O crescimento da força de trabalho docente passou de 109 mil professores em 1980 para 279 mil em 2004, um aumento de 154%.**

É, portanto, nesse contexto de precarização do trabalho que muitas mudanças no trabalho docente vêm sendo operadas. A começar pelo crescimento da força de trabalho docente que passou de 109 mil professores em 1980 para 279 mil em 2004, um aumento de 154%. Mesmo relativizando este número

Tabela 1

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DOCENTES							
Docentes	1980	1985	1989	1994	1998	2003	2004
IES Públicas	60.037	64.449	70.095	75.285	83.738	88.795	93.800
IES Privadas	49.451	49.010	57.934	66.197	81.384	165.358	185.258
Total	109.788	113.459	128.029	141.482	165.122	254.153	279.058

Fonte: MEC/INEP - Organização do autor

devido ao fato de que muitos docentes empregados nas Instituições Privadas de Ensino Superior foram contabilizados duas ou três vezes (porque trabalham em mais de uma instituição) e ao fato de ser proporcionalmente menor que o crescimento da população considerada economicamente ativa, o crescimento não deixa de ser significativo conforme os dados da tabela 1.

Olhando esse crescimento por um ângulo mais detalhado, percebe-se que sua relevância localiza-se no setor privado, acompanhando uma inversão da lógica estrutural do ensino superior adotada a partir do golpe de 1964 que deu início à expansão pela via da iniciativa privada. Essa dinâmica pode ser facilmente evidenciada pela comparação dos índices referentes às matrículas no ensino superior que, se até a década de 1980 concentraram-se no setor público, passaram a se concentrar no setor privado principalmente ao longo da década de 1990<sup>27</sup>. Analisada em relação à evolução dos docentes na ativa das IES públicas e privadas tal lógica torna-se ainda mais evidente. Se o crescimento da força de trabalho empregada nas IES públicas registrado entre 1980 e 2004 foi de 53%, nas IES privadas foi superior a 270%! A inversão dessa relação deu-se a partir de 1998 (segundo man-

**O crescimento da força de trabalho empregada nas IES públicas registrado entre 1980 e 2004 foi de 53%, nas IES privadas foi superior a 270%!**

dato de FHC) e certamente foi preparada pela legislação que estimulou a multiplicação das instituições de ensino privadas e pela política de estagnação das IES públicas explicitada fundamentalmente no arrocho orçamentário e no represamento de concursos. A tabela 2 representa essa evolução.

Outra característica desse crescimento é a flexibilidade registrada nos regimes de trabalho. Do total de docentes cadastrados pelo censo do INEP (2004) apenas 16,9% trabalham em regime de Dedicção Exclusiva. Mesmo se considerarmos como hipótese que tal cifra diz respeito quase que integralmente à realidade das IES públicas sua repercussão ainda evidenciaria uma grande desregulamentação do trabalho docente já que representaria - nessa hipótese - apenas 48% de todos os docentes das IES públicas<sup>28</sup>. E há ainda outros expedientes menos ortodoxos de flexibilização da contratação e do regime de trabalho nas IES públicas como a utilização de alunos de pós-graduação como professores substitutos e a fracassada tentativa do governo FHC de instituir o regime de 12 horas nas IFES. No caso das IES privadas são mais de 118 mil docentes em regime "horista", o que representa quase 70% de todos os docentes. Em relação à legislação educacional que

Tabela 2

Docentes	1980	1985	1989	1994	1998	2003	2004
IES Públicas	54.6	56.8	54.7	53.3	50.7	34.9	33.6
IES Privadas	45.4	43.2	45.3	46.7	49.3	65.1	66.7
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: MEC/INEP - Organização do autor

estabeleceu parâmetros de contratação já bastante flexíveis a partir de 1996 (LDB), sete das 84 universidades públicas não cumprem a exigência de terem pelo menos um terço do corpo docente em regime de tempo integral. Já entre as universidades privadas são 65 das 86 existentes, o que representa mais de 75% numa situação ilegal.

No que se refere às IFES o aumento de docentes entre 1980 e 2004 foi raquítico, progredindo de 42.010 para 50.337, o que significou um acréscimo de pouco mais de 8.000 docentes em 24 anos, como está representado na tabela 3. Assim, o crescimento no setor público aconteceu principalmente nas IES estaduais. Enquanto nestas houve um aumento de 153%, nas IFES esse percentual foi de tímidos 19,8%. A característica principal desse crescimento reside no fato de que muitas das jovens universidades estaduais criadas nesse período já nasceram sob a regra da precarização exibindo formas “criativas” de contratação. Além dos contratos temporários e efetivos baseados em hora-aula (pagamento por aula e ausência de Plano de Carreira), tem sido prática corrente o recurso às “bolsas de pesquisa” e “adicionais” a título de extensão como forma de remuneração docente. Mesmo em universidades consolidadas como a UNESP a expansão deuse, principalmente, pela “extensão” dos docentes já efetivos para os novos campi e pela contratação de docentes por períodos de três meses, regime de trabalho chamado de professores “conferencistas”.

Portanto, é certo que tal crescimento da for-

ça de trabalho em geral, e da docente em particular, foi (e tem sido) marcado pela intensificação e aumento da exploração sobre o trabalho e pela desregulamentação dos contratos. Aliás, são essas possibilidades de contratação precária, abertas por práticas constituídas à margem da lei ou mesmo por modificações na legislação trabalhista, que tem feito com que essa classe aumente em quantidade. Nesse sentido, é certo também que, tornado numericamente predominante, o *trabalho considerado precário e informal converte-se em medida para todo tipo de trabalho restante*. Este é o principal fundamento histórico do processo que atravessamos. É nesse “Espelho de Próspero” às avessas que, por exemplo, os docentes e demais trabalhadores ditos “formais” começam a se verem refletidos sem, necessariamente conseguirem, todos eles, entenderem as formas atuais do seu próprio trabalho como expressão da dominação capitalista.

### Novas e velhas formas da dominação capitalista sobre o trabalho docente

A precarização do trabalho docente nas IES públicas não reside apenas nos “novos” empregos e nas “novas” formas de contratação criadas. Ao lado da presença da “informalidade” no trabalho docente foram introduzidas muitas mudanças na rotina das atividades de ensino, pesquisa e extensão nesses últimos 15 anos, desde, pelo menos, o governo Collor de Melo. Do ponto de vista do capital trata-se de aumentar o trabalho docente em extensão, intensidade e qualidade. Esse processo ainda in-

Tabela 3

Docentes	1980	1985	1989	1994	1998	2003	2004
Docentes IFES	42.010	42.087	43.397	43.556	45.611	47.709	50.337
Docentes IEES	14.141	17.392	22.556	25.239	30.621	33.580	35.866
Docentes IMES*	4.186	5.020	4.142	6.490	7.560	7.506	7.597
Total	60.037	64.449	70.095	75.285	83.738	88.795	93.800

\*Municipais

Fonte: MEC/INEP - Organização do autor

Tabela 4

RELAÇÃO DOCENTES E MATRÍCULAS NAS IFES							
Anos	1980	1985	1989	1994	1998	2003	2004
IFES	42.010	42.087	43.397	43.556	45.611	47.709	50.337
Matrículas graduação*	305.099	314.102	301.535	349.790	392.873	567.101	567.101

\*Considerados apenas os matriculados em cursos de graduação presenciais.  
Fonte: MEC/INEP - Organização do autor

concluso é objetivado na mercantilização da educação pública e, nesse sentido, progride combinado à transferência dos aportes patrimoniais, financeiros e humanos públicos para a iniciativa privada por meio, principalmente, de alterações na superestrutura jurídica do Estado. Além do carreio direto de verbas públicas para a iniciativa privada, a exemplo do que tem representado o Programa Universidade Para Todos (PROUNI)<sup>29</sup> e do que prometem as Parcerias Público-Privadas (PPP)<sup>30</sup>, compõem o núcleo estratégico dessas alterações os mecanismos desenvolvidos para intensificar o trabalho e relacioná-lo às demandas de mercado. Desse modo, ao mudar as formas institucionais do trabalho docente força-se a mudança da rotina do trabalho docente.

No âmbito do trabalho docente nas IFES uma mudança nas regras da remuneração por parte do MEC/governo FHC no ano de 1998, durante uma greve que já se estendia por três meses, estabeleceu uma gratificação por produção chamada de Gratificação de Estímulo à Docência (GED). Teriam direito à gratificação em seu valor integral os docentes que atingissem 120 pontos contabilizados em relação à uma série de atividades de natureza acadêmica. Em suma, a obtenção dessa pontuação dava-se pelo aumento de horas-aula semanais. Além

disso, essa gratificação excluía os docentes aposentados. Não obstante a resistência do movimento docente contra esse método de produção por peça, três fatores combinaram-se de modo a impor a GED na rotina dos professores, ou seja, a longevidade da greve, a “vantagem” financeira imediata diante do quadro de arrocho salarial e a conivência da diretoria do Sindicato docente recém eleita<sup>31</sup>. Na prática essa gratificação significou uma estrondosa intensificação do trabalho docente facilmente visualizada no aumento do número de alunos em relação aos docentes devido ao fato de que, com a GED, também foi aumentada a quantidade de aulas para cada professor como representa a tabela 4. Analisando os dados dessa tabela esse aumento passou de oito alunos por professor em 1998 para 12 alunos por professor em 2004.

No plano geral das IES públicas essa intensificação do trabalho também aconteceu devendo-se principalmente ao representamento de concursos ao longo desses últimos 15 anos, fato que confirma como constante a racionalização de feição neoliberal dos orçamentos públicos em todos os Estados do Brasil. Analisando os dados da tabela 5 verifica-se que a relação de seis alunos para cada docente no ano de 1980

Tabela 5

RELAÇÃO DOCENTES E MATRÍCULAS NAS IES PÚBLICAS							
Docentes	1980	1985	1989	1994	1998	2003	2004
IES Públicas	60.037	64.449	70.095	75.285	83.738	88.795	93.800
Matrículas graduação*	403.841	433.957	459.335	571.608	700.539	1.136.370	1.178.328

\*Considerados apenas os matriculados em cursos de graduação presenciais.  
Fonte: MEC/INEP - Organização do autor

aumentou para 12 alunos por cada docente no ano de 2004.

A pressão exercida para aumentar a quantidade de trabalho dentro da jornada geralmente de 40 horas se concretiza também alicerçada na idéia de que os docentes deveriam ser “mais produtivos”, correspondendo à “produção” a quantidade de “produtos” relacionados ao mercado (aulas, orientações, publicações, projetos, patentes etc) expelidos pelo docente. Por um lado, evidencia esse processo o direcionamento empresarial da ciência, tecnologia, pesquisa e desenvolvimento presente nos editais dos órgãos de fomento à produção científica. Cada vez mais o CNPq e as Fundações Estaduais de Apoio à Pesquisa têm convertido seus recursos para pesquisas e estudos que aparelhem e potencializem a capacidade de reprodução do capital. Essa razão instrumental pode ser facilmente verificada no conjunto dos editais divulgados anualmente desde, pelo menos, a criação dos Fundos Setoriais. Nessa lógica, por exemplo, as humanidades encontram raro apoio financeiro para desenvolver seu trabalho. Por outro lado, mesmo sem contar com o aporte institucional para todo tipo de pesquisa, o perfil de pesquisa que escorre caudalosamente desses editais termina por ditar o padrão para a produção acadêmica em geral. A qualidade da produção passa então a ser mensurada pela quantidade da própria produção e por valores monetários que o docente consegue agregar ao seu salário e à própria instituição.

Essa dinâmica tem representado na rotina do trabalho docente não apenas uma assimilação desse padrão de produção (que em realidade é de produtividade), mas uma *necessidade* de criar as condições para a realização dessa produção já

que institucionalmente os *meios de produção acadêmicos* (livros, laboratórios, computadores, equipamentos, bolsas etc) foram (e continuam sendo) concentrados e disponibilizados para as áreas que conseguem inverter ciência e tecnologia para o capital. O resultado dessa política tem se materializado num crescimento cavalariço da produção e da produtividade cujo objetivo se encerra no próprio ato produtivo, isto é, *ser e sentir-se produtivo*. A evidência desse processo é facilmente constatada, conforme depoimento do atual diretor de avaliação da CAPES:

[...] Cada programa de pós-graduação, muitas vezes cada departamento de graduação, quer editar a sua revista. Quem vai ler isto? É óbvio que se você publica artigos que não são lidos é um desastre.<sup>32</sup>

À medida que os recursos disponíveis para a pesquisa são canalizados pelas áreas consideradas “rentáveis” eles passam a ser usados privatizadamente dentro da própria instituição: laboratórios, computadores, salas, auditórios e equipamentos que servem apenas e exclusivamente a grupos, núcleos e centros de pesquisa construídos às expensas do dinheiro público (propriamente os editais) e em parceria com empresas<sup>33</sup>. Cada vez mais privatizados os meios de produção do trabalho docente (e do conhecimento), resta aos professores desenvolver suas próprias condições de trabalho combinando “competição”, “empreendedorismo” e “voluntarismo”. A começar pelo “empreendedorismo”, um dos mais antigos e eficientes artefatos ideológicos do capital voltado para convencer e converter ao trabalho homens e mulheres, há exemplos de ímpar vulgari-

**Cada vez mais privatizados os meios de produção do trabalho docente (e do conhecimento), resta aos professores desenvolver suas próprias condições de trabalho combinando “competição”, “empreendedorismo” e “voluntarismo”.**

dade sobre como a instrumentalidade do comportamento adequado à lógica produtivista é defendida e divulgada, conforme encontra-se explicitado no Editorial da revista “Profissão Mestre” de abril de 2006:

[...] A sociedade da informação e da tecnologia muda o perfil do trabalhador e a realidade do emprego: pesquisas apontam que a cada dois postos de trabalho no Brasil, um é formal e outro é informal; entre 16 e 25 milhões de trabalhadores são autônomos ou empreiteiros independentes; atualmente os maiores empregadores não são as megacorporações e, sim, as agências de trabalho temporário; [...] O mundo da educação não está isento à essa nova realidade. Escolas e professores sofrerão o impacto dessa nova tendência econômica e social. É por essas e outras que a equipe das revistas **Profissão Mestre** e **Gestão Educacional** está lançando o **Kit Professor S.A.** Um material exclusivo que servirá como uma bússola para guiá-lo através desse cenário de incertezas.<sup>34</sup>

A principal manifestação desse empreendedorismo tem sido a produção em série de cursos de pós-graduação lato sensu como forma de recompor os parcos salários e de estruturar as condições de trabalho pela compra de equipamentos, livros e até mesmo pela construção de área física. O resultado dessas intervenções tende a tornar esses docentes e as universidades cada vez mais dependentes desses tipos de recursos extra-orçamentários. Somam-se aos cursos de especialização os diversos tipos de venda de serviços permitida e - em larga medida - organizada pelas legislações internas às IES públicas que prevêm a flexibilização do regime de dedicação exclusiva. Assim, ganham lugar dentro das universidades diversos escritórios - e con-

sultórios no caso dos médicos - especializados em prestar consultorias e desenvolver produtos. Nessa via, o trabalho docente concebido como extensão universitária é mercantilizado.

Alinha-se a esse aspecto financeiro de forte apelo e impacto ideológico uma ressocialização dos docentes de acordo com o padrão produtivista desenvolvido nesses últimos 15 anos. O adensamento e a intensificação do trabalho são traduzidos em números que estruturam as diversas avaliações ditas institucionais. Assim, do mesmo modo que os cursos de graduação são classificados e hierarquizados desde o “Provão” (transmutado em SINAES)<sup>35</sup> e os programas e cursos de pós-graduação são cristalizados em conceitos de três a sete, a produção docente tem sido espartilhada, mensurada, tipificada e classificada por critérios quantitativos. Os artigos científicos são valorizados de acordo com o periódico que o veicula, isto é, caso esteja indexado internacionalmente ou no “Qualis CAPES” (indexador nacional oficial que classifica os periódicos em nove níveis). Nesse “vale quanto pesa” o próprio docente é “valorizado” pela inserção na pós-graduação, pelo número de orientações, artigos e livros publicados e, principalmente, pela “bolsa de produtividade em pesquisa” que consegue por méritos próprios. De fato, a inclusão nesse sistema opera uma diferenciação entre os docentes de maneira a estimular a conformação de uma “elite” definida como tal pela performance conseguida nos editais de pesquisa, nas bolsas concedidas, nos artigos publicados, enfim, pela pontuação atingida no score da produtividade. Aparentemente esse docente tende a acreditar que o seu desempenho é excepcional, fruto de algum tipo de genialidade que o distingue de seus pares. Em essência, geralmente passa despercebido que sua suposta genialidade é eleita por critérios definidos pelos interesses do mercado e que é ela mesma produto da própria escassez dos recursos que se tornam alvo de

disputa. Por esse processo, surge uma identidade docente diferenciada por status e prestígio decorrentes da escassez e do caráter mercantil dos recursos para pesquisa. Nessa “cultura da produtividade”, explica Leopoldo de Méis, do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro,

[...] Ser ou não ser um cientista reconhecido é um ritual que se repete constantemente, a cada edital. Se parar de publicar, você perde a bolsa, não ganha mais auxílio. É ejetado do sistema, não interessa o que você fez no passado. O que interessa são os últimos dois, três anos.<sup>36</sup>

Esse drama hamletiano vivenciado cotidianamente pelos docentes converte-se numa cultura que é reproduzida desde, pelo menos, as experiências dos alunos na pós-graduação que também recebem tal pressão para que sejam produtivos sob quaisquer condições. A ponta desse iceberg foi vista pela primeira vez quando os prazos para conclusão do mestrado e do doutorado (bem como os prazos das bolsas para esses cursos) sofreram seguidas reduções. As bolsas para mestrado, por exemplo, tiveram redução de três para dois anos e meio no início da década de 1990 e de dois anos e meio para dois anos no final dessa mesma década. Nessa nova ossatura institucional os mestrandos e doutorandos quase sempre recebem pressão de seus orientadores e dos programas (que pleiteiam sempre a melhor pontuação na CAPES) para cumprirem esses prazos a despeito da qualidade final de seus trabalhos. Na visão de Elisa de Campos Borges, presidente da ANPG,

**Nós tendemos a ver os docentes presos aos cordões da produtividade acadêmica como agentes conscientes do sistema e produtores de suas próprias experiências em condições escolhidas por eles mesmos, o que nos faz torná-los alvo de um julgamento moral.**

[...] A quantidade exagerada de publicações para fins de pontuação vem promovendo um ambiente demasiadamente competitivo dentro da academia, nocivo às iniciativas criadoras dos estudantes e dos pesquisadores. Todos os alunos de pós-graduação vivem em seu cotidiano a dificuldade de conseguir publicar textos científicos em muitas revistas, pois o acesso a muitas delas é restrito a determinados pesquisadores, universidades, programas e temas.<sup>37</sup>

Em algumas áreas a reprodução desse comportamento atinge não somente os alunos da pós-graduação, mas repercute também entre alunos da graduação que sofrem, já desde cedo, a pressão para serem competitivos. Formados nesse ambiente de intensa competitividade - onde é uma constante o estímulo ao espírito “empreendedor” - torna-se difícil a produção de uma identidade que se dê pela percepção de que é preciso organização e mobilização para mudança desse sistema. Ao contrário, o padrão que é socializado deita raízes em práticas e valores individualistas cuja racionalidade expressa-se na diferença de ser produtivo e de não ser produtivo. A competição é naturalizada e se torna a regra. A escassez de recursos para pesquisa (e para o trabalho docente em geral) também é naturalizada e se transforma em realidade que avaliza a “competência” dos que conseguem acessar tais recursos. E o resultado dessa dinâmica traz conseqüências comuns ao mundo do trabalho como o estresse, estado permanente de cansaço, depressão e até o suicídio. A esse respeito, estudo realizado com alunos de diversos cursos de graduação da Universidade Federal de

São Paulo (UNIFESP), entre 1996 e 2003, revela que o diagnóstico de cerca de 10 diferentes enfermidades relacionadas à saúde mental têm sido recorrentes nos alunos de graduação<sup>38</sup>.

Deslindar esses fios alinhavados que dão os contornos do “novo” trabalhador - em especial do “novo” docente - tem sido difícil primeiramente porque todos os que se opõem a esse sistema tendem a ser vistos como “improdutivos” (ou “sindicalistas” num sentido exclusivamente pejorativo que corresponde àquele que “não trabalha”). Num sentido antagônico nós tendemos a ver os docentes presos aos cordões da produtividade acadêmica como agentes conscientes do sistema e produtores de suas próprias experiências em condições escolhidas por eles mesmos, o que nos faz torná-los alvo de um julgamento moral. A evidência disso é a escolha que geralmente fazemos por não enfrentar essa questão de modo problematizador preferindo, muitas vezes, hostilizar os docentes imersos na lógica produtivista. Esquecemos que as circunstâncias em que muitos docentes estão escolhendo o produtivismo são historicamente determinadas, obviedade que deveria desmistificar tal escolha como espontânea.

Assim contextualizadas, as condições históricas da precarização do trabalho docente carecem de problematização e reflexão sistemáticas proporcionadas por seminários, palestras e debates realizados preferencialmente nos locais de trabalho e com alguma articulação com outras categorias de trabalhadores. Ordenam-se a essa ação as iniciativas de combate ao produtivismo que incidam na superestrutura jurídica do Estado. Desse modo, a luta contra o enraizamento da Lei de Inovação Tecnológica nas IES públicas e as diversas regulamentações afe-

**A luta contra o enraizamento da Lei de Inovação Tecnológica nas IES públicas e as diversas regulamentações afetas ao produtivismo pode e deve ser travada em cada órgão colegiado das universidades.**

tas ao produtivismo pode e deve ser travada em cada órgão colegiado das universidades. A problematização e a redefinição dos critérios de avaliação institucional do trabalho docente podem abrir possibilidades para a redistribuição dos recursos e a necessária ampliação destes a partir da compreensão de que, assim como todos os professores têm o direito a condições adequadas para realização de suas aulas, devem ter direito também a recursos para suas pesquisas. Torna-se também cada vez mais funda-

mental a articulação com os movimentos sociais e, em especial, com o movimento estudantil para desprivatizar as universidades lutando contra as diversas taxas e cursos cobrados<sup>39</sup>. E por fim, somam-se a essas ações as medidas que o ANDES-SN e muitas de suas seções sindicais vêm implementando contra o funcionamento das Fundações ditas de Apoio Universitário (que vendem a educação) e as formas precarizadas de contratação do trabalho docente.

Todavia, para enfrentar esses desafios precisamos superar as dificuldades mais salientes nesse processo de alienação do trabalho. Além da nossa avaliação preta de moralidade sobre os professores que aderem e reproduzem esse sistema, o que torna mais difícil a tarefa de desmistificar o produtivismo é o fato de que ainda não compreendemos plenamente esse comportamento como uma das mais fortes dimensões da precarização do trabalho em geral e do trabalho docente em específico. Em alguma medida a produtividade (recompensada monetária e simbolicamente) representa a perda da autonomia intelectual, a perda do controle sobre o processo de trabalho, a forma atual da subsunção do trabalho intelectual à lógica do capital. Como os primeiros trabalhadores que internalizaram uma prática econômica baseada na

frugalidade, poupança e sentimento de compensação espiritual nos começos do capitalismo, enfrentamo-nos hoje com uma dinâmica muito semelhante. Por isso, o risco de não decifarmos essa realidade e desenvolvermos os melhores instrumentos de luta para combatê-la reside, como foi na infância da luta de classes, tornarmo-nos cada vez mais prisioneiros dessa lógica, como nossos “próprios cárceres”.

## NOTAS

<sup>1</sup> Este artigo é resultado parcial da pesquisa “Trabalho precarizado no Brasil contemporâneo” e das reflexões produzidas em espaços do movimento sindical nesses últimos quatro anos, em especial nas oportunidades proporcionadas por seminários e palestras onde foi possível problematizar este tema junto às experiências de trabalhadores de diversos sindicatos e, em especial, de docentes de diversas universidades do país.

<sup>2</sup> Dados da OIT citados por Márcio Pochmann. *O emprego na globalização*. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001. p. 81-82.

<sup>3</sup> Cf. Jeremy Rifkin. *The End of Work. The decline of the global labor force and dawn of the Post-Market Era*. New York, Tarcher/Penguin, 2004. p. x-xli.

<sup>4</sup> Cf. Márcio Pochmann. *O emprego na globalização*. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001. p. 94, 98.

<sup>5</sup> Ver Helena Hirata (Org.). *Sobre o modelo japonês*. São Paulo: Edusp, 1993.

<sup>6</sup> Luciano Vasapollo. *O trabalho atípico e a precariedade*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 27-28.

<sup>7</sup> No Brasil o mais citado representante dessa visão é Ricardo Antunes. Cf. ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

<sup>8</sup> Cf. Edmundo Fernandes Dias. ‘Reestruturação produtiva’: forma atual da luta de classes. *Outubro*, São Paulo, n. 1, p. 49, maio 1998.

<sup>9</sup> Sobre isso verificar as séries históricas divulgadas nos documentos sobre “Gross Domestic Product”

disponíveis no sítio: <http://www.oecd.org>. Consultar também o sítio do FMI: <http://www.ifm.org>.

<sup>10</sup> A esse respeito ver os dados apresentados por Paul Baran e Paul Sweezy. *Capitalismo Monopolista*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

<sup>11</sup> Sobre isso conferir François Chesnais. “Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica”. In: *A Mundialização Financeira*. São Paulo: Xamã, 1998. p. 249-293.

<sup>12</sup> A esse respeito conferir Robert Guttmann. As mutações do capital financeiro. In: François Chesnais. op. cit. p. 61-96.

<sup>13</sup> Cf. Harry Braverman. *Trabalho e capital monopolista*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987. p. 239.

<sup>14</sup> Cf. Nádia Araújo Guimarães. O papel do Estado e o sentido da privatização na cadeia químico-petrolífera brasileira. In: *Caminhos Cruzados*. Estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores. São Paulo: Editora 34, 2004. p. 113-118.

<sup>15</sup> Cf. Aloysio Biondi. *O Brasil privatizado*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1996.

<sup>16</sup> Embora o “Neoliberalismo” - entendido como doutrina de Economia Política - tenha sido produto de uma reunião ocorrida em 1938, em Paris, sob o nome de “Colloque Lipmann”, cujo resultado pode ser resumido na idéia de “intervencionismo liberal” visando assegurar a “estabilidade financeira e monetária” para evitar crises como a que ocorreu em 1929, as medidas governamentais concretizadas ao longo da década de 1980 e 1990 identificadas como “neoliberais” são bem mais abrangentes do que essa definição inicial.

<sup>17</sup> Cf. Aloysio Biondi. *O Brasil privatizado*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1996. p. 49.

<sup>18</sup> Cf. ANDES-SN. Liberdade sindical e defesa dos direitos sociais: a luta do ANDES-SN no contexto da reforma trabalhista e sindical do governo Lula. *Caderno de Texto do 47º CONAD*, out./nov. 2003, Natal-RN.

<sup>19</sup> Líliliana R.P. Segnini. Reestruturação nos bancos no Brasil: desemprego, subcontratação e intensificação do trabalho. *Educação & Sociedade*, ano XX, n. 67, p.183-209, ago. 1999.

<sup>20</sup> Dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

<sup>21</sup> Cf. João Bernardo. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo, 2000. p. 62.

- <sup>22</sup> Esses dados estão sistematizados em Antônio Bosi. Flexibilização trabalhista e sindical no Brasil contemporâneo. *Caderno de Resumos do I Seminário Internacional de História*. Departamento de História, Universidade Estadual de Maringá, 2003.
- <sup>23</sup> Cf. Ruy Braga. “O trabalho do teleoperador: infotaylorização e degradação da relação de serviço. Artigo publicado conjuntamente com a “Revista Electrónica Internacional de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación”, disponível em: <http://www.eptic.com.br>.
- <sup>24</sup> Euclides A. Medeiros. *O informal pelo formal: trabalhadoras costurando sua história*. Relatório final de Iniciação Científica, Uberlândia: UFU, 1996.
- <sup>25</sup> A respeito das experiências das cooperativas de trabalho consultar Valmíria Piccinini. Cooperativas de trabalho de Porto Alegre e flexibilização do trabalho. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, n. 12, p. 68-105, jul./dez. 2004.
- <sup>26</sup> Esses dados podem ser encontrados nos Censos do PNAD/IBGE disponíveis na página eletrônica <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 3 maio 2005.
- <sup>27</sup> Ver dados, já bastante divulgados, do INEP/MEC. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 17 abr. 2005. Ver também Antônio Bosi. Expansão do Setor das IPES: balanço e perspectivas. In ANDES-SN. *Rumo à Expansão do Setor das IPES do ANDES-SN*. Caderno 22. Brasília, DF, p. 25-29, 2006.
- <sup>28</sup> Consultar INEP/MEC, “Cadastro Nacional de Docentes da Educação Superior 2005.1”. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>>. Acesso em: 27 abr. 2006.
- <sup>29</sup> Sobre isso consultar a análise de Roberto Leher. Por que tamanho apreço pela privatização da educação superior?. In ADUFPA. *Reforma da Educação Superior ou Destruição da Universidade Pública?* Belém, p. 92-109, out. 2004.
- <sup>30</sup> Ver análise de Ceci V. Jucá. Os contratos de parceria público-privada. In ADUNICAMP. *A destruição: o que está em jogo?* Campinas, p. 60-65, set. 2004.
- <sup>31</sup> Cf. Marina Barbosa. A subordinação do trabalho docente à lógica do capital. *Outubro*, São Paulo, n. 4, p.17-24, 2000.
- <sup>32</sup> Cf. Renato Janine Ribeiro. *Revista ADUSP*, São Paulo, n. 36, p. 42, jan. 2006.
- <sup>33</sup> A esse respeito consultar ANDES-SN. *A propósito da regulamentação da Lei de Inovação Tecnológica: por quem os sinos dobram*. Brasília, DF, jan. 2006.
- <sup>34</sup> Cf. Júlio Clebsch. Editorial. In: *Profissão Mestre*. Curitiba: Humana Editorial, p.4.
- <sup>35</sup> A esse respeito conferir Diretoria do ANDES-SN. Análise da proposta do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. In *Adunicamp. A destruição: o que está em jogo?*. Campinas, p. 53-56, set. 2004.
- <sup>36</sup> Cf. José Chrispiano. Todo poder à avaliação. *Revista ADUSP*, São Paulo, n. 36, p. 28, jan. 2006.
- <sup>37</sup> Idem, p. 29.
- <sup>38</sup> Cf. L. A. Nogueira-Martins et al. The mental health of graduate students at the Federal University of São Paulo: a preliminary report. In *Brazilian Journal of Medical and Biological Research*. n. 37, 2004, p. 1519-1524.
- <sup>39</sup> Servem como exemplo de que este horizonte é possível, os resultados da luta dos estudantes da UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) que conseguiram, em 2004, a extinção de aproximadamente 20 taxas. **US**

# Crise e privatização da universidade pública: de Fernando Henrique a Lula da Silva

Vera Lúcia Jacob Chaves

Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA), diretora geral da ADUFPA-SSIND (2004-2006)

**E**ste artigo tem por objetivo apresentar parte do estudo realizado com a finalidade de examinar e explicitar o processo de privatização do público na educação superior brasileira, tendo como foco de análise a situação da Universidade Federal do Pará (UFPA) no contexto da reforma da educação superior brasileira<sup>1</sup>.

Adotamos como ponto de partida a premissa de que a crise conjuntural que afeta a educação pública superior está interligada ao movimento de reforma do Estado, implementada pelos governos neoliberais<sup>2</sup> brasileiros como parte da estratégia mundial de enfrentamento da crise de acumulação do capital, orientada por organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. A centralidade dessa reforma consiste na redefinição do papel do Estado. Reafirma-se, por um lado, o valor do Estado democrático como âmbito natural da justiça e como instância estratégica de redistribuição de recursos; ao mesmo tempo, Ele é desmantelado em função do reforço darwiniano do mercado, procurando, desse modo, a manutenção dos lucros. Esta crise, portanto, manifesta-se de forma tensionada, notadamente devido à su-

pressão dos vários direitos de cidadania que a saída do Estado da esfera da garantia da distribuição de bens públicos engendra.

Como consequência, ocorreu o desmonte das políticas sociais, em especial nos países da periferia do capitalismo, que passaram a desenvolver programas sociais emergenciais “focalizados” (SOARES, 2001). A política de focalização<sup>3</sup>, na área educacional, manifesta-se por meio da priorização dos recursos da União para o ensino fundamental, reduzindo os investimentos para a educação superior, que se abre aos investimentos privados, transformando o saber em mercadoria. As instituições públicas de educação superior foram direcionadas para a esfera privada, por meio das fundações de direito privado e de outros mecanismos que visam à abertura dessas para o mercado.

As bases epistemológicas da reforma do Estado brasileiro e da educação superior dos governos de Fernando Henrique (1995-2002) e Luis Inácio (2003-2006) têm como pressuposto básico a reconceituação/ressignificação do público e do privado. Compreendemos que os conceitos de público e privado são distintos e antagônicos: um ente não pode ser simultaneamente público e privado. O Estado foi criado

para atender aos interesses do público (sociedade), portanto, é derivado do público e a ele se submete (LOCKE, 1991). Dessa forma, uma instituição estatal deve ser necessariamente pública. Logo, o argumento presente na reforma do Estado brasileiro, idealizada por Bresser Pereira (1998), que incluía a transformação das universidades públicas em Organizações Sociais, que seriam instituições públicas não-estatais, não se sustenta<sup>4</sup>. Sendo o Estado um ente público constituído sobre a supressão do Estado de natureza, o seu oposto, o não estatal ou não público é, de fato, privado.

Este texto inicia com uma breve discussão sobre a crise que a universidade brasileira tem vivenciado nos últimos anos e sobre o papel que as Fundações de Apoio privadas vêm desempenhando no interior das instituições públicas. Em seguida, com a finalidade de explicitar como o processo de privatização vem ocorrendo no interior das universidades públicas, apresentamos uma análise da prestação de serviços realizada na Universidade Federal do Pará, destacando dois exemplos de contratos/convenios firmados para o desenvolvimento de pesquisas. Nossa base de análise foram os documentos coletados na UFPA e as entrevistas semi-estruturadas com docentes-pesquisadores, dirigentes e ex-dirigentes da Universidade, cujos nomes foram preservados nas citações deste artigo.

Considerando a complexidade da privatização do público na educação superior brasileira, utilizamos em nossa pesquisa as possíveis combinações das variáveis: *quem fornece; quem financia; qual a finalidade*, ou seja, *quem* será beneficiado com a implementação da prestação de serviços na universidade pública. Uma atividade educacional será caracterizada como *pública* quando for realizada por instituição pública, com financiamento público e visando torná-la disponível para a coletividade; quando a atividade tiver por finalidade a preservação de

interesses particulares, seja de indivíduos ou grupos (empresariais, organizações etc.), mesmo que o fornecimento e o financiamento sejam públicos, indicará um processo de *privatização* da educação superior pública.

Este trabalho não pretendeu - e, por óbvio, não poderia - esgotar a análise do processo de privatização da educação superior pública, até porque a dinâmica da sociedade exigirá novas análises sobre esse fenômeno, posto que novos elementos irão surgindo, em cada contexto histórico. Nossa expectativa, no entanto, é a de contribuirmos, com base na utilização da tipologia de análise e nas reflexões teóricas feitas, para uma compreensão mais precisa do processo de privatização da educação superior e identificar seus desdobramentos no interior das universidades públicas.

### **A crise institucional da universidade pública e as Fundações de Apoio privadas**

As universidades públicas brasileiras têm vivenciado uma crise que foi aprofundada nos últimos anos. Essa crise foi provocada, dentre outros fatores, pela implementação de uma política de privatização que se manifesta por meio de uma série de mecanismos, dentre eles a falta de verbas públicas para o crescimento do ensino superior público e a redução drástica dos recursos de outros custeios e capitais (OCC), aliada a uma política de arrocho salarial.

Essa crise não é um fenômeno local. Boaventura de Sousa Santos (1996, p. 192) afirma que a universidade vivencia uma tripla crise, que eclodiu nos últimos vinte anos: a crise de hegemonia, a de legitimidade e a institucional. Apesar de estarem presentes até os dias atuais, os fatores que condicionaram cada uma delas são diferentes. O autor relaciona essas crises com os três períodos de desenvolvimento do capitalismo: o *liberal*, o *organizado* e o *desorganizado*.

A crise de hegemonia teria ocorrido no pri-

meiro período do *capitalismo liberal*, quando a “[...] sociedade liberal começa a exigir formas de conhecimento que a universidade tem dificuldades em incorporar.” Essa crise é a mais ampla e com a maior profundidade histórica, pois nela está o questionamento da exclusividade da universidade na produção e transmissão do conhecimento. De acordo com Santos, o que entra em crise é a concepção de universidade dotada de grande prestígio social, responsável pela formação das elites e produtora de conhecimentos científicos e culturais de excelência, de criatividade intelectual, de liberdade de discussão, de espírito crítico, autonomia e liberdade. Esse modelo de universidade entra em “[...] relativa dessintonia com as ‘exigências sociais’ que emergiam [...]”, dada a complexidade e rapidez dos processos sociais que passaram a ocorrer, sobretudo, a partir dos anos sessenta. O autor analisa essa crise tendo como pressupostos a reprodução das contradições e tensões entre as dicotomias: “alta cultura - cultura popular; educação - trabalho; teoria - prática”. (SANTOS, 1996, p. 192-193).

A crise de legitimidade pode ser relacionada à fase do *capitalismo organizado*, quando se fortalece a luta pelos direitos sociais e a “[...] democracia da transmissão dos conhecimentos produzidos”. Essa crise ocorre no momento em que “[...] a procura por educação deixa de ser uma reivindicação utópica e passa a ser uma aspiração socialmente legitimada”. Desse modo, para legitimar-se, a universidade passa a ter uma dupla função: a de continuar a “[...] produzir conhecimentos e de os transmitir a um grupo social restrito e homogêneo, quer em termos das suas origens sociais, quer em termos dos seus destinos profissionais de modo a impedir a sua queda de status [...]” e, ao mesmo tempo, atender a camadas sociais amplas e diversificadas, com a finalidade de promover sua ascensão social. (SANTOS, 1996, p. 211).

A crise institucional corresponde ao período

do *capitalismo desorganizado* e “[...] decorre, em geral, da crise do Estado-providência e da desaceleração da produtividade industrial nos países centrais”. Essa crise afeta, principalmente, a autonomia universitária e resulta das profundas transformações que o Estado vem realizando nas políticas sociais, por meio de reduções significativas do orçamento social. Esses cortes orçamentários têm provocado três efeitos na vida institucional: a) “desestruturam as relações de poder”, por serem seletivos, alterando as posições das diferentes áreas do saber universitário; b) submetem a universidade a “*critérios de avaliação*” por produtividade; c) induzem a universidade a “[...] procurar meios alternativos de financiamento, para o que se socorrem de um discurso aparentemente contraditório que salienta simultaneamente a autonomia da universidade e a sua responsabilidade social”. (SANTOS, 1996, p. 214-215).

A universidade brasileira vivencia as três crises destacadas, no entanto, a institucional é a que mais tem sido evidenciada nos dias atuais. Ela está interligada à crise do modelo do Estado de Bem-Estar<sup>5</sup>, que se manifesta, especialmente, na redução orçamentária provocada pelo ajuste fiscal do Estado. No caso da educação superior brasileira, a centralidade das políticas governamentais reside na redução de verbas para o custeio das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e na concessão da autonomia universitária para estimular a captação de recursos externos.

Como parte dessa política, nos últimos anos as universidades federais vêm atravessando uma série de dificuldades devido à insuficiência de recursos orçamentários oriundos do Tesouro. As restrições ocorrem, sobretudo, nos recursos destinados à manutenção e ao investimento, em razão dos sucessivos cortes efetivados pela área econômica do governo.

Essa política é parte da crise institucional que atinge a universidade pública em três as-

pectos fundamentais: a) devido à seletividade dos cortes, alteram as posições das diferentes áreas do saber; b) por serem baseados em padrões de produtividade, submetem a instituição a critérios de avaliação cujos resultados tendem a ser negativos; c) impulsionam a universidade a buscar fontes alternativas de financiamento para que possam manter suas funções (SANTOS, 1996).

A situação, a cada ano, torna-se mais grave, haja vista a escassez de dotação orçamentária, a luta para conseguir suplementação e a demora em obter recursos, além da irregularidade do fluxo dos recursos financeiros. Essa situação crítica do orçamento é parte de uma política governamental que tem como finalidade forçar as universidades a buscar recursos no mercado, com a intermediação das fundações de apoio privadas. (AMARAL, 2003).

Além disso, o governo tem forçado as universidades a concorrerem entre si para obter algum tipo de investimento, por meio do lançamento de programas específicos desenvolvidos pelos Ministérios da Educação, de Ciência e Tecnologia e da Saúde para aquisição de acervo bibliográfico, computadores e outros equipamentos, além dos necessários ao atendimento de programas específicos para os hospitais universitários. Com isso, o governo determina o que a universidade deve fazer, firmando convênios, intermediados pelas Fundações de Apoio. Na prática, são estabelecidos contratos de gestão, à semelhança dos previstos pela Reforma Administrativa, do ex-ministro Bresser Pereira, na medida em que exigem o cumprimento de metas e a produtividade da instituição para que ela possa fazer jus às verbas complementares necessárias à sua manutenção.

A política do governo federal, desde o início da década de 1990 e aprofundada nos governos

**Essa situação crítica do orçamento é parte de uma política governamental que tem como finalidade forçar as universidades a buscar recursos no mercado, com a intermediação das fundações de apoio privadas.**

de Fernando Henrique (1995-2002) e de Lula da Silva (2003-2006), vem comprimindo o orçamento das IFES, em geral, submetendo essas instituições à situação de precariedade gerada pela escassez de recursos que, quando liberados por meio de convênios, ou são para fins específicos - que não atendem às atividades cotidianas - ou dispõem de reduzido tempo para aplicação, impedindo uma utilização mais adequada. Como resultado dessa política governamental baseada em ajuste fiscal e

cortes nos gastos sociais as universidades têm sido induzidas a buscar recursos no mercado.

Contando com a intermediação das Fundações de Apoio, as universidades públicas vêm realizando atividades caracterizadas como prestação de serviços, para captação de recursos externos, transformando as atividades-fins de ensino, pesquisa e extensão em fonte de renda para grupos de docentes e técnico-administrativos que aderiram à “racionalidade modernizadora” do capital.

Apesar das Fundações de Apoio serem privadas, legalmente são tidas como sem fins lucrativos (por isso, possuem isenção fiscal), funcionam como empresas privadas, não recolhem tributos, tendo parte substancial de suas receitas advindas de recursos do setor público (MEC, MCT, secretarias do Estado, estaduais, prefeituras etc.). Por meio da interveniência dessas fundações são estabelecidos contratos de projetos de pesquisa, de consultorias, de prestação de serviços e de ofertas de cursos, e são cobradas taxas de administração para “cobrir custos operacionais” que variam em cada IFES<sup>6</sup>.

As maiores fontes de renda dessas fundações provêm da intermediação na venda de cursos e assessorias das unidades acadêmicas; dos convênios para desenvolvimento de pesquisas com

empresas públicas e privadas ligadas ao setor produtivo, sem licitação<sup>7</sup>; da cobrança pela prestação de serviços; dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) utilizados de forma irregular na contratação de trabalhadores para os hospitais universitários<sup>8</sup>.

É importante ressaltar que a maior parte dos recursos captados por essas fundações é proveniente de fontes públicas<sup>9</sup>. Os órgãos de fomento - como a Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério de Ciência e Tecnologia (FINEP), que gerencia os Fundos Setoriais, o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e o Instituto do Milênio - exigem que os convênios da maioria dos projetos de pesquisa sejam firmados com a intermediação das fundações. Além disso, o estabelecimento de convênios por parte das universidades tem sido estimulado pelo governo federal, sendo parte integrante da política de financiamento das pesquisas estabelecidas pelos Fundos Setoriais.

A utilização das Fundações de Apoio privadas foi reforçada pelo governo Lula da Silva por meio do Decreto Presidencial nº 5.205, de 14 de setembro de 2004 que regulamenta a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio. A principal justificativa utilizada pelos defensores dessas fundações privadas, especialmente os reitores das universidades públicas, é que elas são fundamentais para *agilizar e viabilizar* a prestação de serviços. Esses argumentos em defesa de uma maior *agilidade* na execução de convênios e da ampliação de receita própria fortaleceram tal política governamental que estimula as universidades a utilizarem as fundações para o gerenciamento dos recursos. Como resultado

dessa política, as universidades, em sua ampla maioria, dependem das fundações para captar recursos públicos para suas pesquisas<sup>10</sup>.

A atuação dessas Fundações de Apoio privadas, no interior das universidades públicas, tem sido marcada pelos seguintes fatores: inconsistência na prestação de contas dos recursos captados; ausência de transparência na aplicação dos recursos; falta de controle por parte da Universidade para apurar a lisura nos atos administrativos e financeiros das fundações; ausência de licitação em grande parte dos contratos celebrados com as fundações, pelos órgãos públicos, além do fato de que os recursos transferidos para a universidade são irrelevantes; utilização da infra-estrutura pública, por parte das fundações, em prol de interesses privados<sup>11</sup>.

Pode-se afirmar que as Fundações de Apoio de direito privado desempenham o papel de gerenciadoras de recursos públicos voltados para o mercado capitalista. A relação entre essas fundações e a universidade pública é estabelecida como se a última fosse uma empresa privada interessada em vender seus produtos e obter lucros. A lógica da Fundação é mercantilista e sua atuação, no interior da universidade, retrata uma forma de pensar a educação como serviço e como objeto de compra e venda, ou seja, mercadoria. A utilização das fundações tem acelerado o processo de privatização das universidades públicas, fomentando um clima favorável à desagregação do ambiente acadêmico, favorecendo o individualismo e o empresariamento dos docentes e pesquisadores, transformando-os em gerentes do ensino, da pesquisa e da extensão. As fundações de apoio privadas funcionam como um mecanismo arrecadatório e de gestão, especialmente, por intermediar junto ao

**A lógica da Fundação é mercantilista e sua atuação, no interior da universidade, retrata uma forma de pensar a educação como serviço e como objeto de compra e venda, ou seja, mercadoria.**

mercado a prestação de serviços de ensino, pesquisa e extensão.

Esse processo de adesão da universidade pública a um modelo educacional que privilegia a mercantilização do ensino, da pesquisa e da extensão como principal mecanismo de superação da crise institucional tem sido intenso e complexo, assumindo diferentes feições, que variam de acordo com a realidade interna de cada instituição. Nesse sentido, procuramos desvelar como esse processo vem sendo materializado na Universidade Federal do Pará.

### **A prestação de serviços: desvelando o processo de privatização interna da UFPA**

A prestação de serviços na UFPA vinha sendo caracterizada como parte das atividades de extensão, e, durante muito tempo, foi desenvolvida como forma de interação entre a universidade e a sociedade. Essa interação tinha como finalidade ampliar a visibilidade da produção acadêmica da instituição, divulgando suas potencialidades para o desenvolvimento local e regional, além de contribuir, em consonância com os movimentos sociais, para a solução dos problemas da sociedade local.

Apesar do Estatuto da UFPA, em vigor desde 1978, estabelecer no artigo 52 que a extensão seria realizada por meio de cursos e serviços a terceiros, tanto a pessoas quanto a entidades públicas e privadas, e sempre que possível poderiam ser remunerados, essa prática não foi desenvolvida na Universidade até 1997, quando um movimento inicial levou o Conselho Superior de Administração (CONSAD) a taxar algumas atividades: segunda via de documentos (diplomas, certificados, histórico escolar); revalidação de diploma de graduação e de pós-graduação; expedição de transferência para outras instituições de ensino superior; certidões em geral e serviços clínicos de orientação psicológica. Embora os valores cobrados não representassem um montante de recursos

significativo para a Universidade, começou a ser instalada, no interior da instituição, a idéia de que seria necessário estabelecer cobranças pela realização de serviços.

Nos anos seguintes esse movimento foi intensificado, quando o governo federal aprofundou a política de corte de verbas públicas para as IFES, induzindo-as a aceitar novas formas de organização e gestão, na busca de alternativas que gerassem receitas próprias.

Essa política do Ministério da Educação para que as universidades públicas ampliassem os recursos próprios para sua sobrevivência (leia-se: sem depender das verbas federais) foi decisiva para que a administração superior da UFPA passasse a defender a prestação de serviços remunerados. A busca pela ampliação de receita da universidade levou os gestores da UFPA a defenderem a necessidade da utilização das potencialidades existentes na instituição, como forma de geração de renda, sobretudo, por meio da prestação de serviços e da comercialização de “produtos acadêmicos”.

Os argumentos a favor da cobrança pela prestação de serviços foram reforçados, superando aqueles favoráveis à gratuidade absoluta que havia. Com isso, uma *nova mentalidade, produtivista e pragmática* foi fortalecida, especialmente entre os docentes, que passaram a empreender dinâmicas próprias de captação de recursos, como argumenta o pesquisador:

[...] a Universidade, em si, é uma instituição pública, mas ela não está aqui, nem foi preparada para prestar serviço, seja para A, B ou C, de graça, porque nós não temos um orçamento dirigido para isso. *Nós não somos uma instituição assistencialista*. Isso aí eu não posso aceitar, em hipótese nenhuma, [que] a pessoa simplesmente chegue e diga – é uma instituição pública que se você realizar qualquer tipo de coisa para empresa, principalmente para empresa [...] que essa empresa

não pague muito bem por esse serviço. (SP-02, grifo nosso).

Essa *nova mentalidade* gera uma *nova cultura*, que ganha força paulatinamente no âmbito interno da Universidade. Novos hábitos e novas práticas passam a fazer parte do cotidiano institucional. Dentro dessa lógica, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão podem ser caracterizadas como prestação de serviços. É evidente, no discurso supra, que o caráter *público* da UFPA está completamente suprimido, eliminado. Tanto, que sua equivalência para o entrevistado é com o assistencialismo, ou seja, com a atitude que é fruto de uma *doação* pessoal.

A UFPA aumentou o volume de serviços remunerados nos últimos anos: assessorias e consultorias a empresas privadas; cursos de pós-graduação *lato sensu*; cursos de extensão, atualização e aperfeiçoamento; cursos livres de línguas estrangeiras; oferta de cursos de graduação, por meio de contratos firmados com prefeituras e governo do Estado; processos seletivos e/ou concursos para órgãos/instituições governamentais e/ou empresas privadas; produção/realização de projetos/programas na área de Ciência e Tecnologia voltada para a iniciativa privada; exames ambulatoriais realizados por meio de contratos firmados com a Secretaria de Justiça do Estado; análises de combustíveis; medições de intensidade de campo elétrico; instalação de antenas coletivas; manutenção, aferição e instalação de instrumentos de rádio-comunicação; medições de interferência eletromagnética; desenvolvimento de programas computacionais; dentre outros.

A procura de alternativas que gerem recursos capazes de arcar com as despesas de ma-

nutenção e conservação de equipamentos tornou-se fundamental para a administração superior da UFPA. No Plano de Desenvolvimento da UFPA para 2001 - 2010 a captação de recursos financeiros e a estruturação da prestação de serviços foram as estratégias estabelecidas para a *modernização* da gestão. Duas metas foram consideradas essenciais para a consecução desse objetivo: promover a revisão dos instrumentos legais para maior agilidade e controle na execução de projetos e ampliar e fortalecer as alternativas de captação de recursos financeiros. (UFPA, 2002).

**A procura de alternativas que gerem recursos capazes de arcar com as despesas de manutenção e conservação de equipamentos tornou-se fundamental para a administração superior da UFPA.**

Estão previstas várias ações para ampliar e fortalecer a captação de recursos financeiros, dentre as quais: incentivar a busca de recursos externos, por meio da prestação de serviços; ofertar cursos à comunidade; criar e implementar a Secretaria de Apoio à captação de recursos; desenvolver projetos/programas que promovam a geração de renda, otimizando o aproveitamento sustentável dos recursos naturais próprios das respectivas localidades.

Atualmente, a prestação de serviços engloba quase todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade. Nas atividades de ensino destacam-se, por um lado, os cursos de pós-graduação *lato sensu* pagos e, por outro, os cursos de graduação voltados para a formação de professores da educação básica, vendidos para as prefeituras e para o governo do Estado, mantidos com verbas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e incluídos como atividade de prestação de serviços da UFPA, sob a coordenação da Pró-reitoria de Extensão (PROEX). Esses cursos representam, hoje, a maior oferta de cursos de

graduação da UFPA nos *campi* do interior, que atendem 115 municípios.

Tem sido muito difícil definir e controlar a utilização do montante de recursos arrecadados com esses cursos, como comprova a afirmação de um ex-dirigente:

[...] o recurso do FUNDEF é livre de rubricas. O que quer dizer isso? Eles vão lá, dão um curso, a prefeitura paga e o dinheiro entra aqui. Esse dinheiro, ele não está carimbado: olha, é tanto para o professor, tanto para não sei o quê. Então, como está aqui, quem vai gastar é ordenador de despesas [...]. (SG-2).

Sabe-se que esses recursos são bastante significativos para a complementação salarial dos docentes (para cada disciplina de 60 horas, ministrada em regime de tempo integral, em oito dias os docentes recebem em média R\$ 2.400,00) e têm contribuído para a manutenção e uma pequena melhoria da infra-estrutura física e de equipamentos das unidades acadêmicas envolvidas, que ficam em média com 15% dos recursos arrecadados. O controle dos recursos provenientes desses cursos, no entanto, fica sob a responsabilidade da unidade gestora e, de modo geral, assumido pelos coordenadores dos cursos; até o momento, nada foi publicizado sobre esses recursos e seus usos, que não constam dos relatórios financeiros da instituição.

Esse mecanismo, que se repete nos cursos de pós-graduação *lato sensu*, contempla professores, que conseguem “engordar” os seus magros salários; prefeituras, que se livram de financiar sozinhas a formação de seus quadros docentes; unidades acadêmicas, que conseguem adquirir bens de consumo e de capital; formandos, que poderão expor a grife UFPA em seus diplomas.

Como resultado dessa prática, uma *nova mentalidade*<sup>12</sup> começou a ser formada na UFPA.

A defesa da cobrança desses cursos passou a ser feita por docentes e técnico-administrativos, de forma *natural*, como se fosse uma situação própria da natureza da instituição, à medida que nela vislumbravam uma possibilidade de melhorar a infra-estrutura e complementar seus baixos salários.

Essa questão, no entanto, tem gerado muita polêmica, especialmente por parte das lideranças estudantis e de docentes da UFPA que defendem a gratuidade do ensino em todos os cursos ofertados pela instituição<sup>13</sup>.

A necessidade de se estabelecerem regras para controle dos serviços prestados foi utilizada pela Administração da UFPA para defender a regulamentação dessas atividades. A prestação de serviços remunerados, regulamentada pela Resolução nº 1.132/2003, é conceituada como:

Art. 2º. Caracteriza-se como prestação de serviços as atividades consubstanciadas pela transferência, à comunidade, de conhecimento gerado e/ou reproduzido na Instituição, podendo envolver serviços, produtos, processos e patentes, cursos, concursos, consultorias, assessorias e outras ações semelhantes, mediante a contraprestação ou não de terceiros, quer pessoas físicas ou jurídicas, de natureza pública ou privada. (UFPA, 2003).

De acordo com esta Resolução do Conselho Superior de Administração, além dos cursos de especialização, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPA podem ser consideradas como prestação de serviços. Com isso, a cobrança de taxas para a realização dessas atividades foi regulamentada com a finalidade de captar recursos externos, excluindo-se da cobrança apenas os cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* (Parágrafo único, do artigo 2º).

A forma de aprovação e acompanhamento dessas atividades foi definida, cabendo às unidades acadêmicas aprovar os projetos e encaminhá-los ao Conselho Superior competente, apenas para registro. Também foram estabelecidos limites de carga horária para o desenvolvimento dessas atividades, que não poderão ultrapassar oito horas semanais (artigo 3º).

Com essa medida legal, a prática já instituída de cobrança pelos serviços prestados ganhou impulso, adquirindo uma nova dinâmica, na medida em que se tornou uma das atividades mais importantes da instituição, passando, portanto, a ser estimulada em todas as unidades acadêmicas.

Outra atividade importante realizada pela UFPA - a pesquisa - foi incorporada à prestação de serviços remunerados. Têm sido firmados convênios e contratos com empresas estatais e empresas privadas envolvendo grandes quantias, destinadas, em sua maioria, a dar infra-estrutura necessária à realização dos serviços (construção de laboratórios e aquisição de equipamentos são os mais comuns) e para pagamento de pessoal. Como afirma um dirigente da Universidade:

[...] em termos de prestação de serviços pela pesquisa, em particular, há grandes empresas, há empresas estatais e algumas empresas particulares, privadas, grandes empresas privadas, médias empresas privadas e assim por diante. Ela [universidade] está sendo tensionada e pressionada, cada vez mais, para poder responder [a] essas demandas, porque você não tem capacidade científica instalada na região, a não ser dentro da universidade e ela está sendo pressionada. Há muitos interesses para que a universidade participe de projetos

de pesquisa e desenvolva soluções tecnológicas para os problemas que se colocam nos vários processos de transformação produtiva, de expansão de mercado. (SG-04).

O interesse do mercado, especialmente nas áreas tecnológicas e/ou relacionadas ao setor produtivo, ocorre, principalmente, porque: a) a UFPA está localizada na região que detém a maior reserva mundial de biodiversidade, o que desperta o interesse de grupos empresariais locais, nacionais e estrangeiros; b) a UFPA é a maior universidade da região e possui um quadro qualificado de pesquisadores; c) é vantajoso para uma empresa firmar convênio/contrato com a Universidade, por não ter que arcar com despesas de pessoal, além de poder contar com uma infra-estrutura já instalada, o que contribuirá para aumentar seu lucro.

**A UFPA está localizada na região que detém a maior reserva mundial de biodiversidade, o que desperta o interesse de grupos empresariais locais, nacionais e estrangeiros.**

### **A privatização da pesquisa na UFPA**

Uma das várias facetas que a privatização interna da universidade pública assume - a realização de convênios/contratos entre universidades e empresas públicas ou privadas - tem sido um terreno pantanoso, notadamente, pela conjugação de interesses (raramente explícitos) e a burla de legislações que restringem, impedem ou inviabilizam a consecução desses contratos/convênios.

Essa modalidade de privatização já se imiscuiu de tal forma nas universidades que, para além de natural, ela já se tornou *banal*. Com isso, queremos dizer que já faz parte da cultura universitária, daquilo que é chamado de “senso comum”. E, no nosso entendimento, quando uma questão de tal gravidade entra no movimento do “senso comum” perde-se o movimento do real. A intenção desse estudo é, tam-

bém, recolocar-lhe concretude e imprimir-lhe visibilidade.

A seguir, faremos uma breve reflexão de como a pesquisa vem sendo privatizada no interior da UFPA por meio da análise de contratos/convênios firmados com uma empresa pública-estatal (Eletronorte) e com uma empresa privada (Ericsson).

Nos casos elencados, que serão utilizados como sustentáculos de nossa premissa, além das fontes primárias, como os contratos e convênios estabelecidos, os depoimentos dos pesquisadores, dirigentes e ex-dirigentes da UFPA foram nosso maior patrimônio.

### Eletronorte

A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. (Eletronorte) é uma empresa subsidiária da Eletrobrás e concessionária de serviços públicos de energia. A Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.) é uma empresa de economia mista e de capital aberto, com ações nas bolsas, tendo o governo federal 52,45% das ações, o que lhe dá controle acionário, e tem como missão atender ao mercado de energia elétrica, integrando-se ao desenvolvimento de sua área de atuação.

A área de atuação da Eletronorte, caracte-

rizada pela Amazônia Legal, representa 58% do território nacional, compreendendo os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

A Eletronorte firmou, em 2002, oito contratos de prestação de serviços de pesquisa e desenvolvimento com a UFPA, sem a intervenção da Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP). Os contratos foram executados pelo Departamento de Engenharia Elétrica da UFPA, por um prazo de doze meses. Coube a UFPA o fornecimento da infra-estrutura e dos recursos humanos necessários à realização dos projetos discriminados no quadro abaixo.

Evidencia-se um processo de terceirização dos serviços da UFPA, no caso, a pesquisa, por uma empresa estatal. A Eletronorte contratou a UFPA para a realização de pesquisas de seu interesse, ao invés de ela própria realizá-las, o que implicaria contratação de pessoal e criação da infra-estrutura necessária (laboratórios e equipamentos) e, portanto, dispêndio de recursos mais elevado.

Dois aspectos desses contratos nos chamaram a atenção: a) todo e qualquer material adquirido pela UFPA para o desenvolvimento do

#### RELAÇÃO DOS CONTRATOS FIRMADOS ENTRE A UFPA E A ELETRONORTE, SEGUNDO OBJETO E VALORES

OBJETO	VALOR (R\$)
• Estudo da poluição por elementos tóxicos em matrizes biológicas	174.000,00
• Desenvolvimento do protótipo de um instrumento virtual para análise on-line de perturbações harmônicas em sistemas de potências	189.160,00
• Controle coordenado das unidades térmicas e hidráulicas do sistema de geração do Amapá	441.244,00
• Implementação de estabilizadores de sistema de potência em sistemas de excitação de geradores síncronos da Usina de Tucuruí, usando técnicas adaptativas	361.380,00
• Predição de falha em cadeias de isoladores de linhas de transmissão	180.160,00
• Desenvolvimento de sistema especialista para auxílio à manutenção preditiva em compensadores síncronos	233.700,00
• Pesquisa, desenvolvimento e implantação de metodologias e sistemas para medição padrão de grandezas elétricas, no Laboratório Central da Eletronorte	629.200,00
• Alternativa energética renovável para a Amazônia a partir do craqueamento e transesterificação dos óleos de dendê, maracujá e soja	170.824,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.379.668,00</b>

projeto será de propriedade da Eletronorte, que fará uso do mesmo após o encerramento do contrato (Cláusula 8, alínea e); b) os resultados líquidos financeiros serão da Eletronorte, que reservará para si os direitos autorais e de propriedade intelectual (Cláusulas 21 e 27).

Diante disso, questiona-se: qual o benefício que a UFPA terá com a execução desses contratos? Somente a possibilidade do docente-pesquisador obter, por um curto espaço de tempo (doze meses), condições para desenvolver uma pesquisa. Isso porque a UFPA não poderá usufruir o material adquirido com os recursos oriundos desses contratos para outras pesquisas de interesse da instituição; não terá, também, qualquer controle sobre a utilização do conhecimento produzido e nem poderá disseminá-lo, o que é uma de suas funções precípuas. Além disso, a UFPA não poderá utilizar os direitos autorais e de propriedade intelectual a que faria jus caso a pesquisa fosse definida e financiada pela própria instituição.

Esses contratos firmados com a Eletronorte podem ser considerados como uma das feições que a privatização assume, com grande clareza, no interior das universidades públicas. Apesar de os serviços serem executados por uma instituição pública (UFPA) e o financiamento ser de uma empresa estatal (Eletronorte), o conhecimento produzido será apropriado privativamente. Fica evidente a *privatização do beneficiário*, pois somente a Eletronorte poderá fazer uso dos resultados provenientes das pesquisas. Além do que, é clara a interferência da estatal na agenda de pesquisa da UFPA, definindo, de acordo com seus interesses, o que deve ser pesquisado. Por sua vez, a UFPA submete-se a essa situação por motivos econômicos, perdendo sua autonomia. É o econômico sobrepondo-se aos interesses institucionais.

## Ericsson

Trata-se de um convênio firmado entre a Ericsson Telecomunicações e a UFPA, em janeiro de 2002, com a interveniência da FADESP, para o desenvolvimento de modelos, algoritmos e programas computacionais, para o estudo do canal de propagação de sistemas móveis em ambientes urbanos e suburbanos, próprios da região amazônica (Cláusula 1ª do Termo Aditivo).

O projeto deveria ser executado em dois anos, sob a responsabilidade da UFPA. Dentre outras obrigações, constam no Termo Aditivo do convênio: disponibilizar instalações, laboratórios e unidades de serviços, bem como recursos materiais, em quantidade e qualidade, necessários à execução do projeto; manter pessoal docente, de pesquisa e técnicos e todas as obrigações trabalhistas; responsabilizar-se por todo o material, equipamento e documentação técnica, utilizando-o, exclusivamente, para a pesquisa, sendo *vedado* o uso para outros fins (Cláusula 4ª).

A Ericsson disponibilizaria para a execução do projeto R\$ 529.100,00, exigindo que os resultados obtidos fossem de sua *propriedade exclusiva*, o que implica que a UFPA deveria obter, por escrito, do pessoal técnico envolvido no projeto, a cessão de quaisquer direitos de registro de privilégios de invenção, modelos de utilidade, modelos industriais, desenhos industriais e registros de software comercialmente viáveis e patenteáveis. A Ericsson comprometeu-se a pagar, por cada invenção, a importância *irrisória* de R\$ 5.000,00, podendo a Universidade repassá-la ao inventor, a seu critério, a título de premiação (Cláusula 8ª do Termo Aditivo).

Os resultados da execução desse projeto serão de propriedade exclusiva da Ericsson, que poderá industrializá-los e/ou comercializá-los, sem qualquer direito à participação da UFPA ou de qualquer servidor dessa instituição.

Além disso, quaisquer informações técnico-científicas passíveis de publicação devem ser autorizadas, por escrito, pela Ericsson (Cláusula 8ª do Convênio).

O contrato entre a Ericsson e a UFPA, executado pelo Departamento de Engenharia Elétrica, torna evidente a perda do caráter público da Universidade, na medida em que a UFPA, até para divulgar o conhecimento que está produzindo, tem que ser autorizada pela empresa contratante. A Universidade, em troca da prestação de serviços remunerados, vem se submetendo à lógica capitalista e produzindo conhecimento para ser apropriado pela empresa, que gerará lucros cada vez maiores. Acrescente-se a isso a aceitação dos docentes, que se submetem às determinações da empresa e, de forma deliberada, privatizam o saber, em detrimento de benefícios para a população, que, de fato, sustenta a UFPA. Como se pode constatar no depoimento de um pesquisador:

[...] eu vejo uma relação de parceria. Se ela pagou, essa informação é estratégica. A Ericsson, realmente não, aquela informação, para ela é estratégica, aquela informação pode render o projeto da melhor antena que vai render um lucro para ela. Ela vê lucro. A empresa realmente vê lucro. Agora, *eu também vejo lucro. O lucro é, hoje, o meu laboratório está mais equipado, o lucro é eu ter, hoje, o único laboratório do Brasil* que trabalha com eletromagnetismo aplicado com computação paralela. Você não vê isso em nenhuma universidade brasileira, posso dizer com muito orgulho. Por quê? Porque, dentro da nossa dificuldade, a gente consegue trabalhar com pesquisadores das três áreas, ou seja, o pessoal de energia elétrica

**A necessidade econômica (financiamento da pesquisa), ao invadir a esfera pública, transfere uma atividade essencialmente pública para a esfera dos negócios.**

quer fazer controle de qualidade de energia, sabe que tem que ter um problema de transmissão de dados, quem resolve é a telecomunicações, e que isso aqui envolve também a base, transmissão, *web*, que quem resolve isso é a computação. Então, vários dos nossos projetos envolvem esse aspecto. Então, um projeto vai fomentando o outro. Depois que o grupo percebeu isso, que hoje nós criamos o Núcleo de Energia Sistemica. (SP-04, grifo nosso).

O discurso expõe claramente a apropriação privada do espaço público. Ao afirmar que “[...] eu também vejo lucro. O lucro é, hoje, o meu laboratório está mais equipado, o lucro é eu ter, hoje, o único laboratório do Brasil [...]”, o pesquisador demonstra um sentimento de posse, de incapacidade em transcender a vida

pessoal, enxergando apenas seu ponto de vista. Por outro lado, manifesta-se uma *naturalização* do processo de privatização, na medida em que há uma *aceitação passiva* de que é correta e, portanto, *natural*, a obtenção de lucro da empresa sobre o trabalho desenvolvido pela universidade, uma vez que ela financia tal atividade. Ou seja, a necessidade econômica (financiamento da pesquisa), ao invadir a esfera pública, transfere uma atividade essencialmente pública

para a esfera dos negócios. Percebe-se, ainda, alteração na organização da instituição, que passa a funcionar de acordo com os interesses externos, como evidencia o entrevistado, ao assumir que um grupo foi criado a partir desses interesses - o Núcleo de Energia Sistemica.

Essa é uma situação extremamente grave, pois a defesa individual por melhores condições de trabalho é utilizada para justificar a eliminação de direitos de toda a coletividade. A

UFPA é uma instituição pública e, como tal, tem deveres para com o público que a mantém. No interior dessa instituição, a racionalidade capitalista passou a dominar corações e mentes e, com isso, observa-se uma exaltação da individualidade aliada ao processo de destruição da esfera pública. Outro dirigente da UFPA manifesta-se de forma eufórica sobre o contrato com a Ericsson:

**O conhecimento a ser gerado pela instituição pública, ao ser expropriado de forma privativa pela empresa, converte o espaço público em espaço privado.**

[...] aliás, um projeto *fantástico* que a Ericsson está financiando, que é na área da telefonia celular. Nós temos, aqui na Amazônia, uma situação única no planeta - é o número de acidentes naturais. Árvores, muitas árvores, uma umidade muito alta. Então, os equipamentos de telefonia celular, que no mundo inteiro funcionam totalmente bem, aqui eles encontram problemas no funcionamento e esse projeto é justamente desenvolvendo uma técnica, um equipamento, uma metodologia, uma concepção de uso da telefonia celular específico para essa região. (SG-05, grifo nosso).

Ora, este contrato é vantajoso para a Ericsson, pois o volume de recursos aplicados na Universidade para o desenvolvimento da pesquisa é incipiente diante do lucro que irá obter com a apropriação do resultado. O conhecimento a ser gerado pela instituição pública, ao ser expropriado de forma privativa pela empresa, converte o espaço público em espaço privado. Obviamente, a utilização desse conhecimento não ficará restrita à Região Amazônica; será “exportado” para todo e qualquer lugar do mundo onde se encontrem condições similares de transmissão.

O exame desse contrato evidencia um caso típico de “privatização do público”. Conside-

rando os critérios definidos neste trabalho para identificar o tipo de privatização da universidade (*forne- cimento/financiamento/finali- dade*) podemos afirmar que, nesse caso, trata-se da *privatização do fi- nanciamento e do beneficiário*.

O econômico passou a ser o centro das atividades da Universi- dade. A empresa tem interesses co- merciais voltados para a rentabi- lidade, o lucro. A Universidade,

por sua vez, sujeita-se aos interesses empresariais, submetendo os interesses da coletividade a interesses privados, seja da empresa ou de grupos de pesquisadores. Assim, “[...] o econo- micismo consiste em conceber o produto uni- versitário como um produto industrial, ainda que de tipo especial e, conseqüentemente em conceber a universidade como uma organi- zação empresarial.” (SANTOS, 1996, p. 217). Como conseqüência, além do processo de privatização do público, a Universidade perde sua autonomia científica, subordinando-se às determinações, à lógica e aos interesses em- presariais.

A análise dos contratos/convênios de presta- ção de serviços estabelecidos entre a UFPA e as duas empresas destacadas neste estudo, mes- mo que tenham objetivos diversos, no seu con- junto configuram exemplos concretos em que o conhecimento transforma-se em mercadoria. A tecnologia tornou-se a principal finalidade da ciência, estabelecendo seus objetivos e ori- entando suas atividades. A instituição univer- sitária, por sua vez, de produtora de conheci- mento metamorfoseia-se em uma organização social, abandonando a formação e a pesquisa para lançar-se no mercado competitivo, subor- dinando sua produção acadêmica às demandas e necessidades do capital e do mercado. A agenda de pesquisa da universidade é cada vez mais definida por setores externos, estatais ou

privados, em qualquer caso, do mercado. Como consequência desse processo, a universidade pública “[...] corre o risco de se deixar descharacterizar ao ponto de a ligação universidade-indústria se transformar numa ligação indústria-indústria” (SANTOS, 1996, p. 218).

### Algumas conclusões

As políticas de ajuste fiscal implementadas pelos sucessivos governos neoliberais, especialmente de Fernando Henrique a Luis Inácio, promoveram a redefinição das esferas pública e privada. A precária delimitação das esferas do público e do privado na relação entre Estado e sociedade civil se desdobrou nas políticas educacionais, desvelando o caráter ideologicamente privado assumido por estes governos. A edição de uma série de instrumentos normativos tem configurado a reforma da educação superior brasileira, cujas bases epistemológicas fundamentam-se na destruição da esfera pública associada à exaltação da individualidade. Perde-se a figura do Estado como responsável pela esfera pública (voltada para os interesses coletivos), assumindo-se o mercado - *locus* da esfera privada - como o reinado da eficiência, da integridade e da modernidade.

O Estado foi gradativamente se afastando da manutenção do sistema público de ensino superior, agravando a crise vivida pelas universidades públicas federais. Ao reduzir os aportes financeiros para o custeio dessas instituições, o governo induziu essas universidades a recorrerem aos recursos privados e a adotarem medidas administrativas de cunho privatizante, sob a justificativa de que investir no ensino superior significaria beneficiar a elite econômica e que os maiores ganhos na economia de um país es-

tariam associados a investimentos nos níveis básicos da educação.

Pressionadas pela crise de hegemonia, de legitimidade e institucional (SANTOS, 1996) e especialmente diante da diminuição dos recursos federais que as mantinham, as IFES passaram a buscar na prestação de serviços no mercado o caminho para gerar receitas, visando a complementação salarial e a manutenção de várias atividades institucionais com vistas a reduzir a situação de penúria produzida pela política governamental.

Esse fenômeno, caracterizado de “privatização do público”, tem sido efetivado por professores e técnico-administrativos que utilizam a infra-estrutura física e a credibilidade da universidade pública para executarem convênios e contratos que muitas vezes impedem o desempenho de suas atividades acadêmicas regulares.

Essa prática, no interior da universidade, tem contribuído para a formação de uma *nova mentalidade, produtivista e pragmática*, que passou a ser defendida especialmente entre os docentes que empreendem dinâmicas próprias de captação de recursos na instituição.

Uma nova cultura ganha força no interior da universidade pública. Novos hábitos, novas práticas passam a fazer parte do cotidiano da instituição. Dentro dessa lógica, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão podem ser caracterizadas como prestação de serviços e a defesa para que seja estabelecida a cobrança pela realização dessas atividades vem sendo feita de forma *natural*.

A proliferação de cursos pagos e a transformação de docentes em empresários encobertos pela fachada das Fundações de Apoio privadas são consequência da política do Estado em desobrigar-se

A proliferação de cursos pagos e a transformação de docentes em empresários encobertos pela fachada das Fundações de Apoio privadas são consequência da política do Estado em desobrigar-se da manutenção da educação pública.

da manutenção da educação pública.

O mercado passou a definir a direção e os interesses institucionais, subordinando a universidade ao campo empresarial com o apoio irrestrito da Fundação privada. Como consequência desse processo: a) o individualismo e a competitividade entre os professores-pesquisadores foi fortalecido; b) a pesquisa passou a ser realizada para atender às demandas do mercado e a universidade vem se eximindo da responsabilidade de definir suas linhas de pesquisa e de corresponder aos anseios sociais; c) a política de atuação institucional passou a ser de cunho privado, com a formação de “grupos de consultoria técnico-científica” e com a formulação de projetos articulados com o setor privado, construídos à revelia das demandas institucionais e atendendo à demanda do mercado empresarial.

Essa situação será agravada com a implementação da Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004 que dispõe sobre incentivos à inovação e a pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. Essa Lei estabelece os pressupostos da flexibilização das relações entre pesquisadores, instituições de pesquisa e empresas privadas. As condições estabelecidas por esta Lei oferecem atrativos para que o pesquisador abra uma empresa tecnológica, licenciando-se da universidade (por até três anos, renováveis por igual período) para dedicar-se à constituição de empresa com o objetivo de desenvolver atividade empresarial relativa à inovação (artigo 15).

Outras legislações complementam o arcabouço jurídico normativo elaborado no governo Luis Inácio Lula da Silva, cuja finalidade principal é a de aprofundar o processo de privatização da educação superior brasileira, tais como: a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 que institui o Sistema Nacional de

Avaliação da Educação Superior (SINAES); o Decreto nº 5.205, de 14/09/2004 que regulamenta as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as Fundações de Apoio; o Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005 que regulamenta a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 que instituiu o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e destina-se à concessão de bolsas de estudo integrais e parciais para estudantes de cursos de graduação ou seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos, que tenham aderido ao programa; o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005 que regulamenta a educação a distância para a expansão da educação superior e cria a Universidade Aberta do Brasil; o Projeto de Lei da Reforma da Educação Superior a ser encaminhado pelo governo federal ao Congresso Nacional<sup>14</sup>; dentre outros instrumentos legislativos (portarias e resoluções ministeriais).

Diante desses fatores, torna-se necessário que essa situação seja alterada, pois a autonomia universitária para a produção do conhecimento é condição essencial para o desenvolvimento de uma nação soberana. A força de trabalho numa universidade pública deve se resguardar das determinações da produção capitalista. Para tanto, é fundamental competência técnica, conhecimento científico e vontade política para fazer frente à ofensiva privatizante que avança sobre a universidade pública brasileira. Há que se ter a clareza de que o que está

**A força de trabalho numa universidade pública deve se resguardar das determinações da produção capitalista.**

em jogo não é apenas a *reestruturação* neoliberal das esferas pública e privada, mas uma *reelaboração* e *redefinição* das próprias formas de representação destas esferas. Nesse sentido, é imprescindível que as universidades públicas sejam mantidas pelos fundos públicos para que possam ter plena

autonomia na definição de seus projetos de pesquisa, ensino e extensão.

## NOTAS

<sup>1</sup> Os resultados completos da pesquisa podem ser encontrados em CHAVES (2005).

<sup>2</sup> A doutrina neoliberal que orientou as reformas do Estado nos anos de 1990 fundamenta-se na idéia de que a responsabilidade pela crise é do próprio Estado que ao longo dos anos produziu um setor público ineficiente e marcado pelo privilégio. Desse modo, justifica-se a necessidade de reduzir o tamanho do Estado e eliminar os direitos sociais conquistados pela sociedade.

<sup>3</sup> Outras ações governamentais integram a política de focalização. Destacam-se, no governo Lula da Silva, as seguintes: Programa Fome Zero; Bolsa-escola; Bolsa-família.

<sup>4</sup> Os pressupostos básicos da reforma do Estado no Brasil estão especificados no *Plano diretor da reforma do aparelho do Estado*, publicado em novembro de 1995, que estabelece diretrizes para a reforma da administração pública brasileira. O *Plano diretor* define as atividades que devem ficar sob a responsabilidade direta do Estado, aquelas que Ele deve coordenar e/ou supervisionar e quais devem ser entregues para a iniciativa privada. Segundo este documento, o Estado brasileiro deverá ser reestruturado em quatro setores: 1) o núcleo estratégico do Estado; 2) as atividades exclusivas do Estado; 3) os serviços não exclusivos ou competitivos; 4) a produção de bens e serviços para o mercado. “Na União os serviços não exclusivos de Estado mais relevantes são as universidades, as escolas técnicas, os centros de pesquisa, os hospitais e os museus. A reforma proposta é a de transformá-los em um tipo especial de entidade não-estatal, as organizações sociais. A idéia é transformá-los em ‘organizações sociais’, ou seja, em entidades que celebrem um contrato de gestão com o Poder Executivo e contem com a autorização do parlamento para participar do orçamento público.” (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 186).

<sup>5</sup> Nos países latino-americanos não se pode afirmar que existiu um Welfare State; no entanto, autores como Soares (2001, p. 43) afirmam que, considerando a heterogeneidade latino-americana, “[...] onde se sobrepõem formas avançadas e atrasadas de organização política, social e econômica [...]”, uma série de elementos de proteção social “[...] indicam traços de um *Estado de Bem-Estar* na maioria desses países. Em vários países latinoamericanos algu-

mas *ações protecionistas* foram desenvolvidas pelo Estado tais como: reconhecimento de direitos sociais em suas legislações, criação de uma seguridade social pública para garantir assistência à saúde, aposentadorias, compensações por doença, maternidade e pela perda de emprego; educação pública; programas de benefícios familiares e de habitação; entre outros. No caso brasileiro, podemos destacar a legislação trabalhista herdada da Era Vargas; a intervenção do Estado que viabilizou o processo de industrialização e modernização da sociedade brasileira; e os direitos sociais inscritos na Constituição Federal de 1988”.

<sup>6</sup> Até 2000, a Fundação de Amparo e Desenvolvimento à Pesquisa (FADESP) cobrava da UFPA 10% do montante de recursos de cada convênio e/ou contrato que intermediava, percentual esse reduzido em 2002 para 5%.

<sup>7</sup> A dispensa de licitação é permitida pela Lei nº 8.666/93. No artigo 24, inciso XIII, com redação dada pela Lei nº 8.883/94, que define como “dispensável de licitação”, essa dispensa é admitida quando houver contratação de instituição nacional incumbida regimental ou estatutariamente de pesquisa, ensino ou do desenvolvimento institucional, desde que a contratada detenha reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos. Já o artigo 25, no inciso II, prevê a inexigibilidade de licitação quando se tratar de contratação de serviços técnicos de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.

<sup>8</sup> No caso da UFPA, tal irregularidade foi constatada pela Controladoria-Geral da União no Pará (CGU), na Auditoria realizada no período de 10/03/2004 a 27/04/2004, na UFPA, referente ao ano exercício de 2003. De acordo com o Relatório nº 140063, da Auditoria da CGU, foi constatado que a UFPA estava realizando “[...] contratação indireta de pessoal por intermédio de sua Fundação de Apoio - FADESP. A ocorrência foi observada especialmente nas contratações de funcionários para os hospitais universitários João de Barros Barreto e Betina Ferro de Souza. A prática foi considerada irregular por afrontar o princípio do concurso público contido no inciso II do artigo 37 da constituição federal”. (BRASIL, CGU, 2004, p. 177).

<sup>9</sup> Segundo Relatório da FADESP, 86% dos recursos geridos em 2004 foram oriundos de fontes públicas (FADESP - Relatório de Atividades, 2004).

<sup>10</sup> Volume de instrumentos jurídicos (convênios/contratos/cartas) firmados pela UFPA e gerenciados pela FADESP: 306 em 2001; 545 em 2002, 487 em 2003 e em 2004 foram assinados 627.

(FADESP, Relatório de Atividades, 2004).

<sup>11</sup> Em 2005 existiam 195 fundações credenciadas pelo MEC e não se observam melhorias substanciais na situação financeira das universidades. Fonte: <www.mec.gov.br/sesu/arquivos/doc/credenciada.xls>. Acesso em: 5 maio 2005.

<sup>12</sup> A expressão “nova mentalidade”, aqui utilizada, relaciona-se ao movimento de aceitação acrítica do processo de privatização interna da universidade pública. Sobre isso ver: CHAUÍ, 1999.

<sup>13</sup> Essa polêmica encontra-se documentada nas atas das sessões dos Conselhos Superiores, das Assembleias Docentes e de Estudantes. Maiores detalhes sobre o assunto: CHAVES (2005).

<sup>14</sup> De acordo com entrevista do Ministro Fernando Haddad, veiculada no jornal Folha de São Paulo de 1º de maio de 2006, o governo federal deverá encaminhar brevemente ao Congresso Nacional projeto de lei sobre a Reforma da Educação Superior.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Nelson Cardoso. *Financiamento da educação superior: estado x mercado*. São Paulo: Cortez; Piracicaba: UNIMEP, 2003.

BRASIL. Controladoria Geral da União. *Relatório nº 140063*. Brasília, DF: Controladoria Geral da União, 2004.

BRASIL. Decreto nº 5.205, de 14 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 set. 2004.

BRASIL. Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005. Regulamenta a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 que instituiu o Programa Universidade para Todos – PROUNI. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 jul. 2005.

BRASIL. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e cria a Universidade Aberta do Brasil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 dez. 2005.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Mensagem de veto. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 jun. 1993. Republicado: *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 jul. 1994. (Texto compilado).

BRASIL. Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências. Regulamentado [Decreto nº 5.205/-2004]. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 dez. 1994.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 abr. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Ministerial nº 452, de 30 de maio de 1978. Aprova o Estatuto da Universidade Federal do Pará. Brasília, DF, 1978.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos; SPINK, Peter (Org.). *Reforma do Estado e administração pública*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

CHAUÍ, Marilena. A universidade em ruínas. In: TRINDADE, Héglio (Org.). *Universidade em ruínas na república dos professores*. Petrópolis: Vozes, 1999.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. *As feições da privatização do público na educação superior brasileira: o caso da UFPA*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA. *Relatório de Atividades – 2004*. Belém: FADESP, 2004.

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo: ensaio relativo à verdadeira origem, extensão e objetivo do governo civil*. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SOARES, Laura Tavares R. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. *Resolução nº 604*, de 21 de novembro de 2002. Aprova o Plano de Desenvolvimento da UFPA – 2001-2010. Belém: UFPA, Conselho Universitário, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. *Plano de Desenvolvimento da UFPA – 2001-2010*. Belém: UFPA, Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Resolução nº 1.132, de 2 de julho de 2003. Revoga a Resolução nº 1.115, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre as atividades de prestação de serviços na Universidade Federal do Pará e dá outras providências. Belém: UFPA, Conselho Superior de Administração, 2003. 

# Precarização do trabalho docente: docentes da carreira de 1º e 2º graus em questão

Agostinho Beghelli Filho

Professor, mestre pela Universidade Federal de Juiz de Fora

**E**ste texto tem como base um levantamento de dados realizado em 2005 com o objetivo de apresentar uma pequena radiografia da situação em que se encontram os Colégios de Aplicação ligados às Universidades Federais (os quais serão doravante denominados de CAPs). Está também baseado em documentos que debatem os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e na discussão feita no Seminário “Precarização do Trabalhador Docente” realizado em Brasília em 11 de fevereiro de 2006, no qual fizemos uma explanação sobre o tema.

Neste texto é abordada exclusivamente a questão da precarização do trabalho docente na carreira de 1º e 2º graus nas Instituições Federais de Ensino, já que o texto apresentado pelo companheiro Bosi<sup>1</sup> expõe de forma clara a questão que envolve o complexo arranjo arquitetado pelo capital para manutenção do *status quo* a partir da implementação do projeto neoliberal. Este, dentre outras coisas, ataca os direitos dos trabalhadores tanto do setor privado quanto do público, destruindo con-

quistas históricas da classe trabalhadora.

Nossa análise tenta demonstrar que alguns elementos são claros indicadores de como a precarização do trabalho docente na carreira de 1º e 2º graus vem aumentando frente ao aprofundamento de tal projeto.

Temos hoje filiado ao nosso Sindicato<sup>2</sup>, ligados à carreira de 1º e 2º graus, docentes que atuam nos CAPs, nas Casas de Cultura, nos CEFETs e agora na recente Universidade Tecnológica Federal do Paraná. E é certo que tanto uns quanto os outros, levando em conta suas peculiaridades, apresentam basicamente as mesmas dificuldades no dia-a-dia de seu fazer pedagógico.

Um ponto que nos chama a atenção é o aumento de tarefas impingido aos docentes desta carreira, que para não ver a qualidade de seu trabalho decair se desdobram ao máximo em suas tarefas. Apontamos aqui alguns fatores que agravam esta situação: a não abertura de concurso público para prover vagas oriundas de aposentadorias, pedido de demissão ou falecimento; a inexistência de políticas de expan-

são dos quadros de professores e técnicos em função da ampliação da oferta de novos cursos e da abertura de cursos noturnos; a dificuldade de afastamento para qualificação em função da não alocação de vagas de professor substituto; a discriminação existente em algumas Instituições na distribuição de bolsas para qualificação. Podemos também constatar que a baixa oferta de concursos para técnico-administrativos tem obrigado os docentes a assumirem algumas funções burocráticas, sem as quais as tarefas pedagógicas seriam seriamente comprometidas.

**A baixa oferta de concursos para técnico-administrativos tem obrigado os docentes a assumirem algumas funções burocráticas, sem as quais as tarefas pedagógicas seriam seriamente comprometidas.**



Outro fator não menos importante é a questão das linhas de financiamento para as Instituições que congregam docentes de 1º e 2º graus. É o caso dos CAPs. Por estarem diretamente ligados às Universidades fazem parte da educação federal, mas com o diferencial de não atender ao ensino tecnológico. Nesta situação não recebem verbas nem da Secretaria de Educação Básica (SEB), nem da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Resta, portanto, a possibilidade de repasse de verbas para as Universidades que mantêm CAPs, via Secretaria de Educação Superior (SESU), que também se furta à responsabilidade. Quando a administração superior da Universidade à qual o CAP é vinculado não possui uma política de financiamento para o ensino, a pesquisa e a extensão acentua-se a precarização no seio da Instituição, que nesse caso encontra grandes dificuldades de manter a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Quanto aos CEFETs, a questão esbarra na necessidade de atrelar as atividades acadêmico-pedagógicas às diretrizes impostas pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnoló-

gica, que atualmente vão na direção de uma educação ‘aligeirada’, comprometendo, obviamente, a formação crítica. Pior fica a situação quando constatamos que esta formação aligeirada está diretamente ligada aos interesses de empresários que vêem no profissional um mero repetidor de operações, um leitor de manuais, um sujeito que manipula com perfeição as ferramentas das tecnologias importadas. Com essa visão o ensino passa a ter uma perspectiva técnico-instrumental, a pesquisa se mira somente no viés da especialização e a extensão na prestação de serviços.

Ainda em relação aos CEFETs e às escolas técnicas temos também como forma de precarização a implantação obrigatória de novas modalidades de educação sem a devida capacitação e mesmo sem o devido tempo para que os docentes possam se preparar para a nova tarefa. Outro problema surge quando ocorre a implantação de cursos de nível superior no interior dessas Instituições e os professores da carreira de 1º e 2º graus são obrigados a assumir a docência de nível superior. Recentemente, temos o caso do CEFET do Paraná que foi transformado em Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A maior parte dos docentes daquele estabelecimento de

ensino pertence à carreira de 1º e 2º graus. Em alguns casos encontramos docentes das duas carreiras numa mesma Instituição, com funções idênticas e com salários diferentes, caracterizando, portanto, a ausência de isonomia salarial.

Se aprofundarmos na questão remuneratória encontramos uma série de distorções em função da existência de gratificações que extrapolam, de maneira absurda, o salário-base. Gratificações pagas por meio de mecanismos criados com a absoluta conivência das administra-

ções superiores, muitas vezes via fundações.

Outro ponto que não pode deixar de ser mencionado é a falta de um plano de carreira que atenda à necessidade de ascensão funcional. Devido à pressão sofrida a partir da greve de 2005, atendendo em parte e de forma distorcida a proposta do ANDES-SN, o MEC criou duas novas classes: uma para a carreira do magistério superior (professor associado) e outra para a carreira de 1º e 2º graus (professor especial), aprofundando ainda mais a distorção entre as duas carreiras, com objetivo claro de dificultar a implantação da carreira única.

Se olharmos atentamente as condições estruturais que dão suporte ao trabalho docente, dentre outras deficiências, verificamos bibliotecas que não têm seu acervo bibliográfico renovado e/ou ampliado e laboratórios que carecem de equipamentos ou os têm em número insuficiente. Essa precária política de investimentos na manutenção das instalações e na não construção do espaço físico necessário para atender à expansão de turmas e cursos é mais uma forma de precarização do trabalho docente nesse nível de ensino.

Quando a questão é a pesquisa nas instituições que agregam os docentes da carreira de 1º e 2º graus, principalmente nos CAPs, temos

que primeiro entender como o MEC, atendendo a determinações do Banco Mundial, vê a pesquisa no interior dessas Instituições. Para o MEC esses estabelecimentos devem ser meros reprodutores de ensino, não necessitando, portanto, de programas que incentivem a pesquisa e de docentes altamente qualificados.

Fazendo uma comparação entre docentes das duas carreiras que alcançaram o título de doutor nos últimos dez anos, podemos facilmente constatar a tendência do MEC de não valorizar

**A precária política de investimentos na manutenção das instalações e na não construção do espaço físico necessário para atender à expansão de turmas e cursos é mais uma forma de precarização do trabalho docente nesse nível de ensino.**

a política de capacitação e de pesquisa na carreira de 1º e 2º graus.

Grande parte da precarização do trabalho docente advém da implementação, já no governo de FHC e agora no governo de Lula da Silva, de políticas que, atendendo aos ditames dos organismos internacionais, indicam medidas de saneamento na área de recursos humanos no interior do Estado, por considerar este tipo de gasto uma despesa e não um investimento.

Podemos enumerar algumas políticas que atendem às imposições dos organismos internacionais e que certamente levam à precarização do trabalho no interior do serviço público, sobretudo, no relacionado à educação.

Podemos começar pela forma como é tratada a carreira no serviço público: existe claramente uma valorização de certas carreiras, enquanto outras são secundarizadas e tratadas como meras tabelas salariais. Outro ponto é a redução do aparelho estatal por meio de incentivos aos pedidos de demissão voluntária, estímulo a aposentadorias, reduções expressivas do número de contratações, extinção de cargos e grande número de terceirizações. Por fim, podemos apontar

**A ênfase no caráter individual dos serviços, com a implantação de gratificações individuais e produtivistas no ambiente coletivo de trabalho, acirra uma competitividade que, neste caso, descaracteriza a Instituição de Ensino como tal, prejudicando o trabalhador e a sociedade.**

que a ênfase no caráter individual dos serviços, com a implantação de gratificações individuais e produtivistas no ambiente coletivo de trabalho, acirra uma competitividade que, neste caso, descaracteriza a Instituição de Ensino como tal, prejudicando o trabalhador e a sociedade.

Pontuamos acima alguns fatores que, de uma forma ou de outra, contribuem para uma maior precarização do trabalho docente. Acreditamos ser premente que o ANDES-SN faça uma análise apurada das condições do trabalho docente, tanto na carreira de 1º e 2º graus quanto na carreira do magistério superior, com o objetivo de proporcionar uma base de dados que possa servir como ponto de partida para a construção de estratégias de luta e de denúncia,

visando reverter ou pelo menos reduzir esta situação lamentável, hoje já instalada.

### NOTAS

---

<sup>1</sup> Antônio de Pádua Bosi, diretor do ANDES-SN (gestão 2004-06).

<sup>2</sup> Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN). 

# O Banco Mundial e o combate à pobreza

Ramon de Oliveira

Doutor em Educação, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

**C**riado em 1944 com o objetivo de apoiar as nações saídas da guerra em condições economicamente desfavoráveis, o Banco Mundial, após 62 anos de existência, transformou-se numa instituição estratégica no processo de reestruturação produtiva e de desenvolvimento dos ajustes necessários à nova ordem econômica (CHOSSUDOVSKY, 1999; SOARES, 1996).

Juntamente com o FMI, o Banco Mundial passou a ser um dos principais protagonistas no processo de ajuste das economias à nova ordem neoliberal. Segundo estes mesmos autores, além dos empréstimos concedidos, tornou-se um dos principais avaliadores de como as economias em desenvolvimento estariam se reestruturando diante da nova realidade, iniciada na década de 70.

Contraditoriamente ao propugnado em seus diversos documentos, as ações do Banco Mundial têm se caracterizado, muito mais, pela implementação de ajustes provocadores de aumento da pobreza que propriamente por levar as sociedades mais pobres a alcançarem um desenvolvimento econômico com maior equidade social. Analisar se de fato isto é uma contra-

dição ou uma decorrência “natural” destes ajustes é o objetivo deste trabalho.

## A afirmação do projeto neoliberal e o combate à pobreza

Com a eclosão da guerra fria houve a necessidade do Banco Mundial inserir-se nas economias terceiro-mundistas para gerar um quadro de maior estabilidade social. Boa parte dos empréstimos para os países pobres e em desenvolvimento foi para a área de infra-estrutura, com o intuito de incentivar o desenvolvimento econômico; para a agricultura, como estímulo à exportação de matérias-primas; bem como para a área social, visando amenizar as tensões sociais existentes.

Além destas quatro direções distintas, Gonzales et al (1990) aponta que durante a década de 1980 o BM direcionou parte de seus empréstimos para setores específicos, antes de tudo, objetivando garantir que os países em desenvolvimento saudassem seus pagamentos da dívida externa.

A contemplação da área social na agenda do Banco Mundial significou uma tentativa de

responder aos possíveis conflitos e insatisfações sociais que se explicitaram ou tendiam a acontecer em virtude do modelo social e econômico adotado pelas economias em desenvolvimento, como pode ser confirmado pela fala do seu presidente Robert McNamara em 1972, numa reunião com diretores do Banco:

Quando os privilegiados são poucos, e os desesperadamente pobres são muitos e quando a diferença entre ambos os grupos se aprofunda em vez de diminuir, só é questão de tempo até que seja preciso escolher entre os custos políticos de uma reforma e os riscos políticos de uma rebelião. Por este motivo, a aplicação de políticas especificamente encaminhadas para reduzir a miséria dos 40% mais pobres da população dos países em desenvolvimento, é aconselhável não somente como questão de princípio, mas também de prudência. A justiça social não é simplesmente uma obrigação moral, é também um imperativo político. (MCNAMARA apud FONSECA, 1998, p. 41).

Como destacou Leher (1998), esta mudança da postura do Banco Mundial em relação à pobreza é também consequência das próprias modificações que se estabelecem no capitalismo global. Se em momentos anteriores (décadas de 50 e 60) a ideologia do desenvolvimento protagonizada por agências internacionais servia como resposta ao processo de fragmentação social no interior dos países em desenvolvimento, com o acirramento da guerra fria e a possibilidade das nações “subdesenvolvidas” aderirem ao modelo comunista, as mesmas estratégias de acomodação e de passivização das populações destes países mostravam-se inoperantes. Havia efetivamente a necessidade do estabelecimento de novos mecanismos ideológicos e de subjugação que garantissem os interesses do capital internacional e da economia

americana e servissem como instrumentos justificadores das desigualdades sociais entre e intranações.

Ao direcionar recursos para investimentos em infra-estrutura ou em capital humano como solução para a elevação das economias em desenvolvimento a um novo patamar de competitividade, o Banco Mundial buscava, de fato, garantir segurança a um projeto econômico de cunho universal. Mudam-se as estratégias, reformulam-se as práticas, reconstroem-se os discursos, mas a essência do projeto de subordinação das economias em desenvolvimento aos interesses do capital internacional continua inalterada.

A articulação entre segurança e desenvolvimento mostrou-se ainda mais ameaçada graças ao desempenho das economias em desenvolvimento na década de 1980. Ficou claro, no transcorrer da chamada década perdida, que o projeto de uma sociedade integrada e de consumo generalizado nos países do Terceiro Mundo não encontrava mais respaldo no desenvolvimento capitalista. A afirmação de que o desenvolvimento econômico, por si só, responderia satisfatoriamente às distorções econômicas existentes não fazia mais sentido.

A pobreza, mais uma vez, tornava-se temerária. Só que daí em diante não foi mais o espectro do comunismo a grande justificativa para a aceitação das recomendações do Banco Mundial e do FMI, amplamente reforçadas pela política externa do Estados Unidos. A globalização da economia, a ideologia da tecnologia e a competitividade internacional foram as justificativas centrais para os governos dos países em desenvolvimento não só aderirem ao receituário neoliberal, mas, ao mesmo tempo, para o Banco Mundial assumir a educação como remédio para a amenização da pobreza no interior destas nações.

Passados alguns anos desde que foram iniciados os ajustes econômicos impostos pelo

Banco Mundial, a realidade tem mostrado que apenas os países credores conseguiram sair beneficiados com tais medidas. Estas reformas garantiram a continuidade do pagamento das dívidas, que não param de crescer, e provocaram o aumento da pobreza e da desigualdade social nas economias menos desenvolvidas.

### O Banco Mundial e a mercantilização da pobreza

Para o Banco Mundial, a redução da pobreza - objetivo imediato desta instituição - requer uma maior articulação entre a iniciativa privada e o poder público. Sustenta que os serviços sociais - educação e saúde, por exemplo - apresentarão um melhor desempenho e contribuirão para elevar a qualidade de vida das populações mais pobres se houver, por parte do poder público, uma facilitação à intervenção da iniciativa privada na prestação de serviços que, até agora, são quase monopólios do Estado.

Segundo o documento "The role of government and the private sector in fighting poverty" elaborado pelo consultor senior do Banco Mundial, George Psacharopoulos, após um período no qual a intervenção estatal foi considerada uma panacéia para a resolução dos problemas sociais, os acontecimentos de 1980 e 1990, com o fracasso do planejamento central, demonstraram a impossibilidade dos governos resolverem, sozinhos, os problemas nas áreas de saúde, educação, nutrição.

A crise do planejamento central e a crise da dívida dos países da América Latina levaram o mundo a confiar mais nos mercados e menos nos governos para a redução da pobreza e promoção do desenvolvimento econômico e social (PSACHAROPOULOS, 1997).

Para o Banco Mundial, a confirmação da impotência dos governos demonstra a necessida-

de de atividades complementares da iniciativa privada, permitindo a obtenção de algum lucro na oferta destes serviços (PSACHAROPOULOS, 1997). Esta impotência governamental não implica dizer que o Estado deixe de ser fundamental no processo de desenvolvimento econômico e no combate à pobreza, entretanto, torna-se claro que sua atuação deve ser como agente catalisador e impulsionador deste processo:

Embora o Estado tenha um papel fundamental na prestação de serviços sociais básicos - como educação, saúde e infra-estrutura - não é verdade que deva ser o único a prestá-los, nem mesmo que tenha que prestá-los. As decisões governamentais a respeito da administração, financiamento e regulamentação desses serviços devem valer-se das vantagens relativas dos mercados, da sociedade civil e dos organismos estatais. (BANCO MUNDIAL, 1997, p. 30, tradução nossa).

Mais de um bilhão de pessoas, ou seja, um quinto da população planetária, vive com menos de um dólar por dia.

Esta preocupação do Banco Mundial, em melhor articular as atividades da iniciativa privada e do setor público no combate à pobreza, decorre, segundo ele, da constatação de que embora muitos países em desenvolvimento tenham conseguido melhorar o nível de vida das pessoas nesta última década, a pobreza permanece existindo e, inclusive, aumentando em algumas nações. Mais de um bilhão de pessoas, ou seja, um quinto da população planetária, vive com menos de um dólar por dia, padrão de vida atingido pelos países industrializados do Ocidente há dois séculos (PSACHAROPOULOS, 1997).

Para que possa existir esta relação de complementaridade, é necessária a reestruturação do Estado e da iniciativa privada. Esta reestruc-

turação implica, principalmente, a redução da participação do Estado nestas atividades e, em sentido diferente, a ampliação da participação da iniciativa privada. Neste sentido, torna-se necessário que os governos locais implementem modificações, inclusive na legislação, para que a iniciativa privada possa ampliar suas ações.

Segundo o Banco Mundial, pelo menos três vantagens podem ser apontadas quando a iniciativa privada participa mais ativamente da vida econômica e social de uma

nação. Uma primeira vantagem decorreria da possibilidade da mesma poder mobilizar recursos adicionais para investimentos em recursos humanos, apoio necessário no momento em que os países em desenvolvimento apresentam seus orçamentos reduzidos em virtude de reformas econômicas implementadas. Decorrente desta primeira vantagem, a economia realizada pelos governos permitiria investimentos efetivos nos setores mais pobres da população, que não têm condições de adquirir serviços no mercado. E a terceira vantagem decorre da maior eficiência que tem a iniciativa privada na prestação de serviços (PSACHAROPOULOS, 1997).

Segundo Chossudovsky (1999), mesmo quando o Banco Mundial estabelece como condição para o financiamento de novos empréstimos uma ação concreta dos governos no combate à pobreza, a forma utilizada por esta instituição como remédio para os males sociais, na prática, só exacerba o quadro de empobrecimento destas sociedades.

Considerando ser basilar a diminuição da participação do Estado, o Banco Mundial reserva apenas aos setores mais vulneráveis o direito de serem assistidos pelo Estado.

De fato, não se pode pensar a intervenção do

**Esta nova ordem econômica caracteriza-se não só pela globalização econômica e cultural, mas define-se, principalmente, para os países em desenvolvimento, pela globalização da pobreza.**

Banco Mundial na área social desvinculada das suas “recomendações” de reestruturação econômica. A abertura de mercado aos produtos estrangeiros; a desregulamentação das relações de trabalho; a privatização das empresas estatais; a necessidade de diminuição dos gastos públicos, com a efetiva obrigatoriedade de demissões de funcionários públicos e a privatização dos serviços sociais básicos apontam para o aumento da pobreza nos países em desenvolvimento.

Esta nova ordem econômica caracteriza-se não só pela globalização econômica e cultural, mas define-se, principalmente, para os países em desenvolvimento, pela globalização da pobreza.

*No Sul, no Leste e no Norte, uma minoria social privilegiada acumulou riqueza em prejuízo da grande maioria da população. Essa nova ordem financeira internacional é nutrida pela pobreza humana e pela destruição do meio ambiente. Ela gera o apartheid social, estimula o racismo e os conflitos étnicos, solapa os direitos das mulheres e, freqüentemente, precipita países em confrontos destrutivos entre nacionalidades. Além disso, as reformas – visto que são aplicadas simultaneamente em mais de cem países – levam a uma globalização da pobreza, processo que aniquila a subsistência humana e destrói a sociedade do Sul, no Leste e no Norte. (CHOSSUDOVS-KY, 1999, p. 27, grifo do autor).*

A constatação do choque negativo provocado pelas reformas do Banco Mundial, aos poucos, vai se estabelecendo em virtude do poder destrutivo que essas reformas provocam. Se por um lado a abertura dos mercados tem re-

percussão direta no desempenho das indústrias domésticas de pequeno capital, agravando ainda mais o problema do desemprego, a participação crescente da iniciativa privada na provisão de serviços sociais - como os de saúde e de educação - acentuam a má qualidade de vida dos setores economicamente desfavorecidos.

O poder de compra interno entrou em colapso, a fome eclodiu, hospitais e escolas foram fechados, centenas de milhões de crianças viram negado seu direito à educação primária. Em várias regiões do mundo em desenvolvimento, as reformas conduziram ao ressurgimento de doenças infecciosas, entre elas a tuberculose, a malária e o cólera. Embora a missão do Banco Mundial consista em 'combater a pobreza' e proteger o meio ambiente, seu patrocínio para projetos hidrelétricos e agroindustriais em grande escala também tem acelerado o processo de desmatamento e de destruição do meio ambiente, causando a expulsão e o deslocamento forçado de vários milhões de pessoas. (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 26).

Fica patente que o Banco Mundial, com o propósito de assegurar melhores condições para a reprodução do capital, impondo condições catastróficas aos países devedores, de forma alguma estabelecerá uma atmosfera política e econômica favorável para as nações em desenvolvimento alcançarem um desenvolvimento sustentável com maior justiça social.

A consequência direta desta subordinação ao receituário neoliberal é o sucateamento do patrimônio construído ao longo da história destas nações. Sociedades que, no passado, conseguiram assegurar aos seus cidadãos um mínimo de dignidade social, hoje, vêm-se envolvidas numa situação de extrema pobreza, onde a fome e o desemprego parecem não ter remediação (CHOSSUDOVSKY, 1999).

Este empobrecimento é reconhecido, inclusive, pelo próprio Banco Mundial. Sobre a crise que se abateu na antiga Iugoslávia avalia:

[...] a queda acentuada dos recursos públicos [ocasionou] graves surtos de caxumba e sarampo entre bebês e crianças [na Macedônia]. [...] Uma parte cada vez maior da população, principalmente a desprovida de seguro, está sendo recusada nos serviços básicos de saúde por não ter condições de pagar. Isso demonstra a gravidade da crise fiscal e não acontece sem sérias consequências políticas e sociais para uma sociedade que, por muito tempo, considerou a saúde como um direito básico do cidadão e se orgulhava do acesso universal a esses cuidados. (WORD BANK, Macedônia, 1995 apud CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 243).

Conclusão não menos pessimista é apresentada para o Vietnã, economia apresentada pelo Banco Mundial como expressão de competitividade econômica:

Apesar de seu desempenho expressivo no passado, o setor de saúde vietnamita está atualmente definhando [...] há uma severa falta de medicamentos, produtos e equipamentos médicos, e as clínicas de saúde do governo são extremamente subutilizadas. A falta de verbas para o setor de saúde é tão aguda que é difícil prever onde os serviços de saúde públicos vão encontrar subsídios para continuarem funcionando no futuro. (WORD BANK, Vietnam, 1993 apud CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 165)

Segundo Torres (1995), é importante levar em consideração que o Banco Mundial, como instituição financeira, tem suas ações voltadas para o processo de reprodução do capital. Conseqüentemente, como toda e qualquer ins-

tuição bancária, seu objetivo nos momentos de contratação de empréstimos é conseguir algum tipo de vantagem que permita a continuidade de tal processo. Entretanto, a diferença que existe entre o Banco Mundial e outras instituições financiadoras é que ele está intimamente vinculado a outras instituições financeiras, como o FMI, responsável, juntamente com o próprio Banco Mundial, pelo processo de condução das políticas de reestruturação das economias em todo o mundo. Desta forma, observamos que o teor político das reformas sugeridas pelo Banco Mundial tem como balizamento a regulação imposta pelo capital internacional.

O Banco Mundial mostra o seu lado perverso, principalmente, por pressupor, para a construção de uma economia moderna, a desregulamentação de direitos historicamente conquistados pelo conjunto dos trabalhadores. Esta posição é ainda mais nítida quando faz a abordagem das privatizações.

Ao analisar o desempenho do processo de desestatização implementado em várias nações (BANCO MUNDIAL, 1995b), esta instituição recomenda aos governantes a implementação de alguns mecanismos que poderão, em definitivo, facilitar a privatização das empresas estatais, dentre os quais, a retirada de todas as formas de salário indireto, jogando para o âmbito do mercado a satisfação das demandas na área de saúde, educação, transporte etc. Junte-se a isto a demissão de parte dos seus funcionários.

A busca do Banco Mundial em garantir as condições para a reprodução do capital em escala ampliada leva Torres (1995) a afirmar que podemos entender suas imposições como expressões de um novo colonialismo: ao invés de

criar condições para que as nações contratantes de empréstimos possam utilizar estes recursos de forma a garantir um novo papel no cenário internacional, esses empréstimos terminam servindo apenas como instrumentos de manutenção destas economias em estágio de subordinação.

O modelo único de reforma proposto pelo Banco Mundial decorre da sua compreensão de que os caminhos a serem trilhados pelas economias em desenvolvimento já são extremamente conhecidos, não cabendo muitas discussões sobre a melhor estratégia para o alcance da competitividade internacional e para a diminuição da pobreza.

Em 1991, o Banco Mundial afirmava existir um certo consenso sobre os caminhos norteadores das ações governamentais, pois, no seu

entender, já havia “[...] mais unanimidade que em qualquer época recente sobre o que é necessário fazer e como fazê-lo. O que falta é por em prática estas idéias em todas as partes do mundo.” (BANCO MUNDIAL, 1991, p. 184, tradução nossa).

Ao afirmar que o Estado deve fazer menos nos setores onde o mercado pode fazer mais, termina por não considerar os limites da intervenção da iniciativa privada. Ou seja, o Banco Mundial recomenda que o Estado deve focalizar como áreas de atuação a edu-

cação, a saúde pública, o planejamento familiar e outras mais que não digam respeito aos interesses do mercado. Entretanto, estes próprios setores são tomados pelo Banco Mundial como passíveis de terem um melhor desempenho, caso o Estado facilite a maior participação da iniciativa privada no oferecimento destes serviços. Aí se encontra o lado perverso desta universalização doutrinária, pois a relação de

**Ao afirmar  
que o Estado deve  
fazer menos nos  
setores onde  
o mercado pode  
fazer mais,  
o Banco Mundial  
termina por não  
considerar os  
limites da  
intervenção da  
iniciativa privada.**

complementaridade entre Estado e mercado, proposta pelo Banco Mundial, não tem como horizonte a ampliação do atendimento das demandas dos setores mais carentes, mas sim, a ampliação do raio de intervenção da iniciativa privada.

O Banco não considera que a pobreza exista em função do não-atendimento do Estado aos direitos do cidadão. Sua idéia de cidadania se constrói por uma relação mercantil. Ou seja, a cidadania se adquire pelas próprias relações de mercado, passando o poder de compra a determinar diretamente o grau de cidadania a ser alcançado por cada indivíduo.

Também no setor agrícola fica explícito o quanto o Banco Mundial subordina seus investimentos, exclusivamente, aos interesses do capital. Segundo Lichtensztein e Baer (1987), mesmo com uma maior destinação de recursos para projetos ligados ao setor agrário a partir dos anos 70, isto não implicou que houvesse, por parte do Banco, uma preocupação com a garantia do atendimento das demandas alimentares dos setores economicamente desassistidos. Pelo contrário, segundo estes autores, o aumento da produtividade, decorrente de uma maior mecanização da agricultura e da utilização de insumos, foi acompanhado da manutenção ou aumento da exclusão destes setores à produção agrícola.

Ainda sobre as conseqüências negativas da ação do Banco Mundial na agricultura - devido a sua posição em defesa da abertura de mercado aos produtos estrangeiros - Soares e Sauer (1998) mostram que, em virtude do governo brasileiro ter promovido, a partir de 1988, uma maior abertura para importação de algodão, 210 mil trabalhadores agrícolas foram afastados deste cultivo e 100 mil postos de trabalho deixaram de existir. Tudo isto em menos de uma década.

Estes dados são mais angustiantes quando observamos que a busca da competitividade no

setor agrícola, alcançada apenas pelos grandes fazendeiros e pelas indústrias rurais, provocou a supressão de cerca de 850 mil postos de trabalho no campo, em virtude da política econômico-agrária praticada nos governos Itamar-Cardoso.

Por conta destas observações, Lichtensztein e Baer (1987) afirmam que mesmo o Banco Mundial tendo inserido na sua plataforma de objetivos o combate à pobreza, suas ações não implicaram num contra-senso ao modelo concentrador existente nos países subdesenvolvidos. Na prática, seus objetivos não questionam as assimetrias produtivas e de consumo existentes no interior destas nações.

Pode-se afirmar que as poucas e mais significativas mudanças que a visão estratégica do Banco sofreu não se devem em absoluto à visão tão apregoada do seu programa de 'ataque à pobreza'. Pode-se ir mais longe asseverar que esse objetivo pode ser diluído sem que o núcleo central dos lineamentos estratégicos se veja afetado, como já se pode constatar a propósito da mais recente proposta quanto à necessidade de ajustes estruturais, que omite praticamente toda a atenção às necessidades básicas. (LICHTENSZTEJN; BAER, 1987, p. 195).

Este conjunto de críticas, que deveria levar o Banco Mundial a repensar a sua forma de impulsionar o processo de desenvolvimento capitalista, provocou apenas medidas destinadas à diminuição das contradições provocadas pelos ajustes econômicos. De forma nitidamente ideológica e presa ao referencial monetarista, o Banco Mundial tem impulsionado um maior investimento na área social, mas sempre vinculando-o ao processo de expansão do capital.

### Considerações finais

Na década de 90 afloram, com maior inten-

sidade, publicações de entidades governamentais, financeiras e agências multilaterais destacando a importância do estabelecimento de ações mais efetivas por parte dos governos da América Latina no combate à pobreza. Nestas publicações, instituições multilaterais - Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), CEPAL, entre outras -, ressaltam a importância de tais ações estarem articuladas ao desencadeamento de reformas econômicas com o objetivo de capacitar os Estados para melhor intervirem na diminuição da pobreza na região.

Desta forma, a pobreza, intensificada no transcorrer da década de 80, considerada pela CEPAL como a década perdida, seria reversível à medida que as economias locais atingissem novos patamares de competitividade industrial, e conseqüentemente, maior participação no comércio internacional. A competitividade econômica garantiria não só a reativação do processo de crescimento econômico, como traria consigo a possibilidade de melhor distribuição de renda. Em síntese, a pobreza poderia diminuir de intensidade desde que fossem tomadas medidas efetivas no campo econômico e no político.

Equidade, globalização da economia, competitividade, produtividade, desenvolvimento sustentável e muitos outros conceitos estampam em documentos governamentais e configuram um novo receituário de práticas e de reformas, cujo objetivo maior é fazer estas economias despontarem no cenário internacional.

O Banco Mundial advoga a necessidade do Estado focalizar nos setores mais pobres suas ações sociais. Para ele, a ausência de uma política seletiva de atendimento social, por parte do Estado, faz com que setores economicamente privilegiados usufruam benefícios que

devem ser restritos apenas aos grupos sociais em processo de marginalização.

De acordo com a seletividade proposta pelo Banco Mundial, homens, jovens em idade para o trabalho, parte considerável das mulheres e os idosos em geral ficam totalmente excluídos da ação governamental. Estas constatações explicitam que, se não houver por parte do Estado o fornecimento de serviços sociais básicos para estes setores, caberá aos mesmos procurarem no mercado a satisfação das suas demandas.

Um exemplo prático da política segregacionista e de forte viés econômico proposto pelo Banco Mundial pode ser constatado no conjunto de projetos financiados por esta instituição no Brasil. Segundo Fonseca (1998), o Banco Mundial, ao reconhecer a importância da educação primária como um elemento fundamental no combate à pobreza e ao crescimento demográfico, direcionou três, dos qua-

tro projetos aprovados entre 1990 e 1995, para municípios com altas taxas de crescimento demográfico. Ou seja, ao destinar recursos para a melhoria do ensino primário, o BM selecionou localidades que apresentavam índices de crescimento populacional superior a 4%.

Como demonstrou o autor, o Banco Mundial, ainda que tenha, cada vez mais, referendado a importância do investimento nas quatro primeiras séries do ensino fundamental e defendido amplamente maiores investimentos na educação feminina, articula estas duas questões ao controle demográfico dos países em desenvolvimento, evitando desta forma a criação de condições dificilmente administráveis em virtude do aumento da população em estado de pobreza e como conseqüência, também, da insatisfação popular.

**De acordo com a seletividade proposta pelo Banco Mundial, homens, jovens em idade para o trabalho, parte considerável das mulheres e os idosos em geral ficam totalmente excluídos da ação governamental.**

Podemos dizer que, de uma forma geral, o combate à pobreza advogado pelo Banco Mundial está articulado à privatização de boa parte das ações do Estado. Mais do que o questionamento e a insatisfação com o quadro social existente, o Banco Mundial questiona o papel do Estado. Minimizar, descentralizar, flexibilizar, privatizar... estas são as palavras mágicas que conduzem as ações de combate à pobreza desta instituição. Entendemos que a grande contradição nas ações do Banco Mundial não está no resultado de suas ações, mas no seu discurso. Entretanto, seria difícil que esta instituição conseguisse legitimação perante a opinião pública se, de fato, assumisse o seu papel, juntamente com o FMI, de grande agente intelectual do capital. Cabe sim, aos que enxergam o contraditório ou ideológico em seu discurso, contribuir para a sociedade civil estabelecer ações de vigilância e de contestação ao modelo que esta instituição, juntamente com seus seguidores latino-americanos, paulatinamente estão implementando em nosso continente.

## REFERÊNCIAS

---

- BANCO MUNDIAL. *Informe sobre el desarrollo mundial 1991: la tarea acuciante del desarrollo*. Washington, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Informe sobre el desarrollo mundial: perspectivas regionales. Reformas laborales y económicas en América Latina y el Caribe*. Washington, 1995a.
- \_\_\_\_\_. *Informe del Banco Mundial sobre investigaciones relativas a políticas de desarrollo. El Estado como empresário: aspectos económicos y políticos de la propiedad estatal (resumen)*. Washington, 1995b.
- \_\_\_\_\_. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial: o trabalhador e o processo de integração mundial*. Washington, 1995c.
- \_\_\_\_\_. *Estratégia de assistência ao país - Brasil (1998)*. In: VIANA JR, Aurélio (Org.). *A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil: análise crítica e documentos inéditos*. Brasília: Rede Brasil, 1998.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Moderna, 1999.
- GONZALEZ, Manoel J. Forero et al. *O Brasil e o Banco Mundial: um diagnóstico das relações econômicas: 1949-1989*. Brasília: IPEA, 1990.
- LEHER, Roberto. *Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para "alívio da pobreza"*. 1998. 267 f. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- LICHTENSZTEJN, Samuel; BAER, Monica. *Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial: estratégias e políticas do poder financeiro*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PSACHAROPOULOS, George. *The role of government and the private sector in fighting poverty*. World Bank technical paper, Washington, n. 346, 1997.
- SOARES, Adriano de Oliveira; SAUER, Sérgio. *A estratégia do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Mundial para o campo brasileiro*. In: VIANA JR, Aurélio (Org.). *A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil: análise crítica e documentos inéditos*. Brasília: Rede Brasil, 1998. p. 53-69.
- SOARES, Maria Clara Couto. *Banco Mundial: políticas e reformas*. In: TOMASI, Livia et al. *Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez /PUC/Ação Educativa, 1996. p. 15-40.
- TORRES, Carlos Alberto. *Estado, privatização e política educacional: elementos para uma crítica do neoliberalismo*. In: GENTILI, Pablo (Org.). *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis: Cortez, 1995. p. 109-136.
- VIANA JR, Aurélio (Org.). *A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil: análise crítica e documentos inéditos*. Brasília: Rede Brasil, 1998. 

# A juventude e a ideologia da sociedade de consumo<sup>1</sup>

Altair Reis de Jesus\*  
Antônio da Silva Câmara\*\*

\*Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)

\*\*Professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

*Será que ninguém vê o caos em que vivemos  
os jovens são tão jovens e fica tudo por isso mesmo  
A juventude é rica, a juventude é pobre  
A juventude sofre e ninguém consegue perceber [...]  
Todo adulto tem inveja dos mais jovens...*  
(Renato Russo)<sup>2</sup>

## Considerações preliminares: fetichismo e juventude

**N**a formulação marxista clássica o processo de produção e reprodução das mercadorias no mundo capitalista compreende tanto o momento da produção, *stricto sensu*, como da circulação (processo de troca), esta última aparecendo como relação quantitativa entre valores de uso qualitativamente diversos. Logo, o valor de uso está estritamente relacionado com a satisfação de necessidades decorrentes da natureza humana (alimentação, vestimenta etc.) ou de ilusões. Marx demonstrou na discussão sobre o fetiche da mercadoria que a forma com a qual esta se apresenta no mercado lhe empresta um caráter enigmático, recobrando o trabalho humano de sutilezas metafísicas. Ao negar, na aparência, o trabalho, a mercadoria apresenta-se de modo autônomo, com vida própria, enfim, fetichizada.

Essa dimensão da aparência das mercadorias,

ao longo do século XX, será reificada pelos meios de propaganda que emprestaram à mercadoria uma espécie de corpo virtual por meio da sua divulgação midiática. No centro das discussões referentes à dimensão fetichizada da mercadoria, convencionou-se, entre alguns autores, considerar que estamos diante de uma “cultura de consumo” que utiliza de modo ampliado formas ilusórias de promoção das mercadorias favorecendo a continuidade do ciclo reprodutivo do capital. No entanto, nem sempre estes teóricos levam em conta que o segmento da sociedade mais atingido pela indústria moderna são os jovens, sobretudo, das camadas dominantes e médias da sociedade. Logo, considera-se que certos padrões de consumo compartilhados por determinados grupos sociais hierarquicamente situados na sociedade capitalista poderiam ser aplicados à toda a juventude. Por isso, a construção da categoria juventude é fundamental para

entender como a cultura de massa (por meio das mídias) absorve um determinado segmento social, estereotipando-o, para a promoção do consumo.

As análises científicas em relação aos problemas infanto-juvenis têm seus primeiros estudos a partir do século XVIII, quando a temática da juventude passou a ser tratada por várias perspectivas disciplinares (Biologia, Filosofia e correntes da Psicologia). Segundo Flitner (1968) estes estudiosos nortearam suas investigações para o entendimento do desenvolvimento do homem, da criança e do jovem. Na filosofia social de Rousseau (especialmente em *Emílio*) a temática da juventude é integrada como objeto de estudo necessário para se compreender as mudanças em curso na sociedade burguesa da época<sup>3</sup>.

Já no século XIX os problemas juvenis passaram a ser investigados sob a ótica sociológica, particularmente na perspectiva da educação. A partir destes estudos, mais adiante, a Psicologia passou a privilegiar análises empíricas e experimentais.

No início do século XX a Psicologia comparativa (influenciada pelo biologismo evolucionista e pelas teorias darwinianas) dominou as pesquisas sobre a juventude. Vários de seus adeptos realizaram pesquisas envolvendo a sociabilidade e o comportamento social do universo juvenil.

Sobre isto afirma Flitner:

As formas de sociabilidade e comportamento social generalizado foram tema de especial interesse sempre que a juventude tenha sido objeto de pesquisa. Pois a crítica da sociedade foi o primeiro tema, o desprendimento das formas sociais tradicionais, o primeiro passo, o estabelecimento de configurações sociais juvenis, o primeiro manifesto da geração jovem e de sua nova autoconsciência. (FLITNER, 1968, p. 59).

Foram investigações sobre essa problemática que possibilitaram o surgimento de novos caminhos para questões que envolveriam o relacionamento entre a mentalidade dos jovens e a situação sócio-histórica na qual se inserem esses atores sociais. Neste sentido, estudos sociológicos realizados por Karl Mannheim (1968) contribuíram para situar o jovem na sociedade moderna, levantando questões sobre o significado da juventude na sociedade e, em particular, sobre o fato de que ela é um agente ativo da vida em sociedade. Este autor viu na relação jovem/sociedade o que ele denominou como 'reciprocidade total' e avançou na compreensão de que a noção de juventude apresenta significados não coincidentes nas diversas sociedades. No entanto, ao considerar que ser jovem no mundo moderno significaria, sobretudo, ser um homem marginal, logo, um sujeito estranho ao grupo social, Mannheim opta por uma análise parcial entendendo os jovens como grupos sociais autônomos, não compreendendo a sua inserção nas relações sociais de produção e, conseqüentemente, nas classes sociais.

São significativos os estudos de autores agrupados na Escola de Frankfurt que buscaram entender a juventude no século XX e que para isto buscaram convergências entre a teoria marxista e o freudismo. Autores como Horkheimer, Adorno, Eric Fromm e Marcuse, em momentos diversos, estudaram a relação entre família, reprodução capitalista, sublimação e instrumentalização da juventude. Ao contrário de Mannheim, estes autores situavam os jovens na arena da luta de classes e dos interesses econômicos.

Na Sociologia contemporânea compreende-se a importância dos jovens tanto para a transformação da sociedade quanto para assegurar a criação cultural e a transmissão da cultura.

A formação de novos agentes sociais representa, assim sob o ponto de vista da presen-

vação e transmissão do patrimônio cultural, uma garantia de continuidade e renovação. Há, contudo, nesse processo, um ponto crítico, constituído pela passagem da condição de jovem para a condição de adulto. Na sociedade moderna, como se sabe, essa transição é especialmente difícil devido à complexidade das formas de organização social, a variedade das alternativas de vida que se oferecem para o jovem, [...] as incertezas quanto ao próprio destino pessoal, etc. (FORACCHI, 1972, p. 22-23).

Um dos aspectos cruciais da condição de ser jovem, a transitoriedade, acentuado na citação acima, é apropriada pela cultura de massa que, ideologicamente, eterniza o modo de ser jovem. Por entender a juventude como um rito de passagem para o mundo adulto, a cultura de massa absorve o que lhe interessa - no caso, a possibilidade ilusória de alternativas de vida oferecidas pelo consumo de determinadas mercadorias - e com isto elabora uma gama hipotética de modos de vida associados ao discurso do consumo enquanto sinônimo de renovação.

Por outro lado, a dificuldade em se definir o que é juventude e quais os indivíduos que a compõe decorre da própria consciência social de cada momento histórico analisado. As alterações na ordem econômica têm implicado na crescente redução de postos de trabalho, retardando a entrada dos mais “jovens” no mercado de trabalho, contribuindo significativamente para o alongamento da percepção do que é ser jovem, prolongando o tempo de duração da adolescência artificialmente revestido de alguma importância para a sociedade.

Porém, é necessário enfatizar que a partir de mudanças ocorridas em época mais recente, entendida por alguns autores como “revolução cultural”, desenvolveu-se uma espécie de cultura juvenil, indicando uma profunda mudança na relação entre as gerações.

Hobsbawm (1995) admite que neste período a juventude passou a ter “consciência” própria, tornando-se um agente social “independente”. Para Hobsbawm, a novidade apresentada pela nova cultura juvenil tinha um caráter triplo. Num primeiro momento a “juventude” era vista como um estágio final do pleno desenvolvimento humano e não estágio preparatório para a vida adulta. O autor enfatiza que esta nova cultura juvenil - derivada da primeira - tornou-se dominante nas “economias de mercado desenvolvidas”, simplesmente pelo fato de que representava uma massa distinta com um poder de compra, estimulada, também, pela espantosa mudança tecnológica que proporcionava uma vantagem à juventude quando comparada a outros grupos etários mais conservadores. Além disso, as novas gerações de adultos foram igualmente socializadas como fazendo parte da cultura juvenil. O terceiro ponto considerado pelo autor é o da influência desta nova cultura jovem sobre a sociedade urbana. Hobsbawm destaca o espantoso internacionalismo da época atual. Neste sentido podemos entender como o *rock* e o *blue jeans* tornaram-se símbolos (ou marcas) da moderna “juventude”.

A nosso ver essa uniformização apontada pelo historiador não coincide com o internacionalismo, pois este último ancora-se em um processo de consciência político-cultural que não é decorrente dos estímulos ao consumo, logo, sua constatação só pode ser utilizada para compreender como operam os mecanismos publicitários na criação de padrões de consumo transnacionalizados.

Definida pelo poder da moda na sociedade consumista a cultura jovem passou a existir e

**Um dos aspectos cruciais da condição de ser jovem, a transitoriedade, é apropriada pela cultura de massa que, ideologicamente, eterniza o modo de ser jovem.**

chegou às massas numa perspectiva de âmbito global. Sobre o interesse do mercado no público jovem diz o autor:

Foi a descoberta desse mercado jovem em meados da década de 1950 que revolucionou o comércio da música popular e, na Europa, o mercado de massa da indústria da moda. O 'boom adolescente' britânico que começou nessa época baseou-se nas concentrações urbanas de moças relativamente bem pagas [...], muitas vezes com mais para gastar do que os rapazes, [...]. O boom revelou primeiro sua força em áreas em que as compras das moças se destacavam, como blusas, saias, cosméticos e discos populares. (HOBBSBAWM, 1995, p. 321).

Com certo excesso, Hobsbawm considera que esta cultura jovem configurou-se como matriz de uma revolução cultural, transformando e criando novos hábitos e costumes. Para ele, a revolução cultural de fins do século XX poderia ser entendida como o triunfo do indivíduo sobre a sociedade, ou seja, romperam-se os fios que interligavam os seres humanos em determinadas texturas sociais.

### **Contingente demográfico de jovens: o potencial de consumo**

É importante lembrar que existem definições de ordem biológica, psicológica e mesmo jurídica quanto à definição de jovem. Alguns órgãos multilaterais, a exemplo da Unesco, vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), utilizam o critério de faixas etárias para calcular o contingente de jovens no planeta. Segundo a Unesco, os indivíduos situados nas faixas etárias de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos comporiam a população de jovens no mundo. No *Informe sobre la Juventud Mundial 2005* (NACIONES UNIDAS, 2005) elaborado por ocasião do décimo aniversário do Programa de Ação Mundial para os Jovens, no período

compreendido entre 1995 e 2005 a juventude mundial passou de 1.025.000 milhões para 1.153.000 milhões. Atualmente a juventude representaria 18% da população mundial e deste total 85% vivem em países em desenvolvimento. As crianças (indivíduos na faixa etária abaixo dos 15 anos que se tornarão jovens e ascenderão à condição de potenciais consumidores) constituem cerca de 30% da população total. Estes dois grupos de indivíduos, conjuntamente, representam quase a metade da população mundial. Um fato bastante significativo registrado neste relatório é a desaceleração do crescimento demográfico: o mundo vivencia uma redução no percentual de jovens e crianças em relação à população total<sup>4</sup>.

A situação de pobreza em que vivem os jovens de países em desenvolvimento é alarmante. Calcula-se que, atualmente, em média 209 milhões de jovens, 18% do total, vivem com menos de um dólar por dia, e 515 milhões - 45% - com menos de dois dólares por dia. Nas regiões mais pobres a maioria dos jovens sobrevive abaixo da linha de pobreza, a exemplo do que ocorre na Ásia Meridional e na África Subshariana.

Este relatório, ao indicar o grande percentual de jovens excluídos do mundo dos produtos considerados como objetos de desejo, dá também a dimensão do direcionamento da propaganda voltada para os segmentos juvenis com efetivo poder aquisitivo. Em recente matéria da Revista Veja, uma consultora de marketing dos Estados Unidos atribuiu aos jovens americanos um poder de compra de US\$ 155 bilhões em 2001<sup>5</sup>. As propagandas são dirigidas, preferencialmente, aos jovens de países desenvolvidos e aos jovens de camadas médias das sociedades periféricas. Não interessa aos veículos promotores do consumo saber se todos os jovens podem ou não consumir. Interessa, sobretudo, a difusão da cultura consumista.

Será a própria Unesco<sup>6</sup> que realizará tam-

bém um levantamento sobre hábitos da juventude e o consumo sustentável comparando resultados de 24 países, verificando o quão é significativo o tema de compras para a juventude. Nessa pesquisa os jovens brasileiros aparecem como os que mais valorizam as compras como atividade de lazer (37%), e os mexicanos os menos (6%). Curiosamente, os jovens dos Estados Unidos não se encontram entre os que demonstram interesse por fazer compras.

Quando consultados sobre o papel da propaganda na divulgação das mercadorias e como estas influenciam o seu próprio comportamento, os jovens acreditam que as empresas de publicidade manipulam informações para a divulgação de seus produtos. As respostas obtidas revelam que a maioria dos entrevistados - 55% - considera que sofre influência da propaganda, mesmo que apenas 5% deles afirmem que esta é bastante forte. Aparentemente tal dado parece inconsistente quando comparado com as respostas sobre a liberdade de escolher - 80% - e de jovens que se consideram informados - 88%. Mas se retomarmos a discussão sobre a sedução da propaganda que estimula nos indivíduos, inclusive, o sentimento de liberdade de escolha, as respostas deixam de parecer incoerentes e mostram, ao contrário, a eficiência dos meios de controle utilizados pela propaganda.

Por outro lado, os jovens também compreendem que o seu grupo etário é um dos que mais consomem na sociedade, ainda que atribuam a si mesmos uma elevada consciência no momento do consumo. (INSTITUTO AKATU, 2005).

Na pesquisa da ONU sobre a distribuição da população jovem no planeta, observa-se a preocupação com o crescimento demográfico da sociedade ameaçada na África e na Ásia Meridional pela extrema pobreza deste segmento sócio-demográfico. Por outro lado, a pesquisa de opinião sobre hábitos juvenis aponta para a existência de um grupamento juvenil que tem

acesso ao mercado de consumo moderno e sofre bastante influência da propaganda. A juventude aparece, aqui, como uma construção sócio-histórica.

### **Mídia, espaços comerciais e a ideologia do consumo no universo juvenil**

Os veículos midiáticos de informação são os grandes difusores do consumo na sociedade e, como tais, divulgam a cultura de massa, associando o consumo de mercadorias a um tipo estético de jovem. Neste sentido, a juventude passa a ter um significado extremamente estratégico e necessário como meio para a internalização de padrões de consumo veiculados pelos meios de comunicação. No processo de convencimento visando o consumo a imagem do jovem aparece como o modelo ideal para ser imitado por todos os indivíduos na sociedade. Este modelo estereotipado de jovem é utilizado pelos veículos da cultura de massa que escamoteiam as diferenças de classe, etnia ou raça. Objetiva-se, com isso, difundir a ideologia consumista encobrendo as contradições existentes na sociedade. Vianna (1992) relaciona as representações midiáticas aos signos de juventude, buscando dar conta desta complexa relação:

Juventude é um complexo de representações na mídia, cujo signos e símbolos são manipulados no domínio do consumo e introjetado por cada pessoa, que lhes dá um sentido específico. A pessoa será sempre jovem enquanto estiver existencialmente em formação, atenta à dinâmica do mercado e aberta para inovações e transformações que se dão no mundo. Juventude está associada a um padrão de beleza e isso envolve um aumento progressivo de cuidados com o corpo [...] e causar impressão de vitalidade perene. [...] Juventude, então, significa uma 'idade mídia', isto é: uma categoria trans-etária, incorporada a

cultura de massa como mito da 'juventude eterna'. (VIANNA, 1992, p. 2).

A juventude é o modelo que predomina como padrão nas sociedades de massas<sup>7</sup>. Assim, obedecendo aos interesses econômicos e culturais do mercado valoriza-se o perfil jovem, por meio da publicidade, associando-o ao consumo de determinadas mercadorias.

Nas publicidades [...] a juventude é apresentada ao consumidor potencial como parte da felicidade que se deve ser conquistada a partir do consumo de certas mercadorias [...]. A juventude é veiculada como 'paradigma existencial', independente da idade real do indivíduo. Assim a imagem de juventude veiculada [...] aparece enquanto um 'modelo-estético' para qualquer indivíduo consumidor. (VIANNA, 1992, p. 16).

Desta forma, para a autora, a juventude é concebida enquanto "disposição estética", podendo ser cultivada pelos consumidores e suscitada pela indústria cultural. Ser eternamente jovem e consumir são os atributos valorizados e disseminados na sociedade pela cultura de massa.

Dentre as inúmeras maneiras de introduzir o discurso do consumo no universo juvenil, podemos observar que a indústria cultural apresenta o jovem como um ser alegre, dinâmico e vibrante nos veículos de comunicação, principalmente nos comerciais exibidos na televisão. O tipo de jovem exibido nestes comerciais é descrito por Balogh (1992, p. 74).

A julgar pelos comerciais que vemos diariamente, os nossos jovens são todos muito saudáveis e esportivos, vestem jeans, camisetas e tênis 'supertransados', comem e bebem muito (principalmente guloseimas, refrigerantes e iogurtes), em geral, [...] curtem som adoidado, são muito sensuais, não de-

vem ter grandes problemas econômicos posto que [...] podem consumir o produto anunciado.

Este tipo de jovem é muito próximo do perfil construído do jovem dos segmentos médios<sup>8</sup>. Assim, o discurso do consumo veiculado pelos meios de comunicação ajuda a consolidar a valorização do jovem de cor branca, com alto padrão de consumo. "Essa potencialização midiática impacta diretamente a experiência de vida dos jovens, reforçando determinados padrões de ser, regidos em grande parte pelos valores do consumo." (MAREUSE apud VIVARTA, 2004, p. 45).

Observamos que neste tipo de padrão midiático imprime-se um discurso ideológico no imaginário dos jovens, abrindo-se espaço para a internalização de modelos estereotipados (consumistas), assim como, criando uma tensão no imaginário daqueles jovens que não se encaixam no modelo definido pela mídia. Não é difícil compreender, portanto, porque os veículos midiáticos divulgam os valores ideais de juventude como paradigmas norteadores dos comerciais da programação. Tais valores são forjados a partir das condições de vida de determinados grupos sociais com elevado poder aquisitivo, orientando assim a febre do consumo. Os valores standardizados são apresentados para todos os jovens como comuns e acessíveis a todos.

Outra maneira de impor o discurso do consumo para a juventude é recorrendo a slogans, cujo objetivo é criar uma identificação imediata dos indivíduos com o produto.

A maioria dos anúncios para jovens, além de se apropriar fortemente da música - um grande apelo para a garotada - se serve de 'slogans'. Por serem frases muito sintéticas, definidoras de situações e fáceis de memorizar os 'slogans' são poderosos aliados dos anun-

cientes e são muito rapidamente absorvidos pelos jovens. Como este: 'É o seu prazer, o seu jeito de ser, tão bom viver: Diet Coke'. (BALOGH, 1992, p. 75).

Os slogans são recursos bem arquitetados, sendo aplicáveis às situações do dia-a-dia e incorporados facilmente pelos jovens. No mundo onde a cultura de massa é definidora de comportamentos e estilos de vida, o culto às estrelas e ídolos é um viabilizador de hábitos de consumo. Por isso nos meios publicitários exibem-se atores, atrizes, cantores e apresentadores anunciando produtos destinados à juventude. Os veículos publicitários, partindo da identificação do público jovem com seus ídolos, associam estes últimos a uma variedade de produtos, a exemplo de celulares, roupas, refrigerantes, carros.

E também com os ídolos de barro que esta época cria, para incentivar o consumo. O indivíduo acompanhando seus ídolos, na televisão e cinema, termina por projetar seus sentimentos 'neles'. E por isto acaba imitando-os, [...], em suas ações, gestos e maneiras de vestir (que é o que mais interessa à indústria!). A juventude, que é a maior força consumidora de uma nação [...], passa a identificar-se facilmente com seus ídolos. Principalmente na extravagância. (GOLDMAN, 1970, p. 28).

Os ídolos são cultuados na tv, no rádio, *outdoors*. No Brasil a publicidade explora bastante a imagem de esportistas (especialmente jogadores de futebol) e atores de novelas com o intuito de disseminar o consumo juvenil. As técnicas de *merchandising*, igualmente, identificam os famosos com determinados produtos; os ídolos da juventude tornam-se marcas confiáveis de CDs, DVDs, sandálias etc.

Buscando alcançar os jovens e fixar hábitos de consumo, as propagandas são veiculadas em to-

dos os espaços da vida cotidiana. Além disso, revitalizam-se, cada vez mais, festas coletivas tradicionais (carnaval, páscoa, natal) e criam-se novas, úteis à expansão do consumo na sociedade.

O *shopping center* é o ambiente, por excelência, que representa este consumismo juvenil, pois nele a frequência dos jovens é bastante expressiva, constituindo-se em espaço de socialização, de encontro de grupos juvenis.

Os espaços espetaculares, a exemplo dos complexos comerciais de lazer e dos *shopping centers*, são a reafirmação dessa vivência contemporânea. Inseridos no universo que se convencionou denominar pós-moderno, tais equipamentos urbanos resultam da combinação entre arquitetura do lúdico - espaços cenográficos construídos com o intuito de transmitir ao visitante a ilusão de uma existência sem as dificuldades do mundo real [...]. (GOTTSCHELL, 2003, p. 83).

Estes espaços espetaculares constituem um ambiente, simbólico e concretamente, absorvido pelos valores do consumo. Não é por acaso que são criadas no seu interior áreas dirigidas para a juventude, tais como praças de alimentação, discotecas, cinemas e salas de jogos. A cultura de consumo associa estes espaços a uma postura e a um modo de ser jovem.

Na cultura do consumo, a juventude assume um papel quase que emblemático, poder-se-ia dizer, uma vez que a essa fase da existência humana estão relacionados valores como beleza, sensualidade, saúde, vitalidade, dinâmica e sucesso. Certamente, o elixir da juventude eterna nunca foi tão ansiado e conclamado quando nos dias atuais. Assim, ao ser percebido por seus visitantes como um local '*frequêntado por pessoas jovens, bonitas, modernas e que gostam de movimento*' (cf. Iguatemi, 1997), [...] termina propiciando iden-

tificação ao conjunto dos consumidores. (GOT-TSCHALL, 2003, p. 87, grifo do autor).

Assim, os shoppings centers como espaços de entretenimento e consumo possibilitam de modo semelhante ao das mídias a divulgação de valores do consumo visando à promoção do “modo de vida jovem”. Os shoppings são divulgadores da retórica consumista sobre o imaginário juvenil.

A princípio parece que não ocorrem restrições de ordem política, cultural ou religiosa à expansão dos hábitos modernos de consumo. Em todos os continentes manipulam-se até mesmo datas religiosas para a promoção do consumo (inclusive nos países muçulmanos). Por outro lado é legítimo admitir que o forte apelo ao consumo juvenil pode contribuir também para o acirramento de contradições entre os jovens pobres e o Estado, como ocorreu em 2005 nas periferias das grandes cidades francesas.

No caso do Brasil<sup>9</sup> o consumo como modo de vida calcado na obtenção de bens para a satisfação pessoal tem uma série de características semelhantes à de outros países mais desenvolvidos. A cultura centrada no consumo como valor a ser obtido pelos indivíduos chega a ser um objetivo almejado e perseguido por parcelas significativas da sociedade brasileira. Os jovens são bastante influenciados por este discurso ideológico, na medida em que se encontram fortemente expostos à sedução da mídia que valoriza atos e práticas consumistas.

Não obstante, a sociedade brasileira - com desigualdades extremas na distribuição da renda - mesmo que refletindo estes novos padrões ideológicos da cultura urbana (consumo de bens simbólicos e materiais) não pode ser concebida como uma sociedade de consumo de massa. A capacidade aquisitiva da maioria das famílias brasileiras e em consequência dos jovens não nos permite tratar a “juventude bra-

sileira” como um grupo homogêneo. Segundo Carmo (2001) a convicção dos estudiosos é a de que os jovens, do mesmo modo que toda a sociedade, estão marcados por diferenças de classe, não há uma única juventude, mas sim várias juventudes como, por exemplo, o jovem operário ou o jovem da periferia. Neste sentido, o autor busca enfatizar e chamar a atenção para a criação de um tipo genérico de jovem forjado pelos meios de comunicação que buscam padronizar comportamentos relacionados à moda, ao consumo e a beleza<sup>10</sup>, negligenciando e dissimulando as grandes diferenças sociais que marcam a juventude brasileira, negando a existência de uma parcela que não tem acesso aos bens de consumo exibidos nos veículos de comunicação de massa.

### A guisa de conclusão

A relação da publicidade e de seus veículos de divulgação com o consumo e a juventude foram analisados neste artigo. Acentuamos a construção de uma formulação ideológica que acentua valores de um certo segmento juvenil atribuindo-o a todos os indivíduos que compõem este grupo sócio-demográfico. Estes signos distintivos são utilizados pela publicidade e veiculados pelos meios de comunicação, que os atribuem também a determinadas mercadorias destinadas previamente ao consumo dos jovens. Além disso, a divulgação de mercadorias que se destinam aos demais segmentos sociais constantemente espelha-se no mito da eterna juventude. A condição de extrema pobreza da maioria da população mundial nos leva a concluir que o discurso consumista não se dirige, efetivamente, para todos os indivíduos jovens do planeta, mas para aqueles que podem adquirir as mercadorias promovidas pela publicidade. No entanto tal comunicação que reifica o vigor, a beleza e a performance jovem alcança, ainda que de forma negativa, também os segmentos juvenis pobres em todo o mundo.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Este texto baseia-se no terceiro capítulo da monografia de graduação, de autoria de Altair Reis de Jesus, defendida em fevereiro de 2006, no Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia, sob orientação do Prof. Dr. Antônio da Silva Câmara.
- <sup>2</sup> Trecho da música “ALOHA”, Legião Urbana, A Tempestade. EMI, 1996.
- <sup>3</sup> Esta temática encontra eco na literatura das últimas décadas do século XVIII, sobretudo, a partir da obra de Goethe, *O sofrimento do jovem Werther*. O jovem aí aparece de forma dramática torturado por um caso de amor mal-sucedido. A literatura do século subsequente também enfocará os jovens (especialmente aristocratas ou burgueses) às voltas com casos de amor.
- <sup>4</sup> Este fato, aliado ao aumento da expectativa de vida da população adulta, vem sendo utilizado por organismos como Banco Mundial e FMI para a elaboração de propostas de reforma dos sistemas previdenciários e educacionais no mundo.
- <sup>5</sup> VEJA. Jovens. Disponível em: <[http://veja.abril.com.br/especiais/jovens\\_2003/p\\_080.html](http://veja.abril.com.br/especiais/jovens_2003/p_080.html)>.
- <sup>6</sup> Os jovens e o consumo sustentável construindo o futuro. Instituto Akatu pelo consumo consciente. 2005. Disponível em: <<http://www.rolac.unep.mx/industria/esp/pdfs/pekisa.pdf>>. Esta pesquisa tomou por base investigação da Unesco realizada com 24 países. O Instituto Akatu acrescentou o Brasil e realizou um levantamento analisado neste documento.
- <sup>7</sup> As empresas de marketing realizam pesquisas sobre o perfil dos consumidores. Em uma dessas enquetes constatou-se que os produtos de beleza constituem um dos itens mais procurados nas gôndolas dos supermercados, isto teria levado uma rede de supermercados a remanejar a organização de seus produtos para colocar em evidência estas mercadorias (MATOS, 2006).
- <sup>8</sup> Evitamos o termo classe média para evitar confundir a noção de classe com a de estratificação. Os segmentos médios podem, portanto, referenciar-se nas faixas de rendimento dos familiares, logo, não se contrapondo ao conceito de classe.
- <sup>9</sup> Atualmente os jovens e as crianças constituem 40,73% da população brasileira, contra pouco mais de 60%, em 1970. A maioria destes jovens vive nas zonas urbanas, pois apenas 18,81% da população brasileira ainda habitam o campo, contra 44,06%, em 1970. Este perfil permite entender porque, cada vez mais, os jovens brasileiros estão ao alcance das grandes empresas publicitárias.
- <sup>10</sup> O termo genérico utiliza-se aqui para identificar a imagem de uma aparente universalidade da juventude transmitida através dos meios de comunicação de modo que tanto os jovens norte-americanos, europeus, asiáticos ou brasileiros possam identificar-se plenamente.

## REFERÊNCIAS

- INSTITUTO AKATU. Os jovens e o consumo sustentável. Disponível em: <<http://www.rolac.unep.mx/industria/esp/pdfs/pekisa.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2005.
- BALOGH, A. M. A imagem dos jovens nos comerciais. In: DIDONE, I.; SOARES, I. (Org.). *O jovem e a comunicação*. São Paulo: Loyola, 1992. p. 67-76.
- CARMO, P. S. Juventude no singular e no plural. In: SANTOS, A. P. D. *As caras da juventude*. São Paulo: Fundação Konrad. Adenauer, n. 6, p. 9-30, dez. 2001.
- FLITNER, A. Os problemas sociológicos nas primeiras pesquisas sobre a juventude. In: BRITTO, S. de. *Sociologia da Juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. p. 37-67.
- FORACCI, M. M. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.
- GOLDMAN, S. *A civilização do consumo em massa: entre a flor e o parafuso*. Porto Alegre: Artes e Letras, 1970.
- GOTTSCHELL, C. Shoppig center iguatemí: uma experiência urbana de lazer em um espaço espetacular. In: URPI, M. U.; ESTEVES JR, M. (Orgs.). *Panoramas Urbanos: reflexões sobre a cidade*. Bahia: EDUFBA, 2003.
- HOBBSAWM, E. *Era dos extremos: século XX. 1914-1991*. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.
- NACIONES UNIDAS. *Informe sobre la Juventud Mundial 2005*. Naciones Unidas: Asamblea General, 6 dez. 2004, 2005.
- MANHEIM, K. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO, S. de. *Sociologia da Juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. p. 69-67.
- MARX, K. O fetichismo da mercadoria: seu segredo. In: *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. livro 1, v. 1. p. 79-93.
- MATOS, A. Loja põe ‘big brother’ na casa do consumidor. Folha de S. Paulo, São Paulo, 29 jan. 2006. Caderno Dinheiro, p. B 8.
- VEJA. Jovens. Edição Especial. São Paulo: Abril, jul. 2003. Disponível em: <[http://veja.abril.com.br/especiais/jovens\\_2003/p\\_080.html](http://veja.abril.com.br/especiais/jovens_2003/p_080.html)>. Acesso em: 31 jan. 2006.
- VIANNA, L. C. R. *A idade média: uma reflexão sobre o mito da juventude na cultura de massa*. Brasília: UnB, 1992.
- VIVARTA, V. *Remoto controle: linguagem, conteúdo e participação nos programas de televisão para adolescentes*. São Paulo: Cortez, 2004. 

# Política de cotas: interesses em disputa na educação

Dileno Dustan Lucas de Souza\*

Roberto Boaventura da Silva Sá\*\*

\* Professor da Universidade Federal de Viçosa (UFV)

\*\*Professor da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)

O debate que se estabelece sobre as políticas compensatórias em geral, mas com destaque às cotas aos negros nos vestibulares das universidades brasileiras, abarca divergentes opiniões, pois envolve diferentes formas de encaminhamentos das lutas sociais. Nesse momento em que tudo o que envolve a criação do “politicamente correto” predominando sobre quaisquer outros discursos, e, potencialmente, até mais críticos, tem sido difícil o estabelecimento de discussões mais tranquilas, posto que acusações preconceituosas têm sido impeditivos para maiores reflexões.

No entanto, acreditamos que os oponentes à política das cotas não devam ser rotulados previamente de racistas ou coisas do gênero; caso contrário, partiremos do pressuposto de que somente os que sofrem discriminações raciais estariam aptos para falar da marginalização existente em nosso país. Portanto, compactuamos com a mesma compreensão de que existe uma imensa dívida histórica do capital, mas para com todos os trabalhadores, e essa dívida

deve ser paga, considerando nossa diversidade étnica. Daí a necessidade dessa luta se dar na dimensão classista e não somente étnica. E esse pressuposto mais amplo não nos impede de entender o processo desde a origem da exploração portuguesa nas terras então chamadas de Vera e Santa Cruz.

No Brasil colonial, as primeiras práticas que lembram esse tipo de relação ocorriam quando os da casa grande davam suas sobras aos da senzala. Numa metáfora simplista, eram as sobras dos farelos caídos para muitos de uma mesa farta preparada para poucos. Com as sobras, principalmente de alguns tipos de alimentos, os escravos, que continuavam na condição de escravos, no limite, mantinham-se revigorados para procriação e continuação dos trabalhos. A compensação por meio de coisas elementares era mero interesse na manutenção daquele regime.

Hoje, no estágio do trabalho assalariado, e na profunda concentração de renda, as políticas compensatórias estão muito mais próximas

de esmolas oficializadas, com o auxílio fabuloso da mídia convencional, do que de qualquer compensação por mínima que seja. De políticos, com destaque à figura do presidente da República, empresários, a artistas, principalmente, todos pedem esmolas em nome dos trabalhadores sobrados do capital. Assim, até a sua voz vai sendo retirada da cena do cotidiano. Portanto, compensar é antes de tudo fazer

calar uma parte de um todo social explorado.

Aqui, vale a reflexão de Marx (1997), em *O dezoito brumário*, sobre as derrotas do proletariado, ela aponta para uma conclusão comum: a classe trabalhadora deve criar suas próprias instituições autônomas, pois as alianças com a burguesia e a pequena burguesia têm mostrado que os interesses de classe sempre

prevalecem, criando obstáculos que, por fim, levarão o movimento dos trabalhadores ao fracasso. Por isso, os movimentos sociais são tidos como a expressão da luta de classes, a partir de suas ações críticas e de suas reivindicações que levam ao conflito e não à acomodação que ocorre na base do consenso ou das pequenas concessões. Dessa forma, representam a necessidade de uma ação coletiva, na qual está em jogo não só a subversão da ordem, mas também a disputa pela hegemonia na sociedade.

No Brasil, após o percurso de abertura nos anos de 1980, os movimentos sociais tomaram um caráter diferente, passando a se organizar com mais intensidade a fim de “dar conta” de uma série de problemas sociais herdados de um longo processo histórico, mas acentuado nos anos de ditadura militar. Naquele momento, os movimentos sociais fortaleceram-se e suas crescentes mobilizações incrementaram a

luta pelas Diretas Já, culminando, no crepúsculo daquela década, com a instalação da Constituinte.

Quanto ao “caráter diferente” tomado pelos movimentos sociais, na esteira de Ribeiro (1999, p. 142), convém recolocar o seguinte conjunto de questões:

A exclusão social, enquanto (sic.) uma realidade inegável, refletiria a anunciada superação do velho paradigma dos movimentos sociais ou o refluxo dos movimentos sociais, populares em decorrência de uma correlação de forças que não lhe seria favorável? Seria mesmo um refluxo para acumular novas forças e desenvolver novas categorias, ou os movimentos sociais estariam caminhando em outra direção que ainda não se tornaram suficientemente nítidas para os cientistas sociais? Seriam esses os movimentos atores de mudanças ou pacientes da reação do capital?

Cumprir destacar que as discussões e a sede de participação atraíram as lideranças que há anos estavam comprimidas. Os movimentos sociais passaram então a uma nova era, que poderíamos chamar de re-organizativa. Dessa forma, nos anos de 1980 assumem uma outra característica de suas lutas, dando ênfase às reivindicações por moradia, por construção de creches, de mais escolas, de postos de saúde etc.

Para a consolidação dessa nova perspectiva de enfrentamento, que privilegia as questões micro, muitos intelectuais, conforme Petras (1994), bateram em retirada da teoria marxista, passando a buscar no Estado formas de compor uma nova política social. Suas opções teóricas, base para qualquer prática política, foram, assim, deslocadas da crítica, aconchegando-se no universo da pós-crítica, representada por um Guattari, um Deleuze, um Melucci, dentre outros.

Por conta disso, a política passa a ser trabalhada a partir de pressupostos microsociais,

**Hoje, as políticas compensatórias estão muito mais próximas de esmolas oficializadas, do que de qualquer compensação por mínima que seja.**

abandonando-se a perspectiva classista, e partindo para formulações que colaboraram, e estão a colaborar, com as mazelas próprias das sociedades capitalistas; ou seja, os movimentos sociais, a partir de então, na sua maioria, abraçaram o arcabouço teórico pós-moderno como sendo capaz de sustentar e dar respostas às reivindicações sociais. Logo, entraram na dinâmica por pequenos embates, geralmente sustentados na dinâmica de grupos sociais (homossexuais, mulheres, negros...). Assim, muitos, subordinados às pressões e às perspectivas do capital, sem nenhum tipo de resistência, passaram a aceitar a mediação das questões sociais entre o capital e o trabalho. Dessa compreensão, esses movimentos sociais começaram a ser vistos como cooperadores entre as classes sociais, dificultando a percepção crítica do poderio que as classes dominantes efetivamente exercem.

De nossa parte, acreditamos ser necessário entender que, no enfrentamento com o capital, as questões sociais expressam-se a partir da luta dos movimentos sociais que polarizam as demandas contra o Estado burguês. É o fruto da acentuação desse conflito que impõe a aparição de políticas sociais abrangentes. Logo, é possível referendar que a funcionalidade da política social no âmbito do capitalismo não é uma decorrência natural, e, sim, faz parte da luta de classes. Por isso, “[...] não há dúvidas de que as políticas sociais decorrem fundamentalmente da capacidade de mobilização da classe operária e do conjunto dos trabalhadores a que o Estado, por vezes, responde com antecipações estratégicas” (PAULO NETTO, 1996, p. 29).

Isso posto, não se trata aqui de desqualificar os movimentos sociais, legítimos em sua forma de reivindicação, e nem de agredir sua história. Trata-se, tão-somente, de promover um debate que extrapole noções que parecem ter sido abandonadas sem uma reflexão mais aprofun-

dada para contribuir com nossa reflexão-ação/ação-reflexão.

Assim, partindo da força dos movimentos sociais concordamos com Fernandes (1989) quando afirma que o negro nega duplamente a sociedade em que vivemos - na condição social e de trabalhador. Dessa maneira, a interação de raça e classe existe objetivamente e fornece um caminho para transformar o mundo, para engendrar uma sociedade libertária e igualitária sem raça e sem classe, sem dominação de raça e de classe, e com isso a nossa bandeira deve se confrontar com as bandeiras do capitalismo. Essa união deve ser a principal arma contra a exploração de uma classe sobre a outra e contra a preservação das desigualdades e das iniquidades que ela determina, inclusive as raciais. Isso significa que proletários, negros e/ou brancos, os marginalizados explorados, expropriados pelo capital devem se unir para construir uma sociedade sob seu controle.

No que se refere à centralidade de nossas inquietações, cabe aprofundar as indagações: afinal, no processo de exclusão, a dívida da sociedade capitalista é apenas com o afro-descendente ou com a classe trabalhadora? Queremos a inclusão de cada parte excluída, a partir de suas legítimas peculiaridades, garantindo a tão propalada equidade, ou queremos uma sociedade que garanta a igualdade para todos os trabalhadores? A quem, de fato, contempla as tais políticas sociais afirmativas e seus dúbios conceitos?

### **A educação como possibilidade de uma saída**

Na condição de educadores, acreditamos que uma das saídas para os problemas sociais pode ser a educação, mas não é possível tratá-la como a mão única, e, por isso, redentora de

**A funcionalidade da política social no âmbito do capitalismo não é uma decorrência natural, e, sim, faz parte da luta de classes.**

todos os males sociais. Por ora, vale lembrar da disputa que travamos com o governo para a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), elaborado pelo conjunto da sociedade civil. Naquele documento, podemos verificar que o registro a respeito dos conceitos de educação e de formação humana é valioso na sua radical defesa de se recuperar nossas perdas.

Com a mesma radicalidade, o texto do PNE aponta a desresponsabilização do Estado para com a educação, fazendo um diagnóstico seríssimo das modalidades educacionais e definindo a educação como um instrumento de formação ampla de luta pela cidadania e de emancipação social, ao preparar as pessoas e a sociedade para a responsabilidade de construir, coletivamente, um projeto de inserção e de qualidade social. Em seguida, define o homem como um ser ativo, crítico, participativo, plenamente capaz de fazer e refazer sua história. Acreditamos que retomar esse documento seja importante para recuperar o caráter da educação que queremos.

Nesse caso, vale lembrar sempre de Marx (1997), chamando a atenção para o fato de que historicamente a burguesia tenta inserir a luta dos trabalhadores na sua pauta de forma atenuada, para que nossas reivindicações sejam diluídas no interior do capitalismo, e, assim, sejam diluídos todos os conflitos. Afirma, ainda, que não é possível compor com a burguesia, a não ser que se queira estabelecer falsas relações de ganho.

É inegável que a questão étnica no Brasil merece significativa discussão, bem como é preciso estabelecer uma política educacional séria em nosso país, pois já se vão anos que essas políticas são determinadas por agências multilaterais que trabalham com a lógica da afirmação de políti-

cas que sustentam os interesses do capital, e não do conjunto da sociedade de forma emancipadora; e é nesse espaço que compreendemos as propostas educacionais chamadas de “afirmativas”, mas que não têm como cerne uma educação que responda aos interesses dos trabalhadores e afirmem os interesses de classe de forma ampla e no seu conjunto.

É certo, ainda, que precisamos recuperar as perspectivas de garantia, acesso e permanência de todos, com eficácia, e em todos os níveis e modalidades de ensino. Daí a necessidade imperiosa do combate às propostas e programas que comprometam as qualidades técnica e profissional da educação, de intervir, organizadamente, em todos os espaços possíveis, revelando as políticas compensatórias do governo, que focalizam níveis de ensino em detrimento de outros, que fragmentam o sistema nacional de educação, resultando no não-atendimento do direito social à educação de boa qualidade para todos. Cabe-nos, por isso tudo, denunciar e combater a desresponsabilização crescente do Estado para com o financiamento da educação pública, sobretudo as de cunho eminentemente social, além de socializar o conhecimento produzido e o combate ao ideário do pensamento único. Por fim, lutar contra todas as formas de discriminação referentes a gênero, raça, religião e orientação sexual.

Diante disso, cremos que essas questões levantadas dão-nos a noção de que precisamos de escolas e educação que atendam às necessidades de todos os trabalhadores, e não parte deles, cindindo-os ainda mais. Por isso, abolir, e não incentivar, a perspectiva de divisão entre raças e consolidar uma compreensão que nos una como classe deve ser o objetivo dos trabalhadores, para evitar as falsas inclusões já produzidas tantas vezes ao longo da história. Desse mesmo raciocínio, destacamos as seguintes considerações de Fernandes (1989, p. 11):

**Cabe-nos denunciar e combater a desresponsabilização crescente do Estado para com o financiamento da educação pública.**

As mentiras desabam. Mas as verdades se objetivam e se impõem devagar. Elas exigem que o negro não se separe do todo [...] na sociedade capitalista e como trabalhador assalariado, ele desfruta de uma posição social e pode associar-se livremente para alterar esse status quo: [...] Ele pode ser, assim, duplamente revolucionário - como proletário e como negro. Se não conta com razões imperativas para a ordem existente, ele tem muitos motivos para negá-la, destruí-la e construir uma ordem nova, na qual raça e classe deixem de ser uma maldição. Por essa razão, os de cima estão tão atentos aos movimentos negros [...].

Porém, ao reforçarmos a percepção de sociedade, acima de tudo, dividida em classes em detrimento da visão fragmentada de sociedade percebida por meio de grupos, isso não nos impede de considerar as diversas estatísticas que demonstram a marginalização por que passam os negros, como podem traduzir os seguintes números: dos mais de 53 milhões de pobres brasileiros, 22 milhões são indigentes. 65% dos pobres e 70% dos indigentes são negros. Na questão do desemprego, 25% são mulheres negras; 20,9% são homens. Mulheres brancas são 19,2% e homens brancos, 13,8%<sup>1</sup>; porém, se considerarmos o percentual de negros nas universidades, veremos que, de fato, ocupam um percentual baixíssimo.

Além disso, considerando-se a renda e o salário, percebemos que o ganho médio de um negro é de aproximadamente 2,61 salários mínimos, enquanto que o de um branco é de aproximadamente 5,6<sup>2</sup>. Na educação, a discrepância é mais acentuada; todavia, se considerarmos que negros e brancos têm a mesma escolaridade, ainda assim, o salário dos negros é geralmente menor. Do ponto de vista de vítimas de assassinatos, o número de negros é infinitamente maior que o de brancos.

O mesmo ocorre nos números de encarcerados, bem como nos números de mortalidade infantil, e assim por diante.

Diante dessas constatações, em nome de uma conscientização, muitos movimentos sociais têm feito a opção imediata da defesa focalizada na questão que envolve a indiscutível exclusão do negro. Todavia, assim como para Fernandes (1989), a nós, parece-nos tratar, aqui, de uma falsa consciência, na qual se oculta a realidade, simplificando-se as coisas na adoção da estratégia política do neoliberalismo, fragmentárias e insuficientes por excelência, das políticas compensatórias.

No nível semântico, o termo compensatório remete-nos ao que contém compensação, que, por sua vez, diz do ato ou efeito de compensar; ou seja: estabelecer equilíbrio entre; contrabalançar, reparar danos, incômodos, ressarcir, indenizar, recompensar... Mas a perversidade do efeito concreto das políticas compensatórias não se resolve com a lógica da semântica, que pressupõe sempre o reequilíbrio de relações nas quais ocorreram situações de erro(s) reconhecido(s). No entanto, a semântica, se não resolve a questão, por pressupor reparos irrestritos a quem foi prejudicado - o que definitivamente não ocorre na adoção de políticas compensatórias na formatação do Estado pós-moderno -, contribui pelo menos para solidificar mais a reflexão. Na perspectiva histórica, podemos dimensionar um pouco melhor a expressão “políticas compensatórias”, claro que não na equivalência de como ocorrem hoje.

Ao longo do tempo, o Estado tem mostrado que as políticas sociais têm de se subordinar aos interesses econômicos e políticos das elites. O Estado tem sido exatamente a expressão do antagonismo de classes; por isso, não é conciliatório como pretende aparentar. Com essa aparência, busca evitar quaisquer colisões a fim de derrotar mais adiante os trabalhadores, calando-os antes. Como diria Gramsci (1989), o

Estado apresenta-se como dominador de classe, impondo restrições diversas à classe subalterna por diferentes estratégias.

Acreditamos, por isso, na importância de se demarcar as contradições entre a sociedade burguesa e a sociedade que atenda aos anseios dos trabalhadores, bem como chamar a atenção para os perigos de utopias que levam a uma falsificação da realidade que pode gerar falsas esperanças. Para Fernandes (1989), as utopias podem ser perigosas e a revolução proletária não deve entregar-se ao erro de fortalecer o inimigo encastelado por trás do poder do Estado capitalista. Assim, a disputa pela hegemonia coloca-nos a tarefa de compreender que a classe que monopoliza o poder deve ser ao mesmo tempo dirigente e dominante, se considerarmos a adesão da classe antagônica. Dessa forma, um grupo social é dominante em relação a grupos adversos, que a classe dirigente procura aniquilar através de políticas e ações variadas de contenção contra-ideológica na sociedade.

Isso posto, cabem-nos algumas considerações sobre a democracia representativa. Resgatamos, para isso, Oliveira (2004, p. 1). Ao tratar da questão de como a burguesia refere-se ao voto, diz:

[...] o voto popular é supérfluo, economicamente irrelevante e até um estorvo, que as instituições democráticas e republicanas são o pão - escasso - do circo - amplo - para manter as energias cidadãos entretidas enquanto os grupos econômicos decidem conceder às massas, dando-lhes a ilusão de que controlam os processos vitais, enquanto as questões reais são decididas em instâncias restritas, inacessíveis, e livres de qualquer controle.

**Não há  
nenhum ponto  
divergente  
quanto à  
existência da  
incalculável  
dívida social,  
mas existe  
divergência  
em como  
tratá-la,  
compreendê-la.**

Provavelmente, o exemplo que melhor se encaixa nessa produção de engodo seja a concretização dos orçamentos participativos, uma idéia que, a priori, realmente parecia trazer algo de democratização às gestões públicas. Numa outra ponta da criação de ilusões coletivas encontram-se os inúmeros programas governamentais de caráter compensatório. Talvez o que melhor retrata a miséria imposta pelo capital seja o programa governamental intitulado Fome Zero, mas sem desconsiderar as inúmeras bolsas: escola, gás, transporte, alimentação etc. E é no bojo da farsa das políticas compensatórias que se coloca a discussão das sobreavergas nas universidades públicas. Para fugirem do termo compensação, e despistar a lógica tangencial da reivindicação em si, os movimentos responsáveis, com destaque a uma parte do movimento negro, encontraram na terminologia “políticas afirmativas” o mote para levar adiante sua bandeira.

Em todo o caso, acreditamos que a questão central é ainda mais profunda. E não discuti-la na sua centralidade, o que tem se tornado comum, inclusive nas universidades, que já perderam muito da capacidade crítica, pode nos encaminhar a uma arena, na qual nos digladiaremos

para saboreio das elites. A ausência da reflexão levar-nos-á ou à adesão simplista ou à recusa subjetiva de uma causa indiscutivelmente justa, mas de compreensão e solução complexas. Portanto, mais que dizer um “sim” ou um “não” o momento é propício à retomada e ampliação dos espaços da crítica nas universidades públicas brasileiras e dos movimentos sociais.

Por outro lado, quando falamos da profundidade da questão, poder-se-ia pensar tratar-se apenas de compreender melhor todo o processo histórico da invasão portu-

guesa pelas terras das santas e tantas cruces. Todavia, ainda que entender a tragédia da dizimação de nossos índios, da exclusão do negro, da sujeição de uma parcela de portugueses, portanto, brancos na pele, mas excluídos, que para cá vieram na condição de degredados, contribua para a reflexão, isso ainda não é credencial para se pensar ter chegado à centralidade do problema, ou seja, da forma de resolução da indiscutível dívida social existente para com todos os excluídos durante as mais de cinco centenas de anos oficializados. Portanto, entre nós não há nenhum ponto divergente quanto à existência da incalculável dívida social, mas existe divergência em como tratá-la, compreendê-la.

Em nossa compreensão, o ápice da divergência reside justamente na aceitação ou não das políticas compensatórias. Porém, para uma atitude ou outra precede uma reflexão teórica de como enxergamos a sociedade atual. E, aqui, parece que começamos a entrar no centro do problema. Aos que viram a queda do Muro de Berlim como episódio facilitador para a difusão dos discursos das quebras dos paradigmas, aceitando, pois, o arcabouço da pós-modernidade no espaço da crítica, fica confortável caminhar nas trilhas das políticas compensatórias; afinal, faz parte do pós-moderno, ou da pós-crítica, se preferirmos a terminologia mais acadêmica, apresentar soluções fragmentadas para os mais diferentes problemas sociais. E pouca coisa há de mais segmentado de uma luta infinitamente maior que as sobrevas nas universidades públicas.

Mas, dirão os mais imediatistas, ou pragmáticos ao extremo, frutos também da pós-modernidade, que enquanto não estão dadas as condições para mudanças estruturais, devemos atacar com paliativos. Nesse ponto, é pertinente lembrar a campanha contra a fome e pela ci-

Pouca coisa há de mais segmentado de uma luta infinitamente maior que as sobrevas nas universidades públicas.

dadania, encabeçada por Betinho. O resultado concreto de tudo aquilo foi o fim da sopa e o aumento considerável de miseráveis famintos. Portanto, esse pensamento é tudo o que a elite precisa cultivar entre todos os excluídos, principalmente entre seus líderes, alguns, inclusive, atrelados, de um jeito ou outro, a alguma pontinha permitida de poder mínimo nos níveis governamental e/ou não-governamental, como as ONGs, por exemplo. Isto é tão evidente, que a própria mídia burguesa, com destaque à Rede Globo e à Revista Veja, contribui para a disseminação de idéias que estejam na dimensão redutora das políticas compensatórias; e as políticas afirmativas evidentemente estão nesse espaço de concessão da burguesia para com uma parcela dos excluídos.

### Considerações finais

Assim, ao se lutar por sobrevas/cotas nas universidades públicas desiste-se de construir uma luta bem maior, porque se deixa perder a noção de classe social. A maioria, que continuará excluída, nunca conseguirá ser sujeito de coisa alguma. Cairá no universo das representações do pós-moderno. E representações *ipsis litteris*, pois alguns, por via de cotas disso ou daquilo, representarão os índios, outros os negros e outros mais os brancos pobres, criando o fetiche de uma igualdade que conduza à acomodação de classe. Mas a maioria de nosso povo continuará impedida, não somente desse bem comum, que é a educação de qualidade, mas continuará a não ter nenhuma política pública contemplada. Terá de se contentar sempre com programas focalizados para que a democracia à brasileira continue no seu já longo processo de caricatura.

A democracia só será uma realidade quando houver igualdade racial, na qual os trabalhado-

res (negros e brancos) não sofram nenhum tipo de discriminação, preconceito, estigmatização, segregação. A “revolução” dentro da ordem é insuficiente para eliminar as iniquidades econômicas, educacionais, culturais, políticas etc., que objetificam os trabalhadores.

Defender as sobrevagas/cotas é, pois, paradoxalmente, defender a manutenção do status quo, camuflando a real necessidade de enfrentamento com o establishment. É defender uma sociedade de grupos, não de classes sociais. Portanto, é abandonar a visão ampla de sociedade para ver focalizações, numa tentativa desesperada e apressada de ver algum ganho, por mínimo que seja, e ainda que restrito a uma “elite” dos excluídos. É perder a noção do todo para o benefício da parte. É coadunar com a ideologia dominante. É ser conservador, supondo-se avançado na luta. É enganar o outro na mesma proporção de seu engano. E, agora, chegamos ao miolo do centro. Gostando ou não, o problema não é de grupos sociais, como querem nos impor os teóricos da pós-modernidade, a serviço, conscientes ou não, do ideário neoliberal, mas de classe; e, aqui, independentemente das cores de seus sujeitos.

Assim, a questão passa pela retomada, sim, de antigas lições, enterradas por muitos sob os escombros do Muro de Berlim. O muro não deve ser reconstruído jamais. Em contrapartida, as lições não podem ser esquecidas enquanto as sociedades continuarem estruturadas por classes cada vez mais antagônicas.

Aceitar, pois, qualquer implantação de políticas meramente compensatórias, além de contribuir na perpetuação do status quo, fomenta ainda uma divisão muitas vezes velada dentro das próprias classes excluídas. É continuar aceitando a divisão de migalhas. Mas para além dessa questão teórica, e absolutamente central no que diz respeito à própria práxis de cada um, as sobrevagas/cotas poderão causar



mais problemas no que tange à questão do preconceito racial. Os estudantes que ingressarem por esta porta não poderão ser vistos pelos demais como seres inferiores? Será que isso nos interessa?

Dessa forma, as mentiras desabam. Mas as verdades se objetificam e se impõem paulatinamente. Elas exigem que os negros não se separem do todo como fizeram por inclinação e necessidade ao senhor de escravos. Em termos de transformação da sociedade é imprescindível a luta por igualdade e democracia e seja considerado que a luta pela transformação social é fundamental na perspectiva da luta de classe, separá-la é fazer o jogo do capital. É importante a luta por um objetivo comum e temos que estar juntos organicamente construindo uma sociedade justa, sem classes sociais.

#### NOTAS

<sup>1</sup> Revista Caros Amigos, 2002.

<sup>2</sup> Revista Caros Amigos, 2000.

#### REFERÊNCIAS

- CAROS AMIGOS. São Paulo: Casa Amarela, n. 66, p. 20-22, set. 2002.
- CAROS AMIGOS. São Paulo: Casa Amarela, n. 35, p. 24-29, fev. 2000.
- FERNANDES, F. *O significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez, 1989.
- MARX, K. *O 18 brumário e cartas a Kugelmann*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- PAULO NETTO, J. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 1996.
- PETRAS, J. et al. Os intelectuais em retirada. In: COGGIOLA, O. (Org.). *Marxismo hoje*. São Paulo: Xamã, 1994. p. 21-82.
- OLIVEIRA, F. *Os direitos do antevalor*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- L NIN, V. I. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- RIBEIRO, M. Exclusão: problematização do conceito. *Revista educação e pesquisa*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 35-49, jan./jun. 1999. 

# Crise ecológica e capitalismo

Oswaldo Coggiola

Professor da Universidade de São Paulo (USP), 2º vice-presidente do ANDES-SN (2004-2006)

**A**s notícias mais recentes deixaram cada vez mais claro o risco implicado pelo aquecimento global (ou “efeito estufa”). Simulação realizada em janeiro de 2005 estabeleceu que a Terra poderia se aquecer, no decorrer do século XXI, em até 11° C (a máxima elevação prevista anteriormente era de 5° C). A simulação previu um acúmulo de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) equivalente ao dobro do que havia na atmosfera antes de 1750, ou seja, antes do início da Revolução Industrial<sup>1</sup>.

A camada de gelo no Oceano Ártico está diminuindo por conta dos verões cada vez mais longos. O fenômeno pode piorar o aquecimento global. Os raios solares que atingem a Terra são refletidos por superfícies claras: se não houver a cobertura de gelo, a radiação será absorvida pelo planeta, e é inevitável que esse fenômeno influencie o clima da Terra. O chamado “efeito estufa” obedece à presença de gases

na atmosfera, em especial, de dióxido de carbono, gerado por muitas combustões (entre elas, a dos motores comuns), que faz que uma parte do calor recebido do Sol, dos raios infravermelhos que geralmente se irradiariam ao espaço, seja absorvida por estes gases, elevando a temperatura média do planeta. Isto é necessário para a sobrevivência humana: se não houvesse efeito estufa, a temperatura média do planeta seria 33° C mais baixa (agora é de +15° e, então, seria de -18°), tornando a vida quase impossível. O problema consiste em saber o que pode ocorrer se, ao aumentar a concentração de CO<sub>2</sub>, a temperatura subir mais ainda. A crise climática se soma à bioquímica e a biológica, cujos efeitos são irreversíveis<sup>2</sup>.

De acordo com uma corrente de cientistas, a Terra ingressou numa nova era, o *antropoceno*, caracterizado por mudanças globais no meio ambiente como produto da ação humana. De-

vido ao seu sucesso como espécie, os seres humanos se transformaram em uma “força geológica”: a dimensão humana deveria ser incluída nos modelos do sistema terrestre, pois existiriam processos geofísicos potencialmente instáveis devidos à ação humana<sup>3</sup>.

São diversos os problemas referidos à “crise do meio-ambiente”: a destruição das florestas, das terras, e a conseqüente erosão; as numerosas poluições (ar, água, solo); o empobrecimento dos recursos minerais, vegetais e animais; o desaparecimento acelerado de numerosas espécies animais e vegetais. Dois fatores principais são invocados para explicar a amplitude desses fenômenos: a tecnologia e a explosão demográfica. Com base nessas simplificações, foram e são concebidas soluções como o “crescimento zero”, e até a conveniência (malthusiana) da redução da população humana.

Certamente, desastres naturais têm acompanhado a atividade humana desde o início da civilização. Mas os furacões sobre o Atlântico têm sido mais freqüentes do que no passado, na última década e, ao que tudo indica, é o aquecimento global o causador dos eventos anômalos. Grandes inundações se tornaram também mais freqüentes na China, na Alemanha, na Europa Oriental, e até no Brasil<sup>4</sup>. A medida mais importante seria a de reduzir as emissões de gases emitidos pelo consumo (queima) de combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás natural). Os governos encararam o problema através do Protocolo de Kyoto, que estabeleceu um cronograma, mas o maior emissor mundial - os Estados Unidos - se recusou a assiná-lo, devido à pressão dos produtores de carvão e das empresas de petróleo. O protocolo estabeleceu que os países industrializados teriam de reduzir suas emissões de gases responsáveis pelo

efeito estufa em 5,2%, relativamente ao nível de emissões de 1990, até 2012.

O desastre de Nova Orleans demonstrou que o aquecimento global provoca grandes instabilidades climáticas, e não é possível prever onde elas vão acontecer. Prevenir-se contra elas exigiria uma organização da ocupação do território do mundo muito diferente do que ela é hoje. Por ocasião do desastre provocado pelo furacão Katrina, o *New York Times* comentou, em editorial intitulado *A vingança da natureza*, que

[...] os danos que causa um furacão como Katrina se denominam habitualmente como desastre natural, mas também se trata de algo antinatural, no sentido de auto-infligido. Nova Orleans não é uma exceção... Não ajudou a sistemática destruição, durante anos, de locais úmidos na costa, devido ao desenvolvimento urbano, nem a extração sistemática de gás e petróleo. O delta do Mississipi afundou 90 centímetros em um século<sup>5</sup>.

Para Jeremy Rifkin,

[...] primeiro foi o rugido de Katrina que açoitou a costa do golfo dos EUA. Agora, o pavoroso silêncio, enquanto emergem as vítimas. Parece que todo o Washington oficial contém o fôlego para que não escape o segredo sujo: que Katrina é o castigo pelo aumento das emissões de CO<sub>2</sub> e o aquecimento global. Os cientistas nos advertem já faz anos. Disseram que tínhamos que estar atentos ao Caribe, que seria o primeiro lugar onde os efeitos da mudança climática se fariam evidentes, mediante furacões muito fortes, inclusive catastróficos... Katrina não foi má sorte. *Nós criamos a tormenta monstruosa.* Faz quase uma geração estamos inteirados do possível impacto do aquecimento global. Mas continuamos acelerando-

O desastre de Nova Orleans demonstrou que o aquecimento global provoca grandes instabilidades climáticas, e não é possível prever onde elas vão acontecer.

o, como se não nos importasse. 52% do total dos veículos dos EUA são de alta cilindrada, cada um significa um motor letal que lança quantidades enormes de CO<sub>2</sub> na atmosfera terrestre. Como explicar que os estadunidenses representam menos de 5% da população mundial, mas devoram mais da quarta parte do combustível fóssil que se produz anualmente no mundo?<sup>6</sup>

**A concentração de dióxido de carbono na atmosfera cresceu 36% em relação à era pré-industrial.**

No Golfo do México, onde o furacão demonstrou grande parte de seu poder destrutivo, se produz 30% do petróleo e 20% de todo o gás natural dos Estados Unidos. Ali se encontra, ainda, cerca de 10% da capacidade de refinamento de petróleo. Mas a corporação Halliburton, participante de primeira linha no massacre iraquiano, e presidida até 2000 pelo vice-presidente dos EUA, Dick Cheney, já recebeu um contrato de 12 bilhões de dólares para reconstruir alguns portos devastados pelo Katrina e espera outros 500 milhões por parte da Armada. A Fundação Heritage e o Instituto Cato atribuem abertamente a lentidão da ajuda, e a instauração de uma ditadura militar em Nova Orleans, ao fato de que 30% da população da cidade vive abaixo da linha de pobreza e 84% dos pobres serem negros. Essas instituições sustentam que não teria ocorrido o mesmo se o Katrina houvesse golpeado um subúrbio rico ou branco de Boston. Um fenômeno natural desnuda a hipocrisia capitalista... Estudos recentes revelaram que as condições meteorológicas extremas que têm atingido a Europa - secas e incêndios nos países do sul e chuvas torrenciais nos Alpes e na bacia do rio Danúbio - são resultado da mudança climática “provocada pelo modelo energético escolhido pelos seres humanos”, segundo a organização ambiental WWF (Fundo Mundial para a Natureza): os desastres dos últimos anos se en-

caixam nas previsões mais pessimistas sobre as conseqüências do aquecimento global. A concentração de dióxido de carbono na atmosfera cresceu 36% em relação à era pré-industrial. No último século, a temperatura média do planeta aumentou 0,6° C, enquanto a da Europa subiu 0,95° C, o aquecimento parece progressivo. Os oito anos mais quentes da história

da Europa se concentram no período dos últimos 15 anos.

Em relação à devastação de Nova Orleans, os cientistas avisaram: o mundo inteiro pode esperar mais furacões como o Katrina de agora em diante, por causa da mudança climática. Foi realizado o primeiro levantamento de furacões em todas as bacias oceânicas do planeta nos últimos 35 anos, quando esses fenômenos começaram a ser detectados por satélite. A quantidade de furacões nas categorias quatro e cinco vem mostrando uma tendência ao aumento<sup>7</sup>.

A emissão crescente de CO<sub>2</sub> não é privilégio norte-americano, tendo também a Europa e a China como grandes responsáveis. Segundo o Protocolo de Kyoto, os países centrais industrializados, responsáveis históricos pela poluição ambiental, se comprometeram a reduzir um percentual do total de suas emissões de carbono em 1990. As metas eram diferentes para cada país. A comercialização internacional de créditos de seqüestro ou de redução de gases causadores de efeito estufa foi a “solução” encontrada para diminuir o custo global do processo. Países ou empresas que conseguirem reduzir o volume de emissão de gases acima do valor estipulado como suas metas obterão créditos, que podem ser vendidos para outro país ou empresa que não conseguir atingir os resultados previstos no Tratado. A modéstia dos objetivos traçados revela que em Kyoto, na melhor das hipóteses, definiu-se só um palia-

tivo, contrariando ao reclamo de setores científicos que estimam necessária uma redução de 60% nas emissões de gás carbônico<sup>8</sup>.

No último meio século a emissão de CO<sub>2</sub> foi multiplicada por quatro. Na atualidade são lançados anualmente na atmosfera mais de seis milhões de toneladas de carbono. Em 1860, em plena revolução industrial, a atmosfera terrestre continha 280 ppm (partes por milhão de CO<sub>2</sub>), agora a concentração é de 360, significa dizer, quase 30% mais, algo como um incremento de 0,4% anual. No mesmo período de tempo, a temperatura média mundial subiu meio grau. Os cientistas calculam que ao ritmo atual de acumulação de gases na atmosfera, ao final do século XXI a temperatura média do planeta haverá subido entre um e 3,5° C. Isto significa que o nível dos oceanos se elevaria meio metro. Isso afetaria profundamente a exploração dos recursos naturais, alimentação e obtenção de água potável para amplas camadas da humanidade. Os deltas dos rios se erodem com a correspondente perda de terras cultiváveis e os depósitos de água doce se salinizarão progressivamente, impossibilitando-se seu uso para o consumo humano e a agricultura.

Atualmente 1,7 bilhões de pessoas no mundo (de uma população total de seis bilhões) têm escassez de água. Um estudo da ONU estima que dentro de 25 anos, a escassez afetará cinco bilhões (o mundo contará então com oito bilhões de seres humanos). Como já ocorre na Ásia Menor e Oriente Próximo, o controle da água se converterá cada vez mais em um objetivo para as guerras entre os países. A mudança climática também pode ser observada por meio do incessante avanço dos desertos: o aumento das temperaturas fará com que se desloquem ao norte uns 500 km. Este fenômeno pode ser particularmente grave na densamente povoada bacia mediterrânea.

**Como já ocorre na Ásia Menor e Oriente Próximo, o controle da água se converterá cada vez mais em um objetivo para as guerras entre os países.**

A mudança climática teria também seu efeito na saúde, com o aumento das doenças infecciosas, como a malária, a febre amarela, a dengue, ou o cólera. Merece uma especial atenção o tema da rápida destruição da massa florestal em todo o planeta. Em 1997-98 se perderam 3,3 milhões de hectares no Brasil; no México e América Central, 1,5 milhões; na Rússia, dois milhões. Em todo o mundo 22 milhões de hectares de terras cultiváveis, florestas e bosques registraram incêndios que afetaram a saúde de mais de 130 milhões de pessoas<sup>9</sup>. Nos países industrializados os bosques também foram afetados pela chuva ácida e a contaminação. A massa florestal absorve cerca de 25% de CO<sub>2</sub> que é jogado na atmosfera. À medida que o corte e a queima incontrolada se estendem diminui também a capacidade deste importantíssimo mecanismo natural de contenção.

Na cúpula do Rio de Janeiro, celebrada em 1992, 154 países firmaram a Convenção sobre a Mudança Climática, na qual se aceitava um mais que modesto (e insuficiente) plano: estabilizar as concentrações atmosféricas de gases estufas ao nível de 1990. A cúpula teve como destaque a oposição dos EUA e das multinacionais a reconhecer a existência de perigo. O objetivo final do acordo não ia acompanhado das medidas necessárias para alcançá-lo.

Em 1997, a reunião de Kyoto, apesar das declarações, foi um fracasso. Nela foram evidenciados os interesses enfrentados e irreconciliáveis da burguesia internacional. Para os EUA e seus aliados num organismo integrado pelos países industrializados não pertencentes à União Européia (Suíça, Canadá, Austrália, Noruega e Nova Zelândia) qualquer correção em sua política de emissões estava condicionada a que os países coloniais e semi-coloniais fizessem o mesmo. EUA, o prin-

principal país contaminador do mundo declarou que não estava disposto a ir mais além de uma mera estabilização.

A AOSSIS (que agrupa pequenos Estados insulares, que vêm ameaçada sua existência pela elevação do nível do mar) propôs uma redução de 20%. A União Européia, pressionada por sua opinião pública, aceitou uma redução de 15% das emissões para 2010, e qualquer diminuição estaria condicionada a reduções norte-americanas. Graças à “bolha européia”, a diminuição dos gases não deveria ser feita país por país, senão globalmente. Países como Espanha puderam continuar aumentando a contaminação, sem deixar de cumprir os acordos. Países como Alemanha que viram reduzir suas emissões sem fazer o mais mínimo esforço, graças ao desmantelamento da indústria da antiga Alemanha Oriental, produzido depois da unificação, puderam cumprir os acordos e ceder uma parte de sua capacidade contaminadora a outros países da UE. Japão aceitou a contragosto uma redução de 5% criticando o cinismo europeu.

Em 1998, um ano depois de Kyoto, os representantes dos países se reuniram em Buenos Aires. Enquanto a cúpula se perdia em intermináveis discussões e negociações, a ameaça de mudança climática refletia-se nas trágicas consequências do furacão Mitch que arrasava vários países da América Central. A reunião de Buenos Aires foi um novo fracasso. Em outubro de 1999, os representantes dos governos se reuniram novamente em Bonn, na V Conferência das Partes da Convenção Marco da ONU sobre a Mudança Climática. O objetivo era desobstruir as conversações sobre o Protocolo de Kyoto. Comprovou-se que entre 1990 e 1997, países como Canadá e EUA haviam aumentado suas emissões em 20%.

**Os grandes capitais descobriram na ecologia um novo canteiro de negócios que poderia dar-lhes benefícios.**

Como contraste, um dos acordos que mais avançou desde a cúpula de Kyoto foi o da criação de um comércio internacional de emissões. Rússia e os países do Leste europeu, que teriam visto reduzir suas emissões pelo desfalecer de suas economias, poderiam barganhar com seus índices de contaminação, com países como os

EUA, interessados em manter os seus. São emissões que nosso sistema climático nunca iria receber e que agora serão introduzidos por uma porta falsa. A ruína industrial da Rússia fez com que suas emissões diminuíssem 30% em relação ao nível de 1990. Isso significa uns 500 milhões de toneladas ao ano, que equivaleriam às emissões de 90 grandes centrais térmicas ou a metade do que emitem anualmente Alemanha ou Japão, em torno de 15% das emissões da UE.

Os grandes capitais descobriram na ecologia um novo canteiro de negócios que poderia dar-lhes benefícios. Compram-se e vendem-se direitos de emissão de CO<sub>2</sub> e outros gases de efeito envenenador em pacotes *hot air* (ar quente), para quadrar seu comércio de contaminação ou para vendê-los logo a outro que os necessite. A Câmara Internacional de Comércio reclamou que o futuro mercado *hot air* esteja livre de restrições e obstáculos burocráticos. A ecologia começou a cotizar em Bolsa...

Em julho de 2001, nos EUA, os primeiros resultados dos estudos sobre a capacidade de absorver CO<sub>2</sub> dos sumidouros dos EUA foram um duro revés para as pretensões de Bush. O presidente dos EUA usava como argumento fundamental para opor-se ao protocolo de Kyoto o fato de que boa parte das emissões de CO<sub>2</sub> emitidas pelos EUA eram absorvidos por seus bosques. As estimativas preliminares cifravam a capacidade de absorver dióxido de carbono pelos sumidouros dos EUA em 1,3

milhões de toneladas. Bush ofereceu medidas “imaginativas” para combater a mudança climática: os EUA haviam investido milhões de dólares na investigação para descobrir a capacidade de absorção de CO<sub>2</sub> dos diferentes tipos de bosques, plantações e ecossistemas vegetais. Os primeiros resultados das investigações estimaram entre 300 e 600 milhões de toneladas a capacidade de absorção, cifras muito inferiores às estimadas inicialmente.

Se as emissões de gases estufa fossem mantidas ao nível de 1990, tal como exige o Protocolo de Kyoto, o aquecimento da Terra continuaria, porém de forma mais lenta. Contudo, mesmo com a máquina de contaminação capitalista funcionando a todo vapor, as vozes críticas do sistema já não exigem a diminuição da contaminação, ou sequer sua estabilização, alguns pedem somente que não se dupliquem nos próximos anos. Mas inclusive aqui, podem ser vistas as diferenças entre os países imperialistas e os países periféricos. Os primeiros emitem entre 40 e 50 vezes mais *per capita*, que os segundos. Os países mais ricos do planeta, onde vivem 20% da população, são os responsáveis diretos por 60% das emissões globais.

Este é apenas um aspecto do problema, porque uma parte das emissões dos países mais pobres é consequência direta da transferência de tecnologias “suja”, o que se dá através do envio das indústrias mais contaminadoras a estes países, onde a legislação é mais “permissiva”, ou pelo comércio internacional de direitos de contaminação. O sistema capitalista, preso a suas próprias contradições, não está disposto a frear sua voracidade, mesmo que seja à custa de provocar mudanças catastróficas e irreversíveis no planeta, e de arrastar a humanidade à barbárie.

**O sistema capitalista, preso a suas próprias contradições, não está disposto a frear sua voracidade, mesmo que seja à custa de provocar mudanças catastróficas e irreversíveis no planeta, e de arrastar a humanidade à barbárie.**

No início dos anos de 1990, negava-se a existência de uma ameaça climática e tratavam os cientistas que se atreviam a denunciá-la quase como a terroristas. A *Global Climate Coalition*, uma organização de associações de comércio, negócios e companhias privadas, por trás da qual se ocultavam interesses das multinacionais petrolíferas, confundiram a opinião pública através dos meios de comunicação “independentes”, acusando os cientistas que se atreviam a manter uma posição independente, de manipular os dados, com o fim de afundar a economia.

Nos últimos anos, as multinacionais mudaram sua tática, diante da evidência de que as medidas para fazer frente à mudança climática podem ser não só necessárias no futuro, mas também uma nova fonte de negócios. Expressava-o perfeitamente o estudo realizado em 1999 por uma instituição estadunidense: “Reduzir as emissões de CO<sub>2</sub> ao mesmo tempo que se faz dinheiro”.

A “ecologia” teria que ser rentável para ser realizável. O aumento das emissões de CO<sub>2</sub> é consequência de uma política energética de transportes orientada a proporcionar os máximos benefícios às empresas elétricas, de petróleo, de automóveis e construtoras, que só consideram o meio ambiente como um objeto decorativo e um obstáculo para o crescimento econômico. Algo parecido ao que está ocorrendo com a questão da mudança climática ocorreu com o Protocolo de Montreal (1997) a respeito do buraco na camada de ozônio, onde nada pôde ser feito até que os impérios químicos não tivessem preparado os compostos que iriam substituir os clorofluorcarbonos (CFC), apesar de o buraco na camada de ozônio na Antártida já ser tão grande quanto a Europa. Um dos problemas com

que se deparam é que os substitutos que não prejudicam a camada de ozônio, aumentam a mudança climática e o efeito estufa.

Estão sendo tomadas muitas decisões econômicas e sociais sobre projetos no longo prazo, sobre irrigação e energia elétrica, a ajuda em casos de seca, o uso agrícola da terra, os projetos de infra-estrutura. Todos eles partem do pressuposto de que os dados climatológicos passados são uma indicação confiável para o futuro.

Os governos, junto às organizações ecologistas “responsáveis”, através de toda a parafernália dos meios de comunicação, acusaram as vozes críticas de estar fora da realidade e de defender posições utópicas sobre a necessidade de uma mudança radical do modelo energético (o que questiona o sistema capitalista). Os argumentos utilizados são de que 85% da energia utilizada procede dos combustíveis fósseis, e que uma mudança radical seria um desastre que levaria à perda de milhões de postos de trabalho e à diminuição da qualidade de vida de toda a sociedade em geral; que as fontes de energia alternativas renováveis e não contaminadoras seriam demasiado caras etc. Por trás de tais argumentos não se encontra outra coisa senão os interesses do grande capital (encarnado nos grandes impérios petrolíferos, químicos, automobilísticos).

Há somente alguns anos, se defendia que a energia nuclear era a energia do futuro. Hoje os governos da Europa, Japão e EUA põem em marcha planos de redução do número de centrais nucleares que se encontram em seus países, com o pretexto de que são perigosas e caras. Argumentos que não os impedem de vender esta tecnologia aos países atrasados.

Não existem planos reais de substituição da energia fóssil por energias alternativas e não contaminadoras, simplesmente porque não in-

**Não existem planos reais de substituição da energia fóssil por energias alternativas e não contaminadoras, simplesmente porque não interessa aos grandes capitais.**

teressa aos grandes capitais. Enquanto os “realistas” dizem se preocupar com o preço que deveria ser pago com a colocação em marcha de planos “tão ambiciosos”, têm demonstrado que não lhes importa o preço a ser pago pela emissão de gases contaminadores, se ela continuar ao ritmo vertiginoso atual.

A fome na África provocada pelas secas, o avanço da desertificação (Sudão, Etiópia, Eritréa, Somália)

e a proliferação de outros desastres naturais em todo o mundo (inundações em Moçambique, América Central, furacões no Caribe e Sudeste Asiático...) são sintomas do aquecimento do planeta, que estão sofrendo em sua própria carne as camadas mais despossuídas da humanidade.

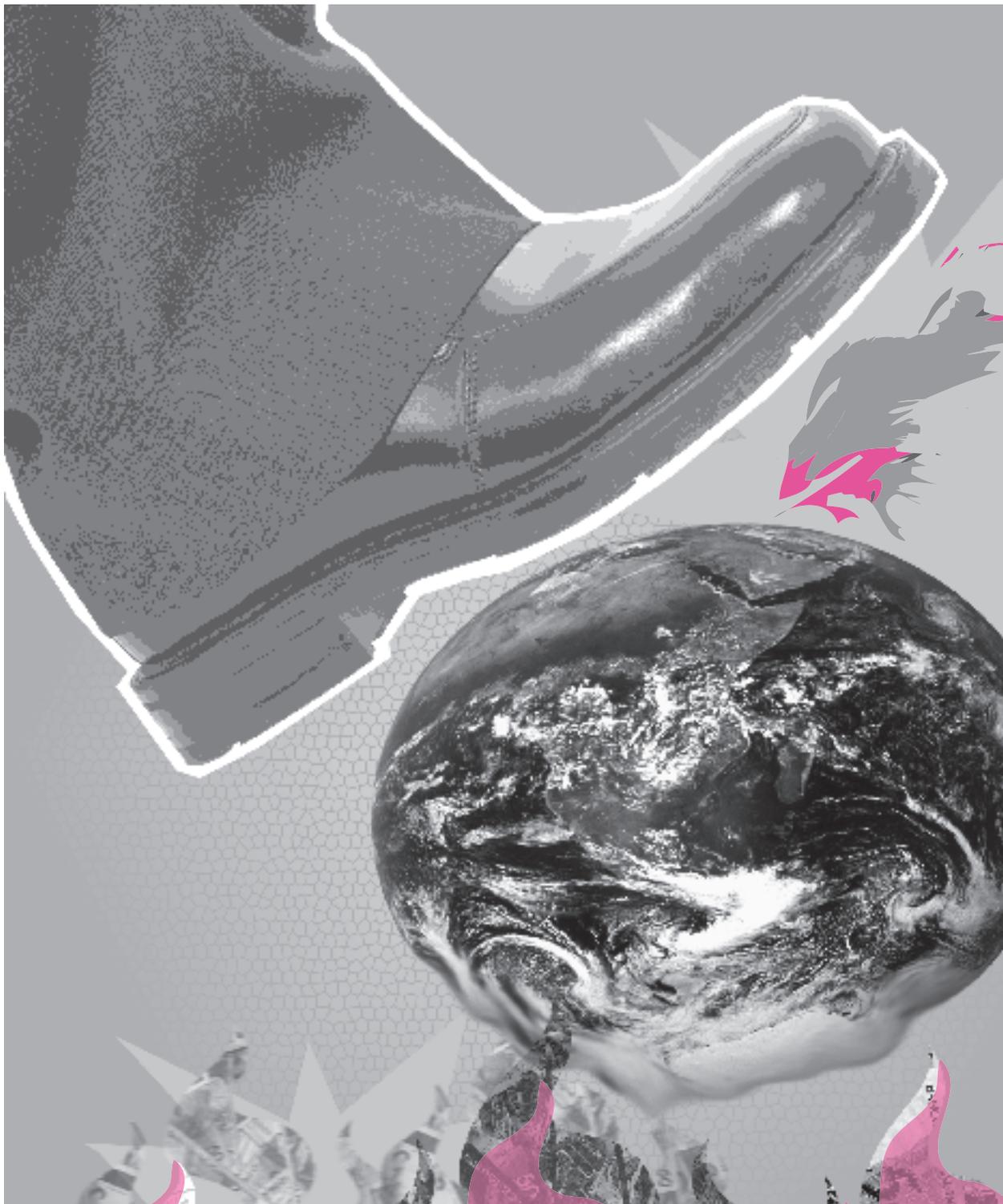
A realidade é que os desertos avançam cada ano uma extensão equivalente à metade da superfície da França. Não é certo que na atualidade não existam alternativas aos combustíveis fósseis, o que não existe na realidade é vontade de substituí-los, especialmente quando produzem tão suculentas ganâncias. Nem os governos, nem as multinacionais, investem na investigação sobre as energias alternativas, simplesmente porque não lhes interessa. O capitalismo em sua fase atual se converte cada vez mais em uma séria ameaça que pode arrastar a humanidade à barbárie.

A oposição a essa perspectiva deveria abranger todos os aspectos da atividade humana, incluída, principalmente, a educação, que deveria quebrar a cisão entre educação científico/humanista e educação técnica (base da divisão entre trabalho manual e intelectual), assim como entre formação intelectual e formação (educação) física. A perspectiva do socialismo precisa ser redefinida constantemente, à luz das mudanças histórico-naturais e do aprofundamento do parasitismo e

do anacronismo capitalistas.

Ou, como disse o cientista Roland Shepard, em *Whither Humanity? The environmental crisis of capitalism*, “[...] se não derruirmos o capitalismo, não teremos chance de salvar ecologicamente o mundo. Penso ser

possível uma sociedade ecológica sob o socialismo. Não a acredito possível sob o capitalismo”. Esta é a única perspectiva realista que permitiria encarar com chances de sucesso a crise da civilização humana.



**TABELA DOS MAIORES EMISSORES  
DE DIÓXIDO DE CARBONO**

(em milhares de toneladas anuais)

1. Estados Unidos da América	1528796
2. China (continental)	761586
3. Federação Russa	391664
4. Japão	323281
5. Índia	292265
6. Alemanha	214386
7. Reino Unido	154979
8. Canadá	118957
9. Itália (incluindo San Marino)	116859
10. República da Coreia	116543
11. México	115713
12. Arábia Saudita	102168
13. França (incluindo Mônaco)	98917
14. Austrália	94094
15. Ucrânia	93551
16. África do Sul	89323
17. República Islâmica do Irã	84689
18. Brasil	83930
19. Polónia	82245
20. Espanha	77220
21. Indonésia	73572
22. Turquia	60468
23. Taiwan	57991
24. Tailândia	54216
25. República Popular Democrática da Coreia	51544
26. Venezuela	43054
<b>Total</b>	<b>5282011</b>

**Notas**

- <sup>1</sup> *Folha de São Paulo*, 27 de janeiro de 2005.
- <sup>2</sup> Josep Fontana. *Introdução ao Estudo da História Geral*. Bauru: Edusc, 2000. p. 31-32.
- <sup>3</sup> El hombre aboca a la Tierra a una nueva era. *El País*, Madri, 8 de setembro de 2004.
- <sup>4</sup> José Goldemberg. Clima, tsunamis e furacões. *O Estado de São Paulo*, 20 de setembro de 2005.
- <sup>5</sup> *The New York Times*, 30 de agosto de 2005.
- <sup>6</sup> Jeremy Rifkin: El fin de la era del combustible fósil. *Clarín*, Buenos Aires, 5 de setembro de 2005. Ponto de vista semelhante foi defendido por Ross Gelbspan: Hurricane Katrina's real name. *International Herald Tribune*, 31 de agosto de 2005; assim como pelo meteorologista italiano Vittorio Canuto: Mari troppo caldi, rischio uragani in Europa. *Corriere della Sera*, Milão, 3 de setembro de 2005. Poucos dias antes do desastre nos EUA, outro importante veículo da “comunidade dos negócios” publicava o seguinte artigo: Fiona Harvey. Science rises to the challenge of global warming. *Financial Times*, Londres, 23 de agosto de 2005.
- <sup>7</sup> Disponível em: <[www.sciencemag.org](http://www.sciencemag.org)>.
- <sup>8</sup> Cf. Dave Treece. Why the Earth Summit failed. *International Socialism*, Londres, n. 56, outono 1992.
- <sup>9</sup> *El País*, Madri, 25 de julho de 2000. **US**

# Mulher e negra: a subjetividade oprimida

Graziela de Oliveira

Doutora em Ciências Sociais, professora aposentada

A situação da mulher negra na sociedade brasileira é determinada por um processo histórico, no qual ela sempre foi objeto de exploração e dominação. A sociedade assimilou, no imaginário e no comportamento, que a mulher negra é inferior à branca.

A concepção de inferioridade racial da negra justificou-se, com o passar do tempo, por meio de teorias racistas divulgadas no Brasil no século XIX, acolhidas por cientistas brasileiros de diversas áreas, das Ciências Sociais à Medicina e ao Direito.

Na linguagem popular, e mesmo na científica, a cor negra da pele do africano tornou-se designação de escravo. Assim, o termo negro/negra referia-se a escravo/a. Transmitido o conceito por diversas gerações, a sociedade assumiu que o lugar do negro na sociedade é, naturalmente, um lugar de subordinação, dominação e inferioridade.

A mulher negra, em particular, foi objeto de exploração econômica, social e sexual. Durante a escravidão, não era mais que objeto usado para produzir riqueza material, cuidar da reprodução da família de seu proprietário e saciar seu apetite sexual. O abuso sexual da mulher negra, mesmo depois de proclamada a Re-

pública e em pleno século XX, sequer era considerado como abuso. Era normal, para os homens das classes médias e das elites, fazerem uso da mulher negra para sua iniciação sexual, uma vez que a mulher branca, a “virgem”, precisava ser respeitada.

Comportamento ilustrativo da argumentação acima nos é dado pelo jornalista Arnaldo Jabor (2001, p. 8), quando fala a respeito das aulas de sexo recebidas de seu avô. Segundo o jornalista, seu avô contou-lhe que “[...] a melhor mulher que ele teve na vida tinha sido um ‘joão’ (sic). Que era ‘joão’? Este termo, ainda escravista, designava as pretinhas que tinham o pixaim da cabeça ralo, quase carecas. Eram as ‘joão’. Pois ele me disse: ‘Foi no terreno baldio, ali na General Belfort’ [...]”.

As negras foram descaradamente utilizadas pelos brancos como objeto sexual, mas os brancos sequer se davam conta disso, pois mulher negra para a classe média branca não era para ser considerada com respeito, como consideravam as mulheres de suas famílias. Elas eram mero objeto, que os homens podiam usar onde e como queriam.

Na condição de integrante da classe trabalhadora, a mulher negra vende sua força de tra-

balho em mercados depreciados, como no serviço doméstico, na limpeza e manutenção da higiene, tanto no setor público quanto no privado, e nas casas das famílias abastadas, geralmente brancas ou embranquecidas.

Na medida em que a remuneração, neste setor de serviço, não cobre o custo de reprodução ampliada da mulher e de sua família, ela se reproduz, como num círculo vicioso, em baixas condições de vida: mora mal, come mal, seus filhos não têm acesso a escolas de boa qualidade e, conseqüentemente, a melhores postos no mercado de trabalho e a melhores condições de vida futura.

A discriminação e o preconceito contra a mulher negra não se limitam ao mundo do trabalho. É publicamente sabido que a população negra sofre discriminação nas escolas, sobretudo nas escolas particulares, nos clubes sociais, na vizinhança e em praticamente todas as instâncias da vida social.

A dupla opressão sofrida pela maioria das mulheres negras - a de gênero e a de raça -, e que compõe o complexo de causas que impede que elas desenvolvam ao máximo sua personalidade, ou seja, que possam realizar-se não somente como mão-de-obra, mas como mulheres que se desenvolvem como pessoas integrais, torna-se coisa do passado, assim que elas se engajam em movimentos políticos, que contribuem para uma verdadeira transformação da sociedade.

É incorreto pensar que a mulher negra, que goza de boa situação econômico-financeira, esteja livre do preconceito ou da discriminação. No próprio ambiente escolar ou de trabalho, ela é muitas vezes discriminada; serve para o trabalho, mas não serve para ser convidada a casa de seus colegas. Basta observar o cotidiano ou a literatura, ou mesmo as novelas de televisão.

A negra é quase sempre serviçal e raramente participa das reuniões sociais dos brancos que são, naturalmente, parte das classes média e dominante.

### A infância da mulher negra

É na infância que é forjada a base que estrutura a personalidade do indivíduo. No caso da mulher negra, a sua infância geralmente é de privação e humilhação.

A maioria da população negra integra as camadas mais baixas da classe trabalhadora, que são forçadas a se reproduzir em condições sociais que condicionam a sua permanência em posições subordinadas na sociedade.

Na medida em que o acesso aos bens de reprodução é mediado pela remuneração, renda, salário, enfim, pelo dinheiro, ocupando os níveis de renda mais baixos da sociedade, os/as filhos/as de família negra freqüentam escolas de qualidade deficiente e não possuem em casa uma estrutura mínima que permita a dedicação aos estudos. Faltam os recursos materiais básicos: espaço físico no lar, móveis, como mesas e cadeiras próprias para o estudo, livros que despertem o gosto pelo estudo, para não falar da alimentação, muitas vezes deficiente, e da falta de privacidade, principalmente nos bairros pobres e favelas, nos quais se aglomeram as camadas mais carentes da população. É comum, ainda, que crianças pobres e negras tenham que trabalhar para contribuir com o sustento da família.

A escola, que poderia ser um espaço social de democratização e demolição das diferenças sociais e raciais, mesmo quando pública, muitas vezes é palco de humilhação e estigmatização da criança negra. Nos livros didáticos, o negro é apresentado quase sempre como ingênuo, pouco inteligente, submisso, objeto do paternalismo e da boa vontade da população branca, a qual pertencem seus superiores e os padrões de seus pais. No relacionamento com

**É incorreto pensar que a mulher negra, que goza de boa situação econômico-financeira, esteja livre do preconceito ou da discriminação.**

professores e colegas não-negros, as crianças negras são diminuídas e preteridas em diversas situações.

É comum, por exemplo, que nas festividades escolares as crianças negras, quando chamadas a participar, representem os papéis submissos da sociedade. Nas peças de teatro são sempre os serviçais, nunca os patrões ou as pessoas de alto nível de educação, como médicos e engenheiros.

As crianças negras, em geral, recebem a mensagem de que suas vidas têm menos valor do que as das brancas. A auto-imagem negativa é reforçada, ao longo da vida, por relações sociais discriminadoras.

Observando o impacto do meio ambiente sobre a personalidade, comenta o psicólogo Ernst Wolf:

Se uma pessoa deve se sentir bem, sentir-se bem consigo mesma, com um sentido seguro do eu, gozando de boa auto-estima e funcionando harmoniosamente sem ansiedade e depressão, ela deve experimentar-se conscientemente ou inconscientemente, como cercada pela receptividade dos outros. (WOLF apud MITCHEL; HERRING, 1998, p. 154, tradução nossa).

É fato sabido e notório que muitas escolas particulares rejeitam a matrícula de crianças negras, mesmo quando seus pais têm condições de custear seus estudos. A discriminação racial nas escolas, contra os negros, é antiga no Brasil. Os diretores, não podendo ser explícitos na discriminação, sempre arranjam uma desculpa para a rejeição; geralmente acusam a falta de vagas.

Andrews (1998, p. 246) revela que na década de 50, em pesquisa realizada em São Paulo, mesmo os colégios religiosos discriminavam as crianças negras. O autor colheu a seguinte argumentação de uma diretora de um colégio ca-

tólico feminino: “Exigimos mais de uma preta que de uma branca, para que a aceitemos. A situação é muito delicada e uma garota de cor, para ser respeitada, deve ser superior a uma branca nas mesmas condições”.

Vimos, então, que as escolas religiosas que deveriam ensinar que somos todos filhos do mesmo Pai e que, portanto, a cor da pele é irrelevante, discriminavam as crianças negras.

Junto com a precária condição material de vida, o peso maior que dificulta o desenvolvimento da criança negra é a falta de perspectiva de uma vida futura melhor do que aquela que seus pais podem lhe proporcionar. Crianças negras dificilmente ascendem a patamares médios e altos da hierarquia social. Elas raramente sonham com completar os estudos secundários, com ingressar em universidade pública e desenvolver seu potencial de trabalho intelectual.

Uma história de privação, opressão e humilhação, desde a infância até a idade adulta, caracteriza a vida da grande maioria da população negra, em especial a da mulher. Contudo, essa história só a conhece quem a vivencia. Para a sociedade, ela não é transparente, fica na invisibilidade e, portanto, não é questionada.

As vicissitudes por que passa a população negra, como descrito acima, podem, em parte, ser observadas nas estatísticas sociais. Quando se analisam as informações sobre educação e mercado de trabalho, por exemplo, fica clara a segregação social sofrida pela mulher negra, inclusive em relação à mulher branca.

### **A mulher negra e a educação<sup>1</sup>**

No Brasil, os negros, em geral, foram e são discriminados no acesso tanto à educação

**Uma história de privação, opressão e humilhação, desde a infância até a idade adulta, caracteriza a vida da grande maioria da população negra, em especial a da mulher.**

quanto ao mercado de trabalho. Já nos anos 40, o movimento negro reivindicava o acesso à educação secundária e universitária para jovens negros (NASCIMENTO, 1981, p. 190). Gusmão (1997) revela que o ideal para as classes dominantes brancas, representadas no Estado, era oferecer à população negra “[...] uma concepção de educação e preparação para o trabalho, necessária para negros, cujo objetivo de formação é a mão-de-obra, não mais que isso”.

Dados apresentados pelo Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF, sd) para 1985 demonstram uma diminuta participação da mulher negra nos grupos de maior tempo de escolaridade. Assim, enquanto as mulheres pretas e pardas perfazem os maiores percentuais de analfabetas - 48,6% e 47,8%, respectivamente -, em relação ao total de pretas e pardas, as mulheres brancas eram 25,6% de analfabetas no total de mulheres.

Entre as mulheres pretas, apenas 9,4% tinham de cinco a oito anos de estudo; as pardas apresentavam ligeira vantagem: eram 10,3%. Já entre as brancas, 16,1% tinham de cinco a oito anos de estudo. Quando verificamos a situação das que tinham 12 ou mais anos de estudo, observamos que negras e pardas eram a minoria: 0,4% e 0,8%, respectivamente. As mulheres brancas representavam 4,2% do seu total (CECF, sd, p. 8).

De acordo com o Censo Demográfico de 1991 (IBGE, 1991), de um total de 30.551.750 mulheres pretas e pardas, 10.467.594, ou seja, em média 34%, eram sem instrução ou tinham menos de um ano de escolaridade. Com oito a 10 anos de estudo, que correspondia ao ensino secundário, havia 2.298.061 mulheres, representando 7,52% do total de mulheres negras. Quando se analisa os níveis mais altos de escolarização, caem os percentuais de mulheres pretas e pardas. Assim, na classe de 11 a 14 anos de estudo, estavam 18.687.736 (6,11%)

mulheres negras; na de 15 anos ou mais de estudo, somente 298.351, menos de 1%, ou seja, 0,97%.

Os dados do censo estão discriminados em mulheres pretas e pardas. Contudo, ambas são afrodescendentes, ou seja, negras. Como, além da classificação étnica ser subjetiva, o IBGE classifica outras etnias não-brancas como pardas, nesta categoria possivelmente estão também indivíduos que não são afrodescendentes, como os índios. Mesmo assim, o percentual de mulheres pardas com 15 anos ou mais de estudo é de somente 0,99% em relação ao total de pardas. Já no caso das pretas, de um total de 3.288.283, somente 28.008 estavam na faixa de 15 ou mais anos de estudo. Ou seja, somente 0,85% do total de pretas possuía o curso superior completo ou incompleto<sup>2</sup>. Das mulheres pretas, 5,22 % estavam na faixa de 11 a 14 anos de estudo, o que significa que, em parte, as que tinham 12 ou mais anos de estudos já cursavam o ensino superior.

O alto percentual de mulheres negras sem instrução, reserva-lhes os postos de trabalho de menor qualificação e menor remuneração. Na medida em que é o mercado de trabalho, através da lei da oferta e da procura, que determina a alocação dos indivíduos nos diversos postos de trabalho e a sua remuneração, na aparência, as mulheres negras são as próprias responsáveis por sua condição social. Assim, segundo a ideologia da meritocracia, a maioria da população negra e as mulheres, em especial, ocupam os postos de trabalho e os lugares na sociedade que correspondem ao valor de troca de sua força de trabalho.

Em pesquisa realizada com 2.779 mulheres na faixa etária de 15 a 49 anos, na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, Olinto e Olinto (2000, p. 1139) estudaram a variável raça ou cor nas condições socioeconômicas das mulheres. As autoras puderam constatar que o menor grau de escolaridade, de renda familiar e de

RENDIMENTO MÉDIO MENSAL POR RAÇA E SEXO (1998)				
		Em %		
Sexo	Grupo Racial	São Paulo	Porto Alegre	Salvador
Homem	Não-negro	100	100	100
Mulher	Não-negra	63	70	62
Homem	Negro	51	66	47
Mulher	Negra	34	47	28

condições de moradia concentravam-se no grupo de mulheres negras. A análise dos dados permitiu-lhes verificar que as mulheres brancas têm, em média, mais anos de estudo (8,8 anos) do que as pardas (6,9 anos) e as negras (6,6 anos), embora todas elas, em idade ativa, apresentem baixo nível de escolaridade, ou seja, apenas o ensino fundamental de oito anos.

A vantagem da mulher branca foi também positiva no que se refere à renda familiar: as mulheres brancas percebiam renda familiar 1,5 vez maior do que as pardas e 2,5 vezes mais do que as negras.

### A mulher negra e o mercado de trabalho

Para manter-se enquanto assalariado, o trabalhador precisa vender sua força de trabalho no mercado e submeter-se à exploração. Contudo, apesar do mercado ser “livre”, o acesso a ele é discriminativo. A discriminação dos trabalhadores por gênero e raça, por exemplo, facilita a regulação do preço da força de trabalho em proveito do capital.

Porque ocupa os postos de trabalho pior remunerados e de menor qualificação reconhecida, a mulher negra é, além de dominada e explorada pelo capital, discriminada. Fora da relação de trabalho, na esfera da reprodução, ela é também discriminada, pois sua remuneração inferior não lhe permite gozar de condições equivalentes às da mulher branca, sendo ainda discriminada por esta em diversas es-

feras da vida social.

Dados do Sistema Estadual de Análises de Dados (Seade) e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) para o ano de 1998 revelam a diferença racial no rendimento médio de mulheres negras e brancas nas regiões metropolitanas de São Paulo (SP), Salvador (BA) e Porto Alegre (RS). A discriminação racial sobrepõe-se à de gênero.

Santos (2002, p. 94), em estudo sobre as relações raciais no Brasil, utilizando-se dos dados do Seade/Dieese, considerou a renda do homem não-negro igual a 100. Ele elaborou a tabela acima.

Estes dados comprovam a discriminação da mulher em relação ao homem. Contudo, nota-se que o homem negro percebe rendimento menor do que a mulher branca. A mulher negra é, de todos os grupos, a mais discriminada.

Em Salvador, a mulher negra ganha praticamente a quarta parte do rendimento médio do homem branco. Conforme Santos, é necessário o trabalho de quatro mulheres negras para equivar ao rendimento de um homem branco. Em relação à mulher branca, a mulher negra ganha menos da metade.

Em São Paulo, a região mais desenvolvida do país, a mulher negra teve rendimento médio mensal um pouco acima da metade do rendimento da mulher branca.

A discriminação racial da popu-

**Porque ocupa os postos de trabalho pior remunerados e de menor qualificação reconhecida, a mulher negra é, além de dominada e explorada pelo capital, discriminada.**

lação negra no mercado de trabalho pereniza as suas precárias condições de vida e garante a manutenção da opressão a que é submetida. Esse processo condiciona a baixa escolarização da população negra e o baixo nível de rendimento do indivíduo e da família. Informações sobre anos de estudo e renda média do grupo ocupacional “Técnico e Administrativo Urbano” em 1988 demonstram a permanência das desigualdades raciais no sistema escolar e no mercado de trabalho (CUT, 1998, p. 17).

Homens e mulheres brancos possuíam, respectivamente, 9,8 e 11,4 anos de estudo. A renda média da mulher branca, embora com maior tempo de escolaridade, era de sete salários mínimos, enquanto a do homem era de 9,4 salários mínimos. Homens e mulheres negros tinham 8,3 e 10,3 anos de estudo, respectivamente. Quanto à renda média, os homens negros percebiam 6,2 e as mulheres negras, 4,4 salários mínimos.

O homem negro tanto apresentou menor escolaridade quanto menor nível de renda que a mulher branca. A mulher negra, porém, ocupava a posição mais baixa, tanto em relação aos homens quanto em relação à mulher branca (CUT, 1998, p. 17).

Informações sobre a primeira ocupação no mercado de trabalho (CUT, 1998, p. 16-17), indicam que 39,39% das mulheres negras tiveram sua inserção no trabalho urbano por meio do serviço manual. As mulheres brancas, em percentual de 30,28%, também entraram no mercado de trabalho por esta via. Contudo, enquanto 6,02% das mulheres brancas entraram no mercado para exercer “Atividades Técnicas e Administrativas” e 8,95% como “Profissionais Liberais e Ocupadas na Alta Administração”, as mulheres negras

apresentaram nestas atividades percentuais bem menores: 3,18% e 3,16%, respectivamente. Como se nota, a participação das mulheres negras nas atividades que exigem níveis de escolaridade acima do fundamental e do médio cai bastante em relação à de mulheres brancas.

Oliveira, Porcaro e Costa (1981, p. 32) afirmam que as “Ocupações de Nível Médio e Pessoal de Escritório” tiveram uma demanda crescente a partir dos anos de 1950. Contudo, a maior parte das posições ofertadas foi preenchida por pessoas brancas.

Assim, em 1976, enquanto os brancos ocupavam 14,6% desses postos, os pardos ficaram com 7,2% e, para os pretos, restaram 3,6% desses postos.

Na categoria “Nível Superior, Empresários e Administradores”, 81,4% do total eram brancos, 14% eram pardos e apenas 1,7% pretos. Os dados não discriminam a variável gênero.

No grupo ocupacional “Técnico e Administrativo Urbano”, que exige escolaridade de nível médio, em 1976 as mulheres brancas tinham mais anos de escolaridade do que as negras. Enquanto as brancas tinham 9,5 anos de estudo, as negras tinham somente 6,5. Como consequência, as mulheres brancas percebiam

renda média de 5,6 salários mínimos, enquanto as negras percebiam dois salários mínimos. Com 6,5 anos de estudo, as mulheres negras sequer tinham o curso médio concluído. Sendo assim, as mulheres brancas tiveram rendimento médio maior e, com certeza, ocupavam postos de trabalho que lhes conferiam posição funcional de comando sobre as mulheres negras.

Determinantes subjetivos, como o preconceito e a arrogância das elites e de parte da população branca subalterna, sustentam a

**Determinantes subjetivos, como o preconceito e a arrogância das elites e de parte da população branca subalterna, sustentam a discriminação racial no mercado de trabalho e na sociedade.**

discriminação racial no mercado de trabalho e na sociedade. A discriminação racial contra a mulher negra é um fato concreto e objetivo, resultado de determinação subjetiva e objetiva. Ela afeta as condições de vida da mulher negra e traumatiza sua personalidade.

### Condições de vida da mulher negra

As condições concretas de vida da população negra são determinadas pelas relações sociais de produção dominantes e pelos sistemas jurídico, de crenças, pela ideologia e outros elementos da superestrutura, condicionados pela estrutura social e econômica. A discriminação racial exercida por indivíduos e por algumas instituições contra o negro resulta da dominação que o branco exerce na sociedade.

De acordo com Leitão (2000, p. 32), a direção do IBGE admitiu em seus estudos, que “[...] a discriminação dos negros está na raiz da sociedade brasileira, por isto é preciso políticas ativas para a redução das desigualdades raciais.”

Segundo dados descritos pela autora, a distribuição de renda permaneceu a mesma de 1977 a 1998, ou seja, enquanto 1% da população deteve 20% da riqueza, os 50% mais pobres participaram com somente 10% na riqueza. Em relação à composição racial da população, ficou patente que entre os mais pobres a maioria era/é negra, enquanto as elites do poder econômico eram/são formadas quase totalmente de brancos.

As condições desfavoráveis da mulher negra no sistema educacional e no mercado de trabalho, como analisadas acima, determinam as suas condições de vida. É nas condições de vida da mulher negra que se encontram as possibilidades de desenvolvimento de sua personalidade e de transformação de sua vida.

### Condicionantes sociais da personalidade

De acordo com Fernandes (1978, p. 70), consideráveis parcelas da população negra

concebem seus papéis a partir das imagens do negro construídas pelos brancos e, assim, assumem papéis humildes e esboçam uma compreensão deformada da realidade.

Em seu livro “*Sur l’individu*”, Veyne (1987, p. 11) afirma que a subjetividade é a imagem que o indivíduo faz de si mesmo. O autor argumenta que a subjetivação é específica de cada classe social, e cada classe faz sua subjetivação de acordo com suas possibilidades. As possibilidades são dadas pelas condições materiais, sociais e psíquicas de vida do indivíduo. Desta forma, a subjetivação ou a identidade pode ser positiva ou negativa. Ou seja, o indivíduo pode desenvolver a boa auto-estima ou sucumbir na trama das relações sociais a que pertence.

Sobre as possibilidades de desenvolvimento da subjetivação, Mitchel e Herring (1998, p. 96-97) sustentam que relações sociais doentias levam ao desenvolvimento de auto-imagem negativa e reforçam auto-imagens negativas. Segundo as autoras, as mensagens recebidas de pessoas e da sociedade criam as condições para a formação ou a negação da auto-estima.

É na infância que se desenvolve a auto-imagem, positiva ou negativa. As crianças internalizam os valores e as formas de tratamento que recebem. Crianças mal-tratadas põem em si mesmas a culpa do abuso: acreditam que são inferiores às crianças brancas. Elas crescem pensando no pior sobre elas próprias e, como resultado, geralmente têm baixas auto-estima e auto-imagem, que carregam para a idade adulta.

Tratamento adequado para que as crianças desenvolvam auto-estima e identidade positivas pode ser observado em qualquer classe social e grupo racial. No caso das crianças negras (brasileiras), por suas famílias pertencerem às camadas pior situadas na estrutura econômica e por gozarem condições de vida caracterizadas por privações materiais e carências afetivas (JESUS, p. 1960), as possibilidades de desenvolvimento de identidades racial e social sadias são

bastante limitadas.

Hasenbalg e Silva (1992, p. 153) também concordam que o racismo é um problema multifacetado e, por isto, deve ser estudado também sob o ponto de vista da psicologia. Eles afirmam:

[...] o racismo é algo que afeta todo o ciclo de vida da pessoa e é algo que se traduz em problemas psicológicos e emocionais sérios, na medida em que parte da população negra e mestiça tem uma auto-imagem negativa, na medida em que tem internalizada toda uma série de estereótipos negativos.”

No Brasil, a população negra das camadas sociais mais espoliadas convive com os estereótipos que a sociedade lhes forja. Nas camadas médias, as melhores condições de vida e o acesso à educação formal oferecem, a muitos indivíduos, as possibilidades de contestarem a ordem estabelecida negando, por meio de sua ação, o desenvolvimento de patologias ligadas à discriminação.

Desta forma, provam que viver numa sociedade racista, não torna o negro um indivíduo patológico. Mama (1995, p. 111), por exemplo, afirma que, embora o racismo gere uma consciência racializada, isto nem sempre ou necessariamente é patológico.

Os estereótipos, criados para inferiorizar o indivíduo da raça negra, e com os quais ele é obrigado a conviver, têm o poder de fazer com que muitos realmente se diminuam diante da população branca. Determinados indivíduos e grupos assumem comportamento submisso em relação ao resto da sociedade.

Apesar do efeito sufocante do racismo na personalidade do negro, o racismo não é o único fator na formação da identidade do indivíduo. A formação da identidade resulta de múltiplos

**Apesar do efeito sufocante do racismo na personalidade do negro, o racismo não é o único fator na formação da identidade do indivíduo.**

fatores e, segundo o indivíduo ou a comunidade considerada, a importância dos diversos fatores é variável.

Seguindo a argumentação de Mama (1995, p. 52), consideramos que mesmo em uma sociedade na qual o preconceito e a discriminação contra a mulher negra são fortes, ela, mesmo assim, não necessariamente sucumbe à força dessas barreiras. O ímpeto pessoal, aliado

à força de movimentos sociais que lutam pela igualdade de direitos, em especial o movimento negro, podem forjar uma transformação na vida dos indivíduos e de grupos.

Assim, o fator político-ideológico e a busca por transformações nas condições de vida da classe trabalhadora em geral, e da mulher, em particular, podem exercer o poder de elevar os níveis educacionais da mulher negra, criando condições para o desenvolvimento pleno de seu potencial intelectual.

O senso comum nos diz que viver numa sociedade que não valoriza a negritude traz consequências para a nossa psique e até para o nosso corpo. O conhecimento científico, por seu lado, já demonstrou que pessoas com dores ou sofrimento psicológico dificilmente encontram o caminho da realização pessoal (MITCHEL; HERRING, 1998, p. 147).

Estes autores sustentam que os teóricos afro-centrados consideram que o efeito cumulativo de viver numa sociedade em que o racismo e a discriminação prevalecem, contribui para estados de depressão nos afro-americanos. Além disso, afirmam que “[...] viver em um mundo que alardeia o padrão branco de beleza, fala, vestuário e expressão como o único comportamento aceitável e forma desejável de aparência é extremamente destrutivo para mulheres negras.” (MITCHEL; HERRING, 1998, p. 154, tradução nossa).

Mesmo diante dessas dificuldades, a mulher negra, e outros indivíduos objetos de opressão social, não devem se resignar. A história do povo negro, no Brasil, igualmente, demonstra que a reação guerreira ou combativa possibilitou o surgimento de líderes e intelectuais negros que não obstante o peso da sociedade racista lograram destacar sua capacidade. Os advogados Luis Gama (filho da combativa Luisa Mahin, da Revolta dos Malês, na Bahia, em 1835) e Antonio Pereira Rebouças, o médico Juliano Moreira e o engenheiro Teodoro Sampaio foram negros que em pleno século XIX demonstraram a falácia e o propósito ideológico das teorias sobre a inferioridade da raça negra.

As condições de vida da população trabalhadora em geral e da mulher negra, em particular, têm como base histórica um “processo de inferiorização” comandado pelas elites brancas. Esse processo está no bojo do processo de dominação social que caracteriza a sociedade. É colocando em questão esse mesmo processo de exploração econômica e dominação político-social, em seus diversos momentos e manifestações, que devemos procurar as possibilidades de reconstrução da subjetividade do indivíduo negro, como ser capaz de forjar sua própria identidade e desenvolver-se em plenitude. Trata-se de um processo de reconstrução da identidade/subjetividade e da própria sociedade, ao mesmo tempo. É um processo político, entre outros, e que implica em transformações de postura frente às diversas instâncias da sociedade e frente à própria individualidade.

## NOTAS

<sup>1</sup> A análise das condições materiais e sociais de vida

**As condições de vida da população trabalhadora em geral e da mulher negra, em particular, têm como base histórica um “processo de inferiorização” comandado pelas elites brancas.**

da mulher negra é dificultada pela falta de estatísticas oficiais sistemáticas, que contemplem as diferenças raciais nos indicadores sociais. Embora a variável gênero tenha sido contemplada nos estudos censitários das últimas décadas, a variável cor ou raça, da forma como tem sido tratada, nem sempre permite comparações, seja com a população não-negra, seja com o próprio grupo racial.

Um dos critérios usados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, é agregar no grupo pardo qualquer classificação racial diferente de “branco” e de “preto”. Assim, caboclo, mestiço, mulato

ou cor não-identificada, entram na classificação de “pardo”.

Apesar desta limitação de fontes oficiais, várias pesquisas acadêmicas e institucionais oferecem informações que, embora possam não abranger todo o país, oferecem uma visão geral da realidade da população negra, da mulher em particular.

<sup>2</sup> A estrutura escolar no Brasil compreende oito anos de ensino fundamental e três anos de ensino médio. Após 11 anos de estudos, o/a aluno/a pode ingressar no ensino superior. Desta forma, notamos que o percentual de negras no ensino superior é ínfimo, menos de 1%.

## REFERÊNCIAS

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo*. 1888-1988. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1998.

CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO FEMININA. *Mulher negra*: dossiê sobre a discriminação racial. São Paulo, Governo Montoro, sd.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Pela igualdade de oportunidade para a população negra no mercado de trabalho*. Secretaria de Políticas Sociais. Comissão Nacional Contra a Discriminação Racial. São Paulo, 1998.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*: o legado da raça negra. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. *Fundo de memória: infância e escola em famílias negras de*

- São Paulo. *Cadernos CEDES*, Campinas, vol. 18, n. 42, ago. 1997.
- HASENBALG, Carlos A.; SILVA, Nelson do Valle. *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1992.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico de 1991*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- JABOR, Arnaldo. Meu avô foi um belo retrato do malandro carioca. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8, 24 jul. 2001.
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*. Diário de uma favelada. 5. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Livraria Francisco Alves (Editora Paulo de Azevedo Ltda), 1960.
- LEITÃO, Miriam. Escolher o negro. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 32, 28 maio 2000.
- MAMA, Amina. *Beyond the masks*. Race, gender and subjectivity. London; New York: Routledge, 1995.
- MITCHEL, A; HERRING, K. *What the blues is all about*. Black women overcoming stress and depression. New York: A Perigee Book, 1998.
- NASCIMENTO, Abdias. *Sitiado em Lagos*. Auto-defesa de um negro açoitado pelo racismo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- OLINTO, Maria Teresa Anselmo; OLINTO, Beatriz Anselmo. Raça e desigualdade entre as mulheres: um exemplo no sul do Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 16 (4), p. 1137-1142, out./dez. 2000.
- OLIVEIRA, Lúcia; PORCARO, Rosa Maria; COSTA, Teresa Cristina. *O lugar do negro na força de trabalho*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.
- SANTOS, Hélio. Discriminação racial no Brasil. *Seminário Estado capitalista, neoliberal e mínimo*. Rio de Janeiro: SINDSPREV/RJ, Secretaria de Políticas Sociais, Comissão de Combate ao Racismo, 17, 18 e 19 maio 2002, p. 102.
- VEYNE, Paul. L'individu atteint au coeur par la puissance publique. In: VEYNE et al. *Sur l'individu*. Paris: Éditions du Seuil, juin 1987. 